

IMAGENS E NARRATIVAS

III SEMINÁRIO DO PPGHB - UFPI - 2017



CONFERÊNCIAS, MESA REDONDA, MINICURSOS, SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

02/06/2017 a 07/06/2017

Teresina - PI
UFPI

ANAIS

III SEMINÁRIO DO PPGHB – UFPI - *Imagens e Narrativas*
02 a 07 de junho de 2017
Universidade Federal do Piauí – Campus Petrônio Portela

APRESENTAÇÃO

O III Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil foi um evento científico e cultural que congregou pesquisadores das linhas de Pesquisa de História, Cultura e Arte e História, Cidades, Memória e Trabalho, objetivando a discussão das pesquisas em andamentos, discussão bibliográfica, ampliação dos referenciais teóricos e metodológicos.

O Seminário constituiu-se como uma possibilidade para maior entrosamento entre as pesquisas de diferentes turmas, tanto de mestrandos como de pós-doutorandos e graduação, congregando pesquisadores e suas experiências de pesquisa, uma socialização de conhecimento através da aprendizagem mútua e enriquecimento cultural.

Os objetivos que permearam as conferências e todo o III Seminário do PPGHB-UFPI estavam ligados ao Estado da Arte e do estudo de imagens e cinema no Brasil, onde houve uma evidencia dos objetos marginais no estudo da relação entre história e cinema.

Durante o evento houve o cruzamento de diálogos entre as duas linhas de pesquisa do Programa através de atividades que conferiram uma ampla visibilidade e destaque científico local: Conferências, Mesas de Discussão, comunicações orais e, com resultados de pesquisas concluídas e/ou em andamento, dentre outras atividades.

Aqui se encontra os trabalhos apresentados durante as comunicações orais no III Seminário do PPGHB-UFPI: Imagens e Narrativas, que se dividiram em dois simpósio temáticos.

Sumário

Apresentação	03
ST01 - História, Cultura e Arte	05
CASA-ESCOLA EM LAGOA GRANDE – PIAUÍ (1972 – 1984): um retrato da educação rural piauiense – Jéssika Maria Lima	06
OS RITOS FAMILIARES DE ELITE NO JORNAL “O NORTE” EM TERESINA (1900-1910) – Franciadna Eufrazina Pimentel	17
ROQUE MOREIRA E SEU GOSTO NA BERLINDA: uma análise da cultura popular na rádio pioneira de Teresina no período 1970-1990 – José de Jesus Redusino	30
DA UTOPIA ESTATAL A DISTOPIA LITERÁRIA: o romance “nós” como sintoma do totalitarismo soviético – Rômulo Rocha e Silva; Jonas Carvalho Ferro	42
FANZINES PUNKS: a esgrima subversiva da diferença - Heitor Matos da Silva	46
VOZES OU SILÊNCIOS: historicizando as experiências das mulheres no sindicato dos bancários de Teresina (1986-1995) – Kamila Albuquerque de Araújo	57
ST02 - História, Cidades, Memória e Trabalho	68
AS CIDADES DE DEUS: difusão de territórios eclesiásticos no Brasil (1822-1889) - João Vitor Araújo Sales.....	69
AS MEMÓRIAS QUE A CIDADE DESPERTA: os moradores de Lagoinha do Piauí e suas memórias sobre o povoado - Ábdon Eres da Silva Neto	79
AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS EM TERESINA SOB A ÓTICA DOS DISCURSOS DA IMPRENSA: agosto/setembro de 2011 - Karina Viana da Silva	91
A CIDADE MEDITA: o discurso dos jornalistas d’O Liberal sobre Teresina na década de 1970 – Alessandra Lima dos Santos; Cláudia Cristina da Silva Fontineles	104
MANOEL BONFIM, CLODOALDO FREITAS E A NEGAÇÃO DA REPÚBLICA – Camila de Macedo Nogueira e Martins Oliveira	114
CINE REX: espaço de sociabilidade e lazer em Teresina na década de 1980 – Maria Fernanda Fernandes	125
DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA À BAIRRO: história e memória dos moradores do bairro Socopo (Teresina-PI, 1950-1970) – Víviam Cathaline de Sousa Ferreira; Cláudia Cristina da Silva Fontineles	137
CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: desdobramentos de uma República imaginada – Francisco de Assis Oliveira Silva.....	148

História, Cultura e Arte



CASA-ESCOLA EM LAGOA GRANDE – PIAUÍ (1972 – 1984): um retrato da educação rural piauiense

JÉSSIKA MARIA LIMA*

Aporte teórico sobre a Educação

O campo da história da educação tem crescido bastante nas últimas décadas, isso em consequência do advento da Nova História Cultural que ampliou os horizontes, que possibilitou a ampliação do domínio de abordagem no campo histórico.

A história deixou de ser fechada para si, abriu-se para outras ciências, outros meios, começou a se utilizar da economia, sociologia, antropologia, geografia entre outras, onde pode socializar os seus objetos com os de outras áreas e quando preciso pegar emprestado para aplicar em seu campo.

Essa grande evolução no meio historiográfico se deu através da Escola dos Annales, fundada na França em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, na qual trouxe um novo olhar para o metiê do historiador. Essa linha ideológica teve vários adeptos, possuiu três gerações, na qual, cada uma delas possui especificidades próprias. De acordo com Peter Burke (1997, p. 126-127):

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculados à descobertas de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associados à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia.

A assertiva acima destaca uma evolução da historiografia, a ampliação do campo da história possibilitou abordagens inovadoras e enriquecedoras para a área. A história da educação ganhou novas proporções, foi aberto um leque de possibilidades de pesquisa.

É interessante salientar uma discussão sobre o conceito de educação, observaremos que ela é uma construção cultural composta de valores e preceitos. Ela se torna bastante ampla a ponto do seu estudo acabar se fragmentando em tantas outras concepções, isso por

* UFPI – Universidade Federal do Piauí, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, CAPES.

conta da sua característica complexa hermenêutica, por essa questão que ela acaba sendo muitas vezes estudada/pesquisada apenas em uma segmentação.

Levando essa discussão para o âmbito pedagógico educacional, para que haja êxito com o processo educativo é preciso haver uma relação entre professor e aluno, deve-se buscar a interdisciplinaridade para auxiliar no processo de aprendizagem. Sobre esse assunto, Justino Pereira de Magalhães (2004, p. 20) explana: “A educação é percurso, é construção pessoal; interativa e integrativa, a educação é processo/constructo de humanidade”. Nessa perspectiva a educação é uma ação transformadora, onde nessa dialética tanto o aluno como o professor são modificados em suas concepções.

A educação possui uma relação intrínseca com o social, isso porque esse fator a molda de acordo com os parâmetros existentes na sua cultura. E nessa questão o ser humano apresenta uma predisposição para ser educado e para ser enquadrado de acordo com essa ordem, esse é um fator natural da sociabilidade. Magalhães (2004, p. 29) descreve melhor essa situação quando defende que: “A educação, numa percepção ampla, abrange o exercício de cidadania”.

Voltando a percepção do conceito de educação para o âmbito escolar, outro elemento que tem uma grande carga significativa é o aprendizado, para que ele ocorra devem ser criadas maneiras que possibilitem o crescimento intelectual do aluno, um desses meios que se podem utilizar é o construtivismo¹. A aprendizagem modifica a estrutura do indivíduo, fundamentado nisso se pode constatar que a educação é transformadora e reflexiva. De acordo com Magalhães (2004, p. 26):

Repensar a educação como percurso e constructo subjetivo, pela triangulação do sujeito com o ensino/aprendizagem e com a instituição, é admitir que cada um destes elementos é uma complexidade em transformação, que esta dialética é multiaxial, que a interação é progressiva e interativa.

Nessa relação interativa entre professor e aluno, professor e realidade escolar, professor e família, professor e meio social o educador forma o seu saber-fazer. Maurice Tardif levanta vários questionamentos dentre eles a formação do saber docente, que se origina ou se constitui do próprio trabalho e do convívio social. E por mais que o lecionador parta do mesmo princípio para a formação do seu saber particular os resultados são os mais variados

¹ É uma linha ideológica educacional que prega que o saber não é algo dado como edificado ou terminado, mas é uma formação contínua, na qual o indivíduo tem a liberdade para formar o seu conhecimento e o professor é o mentor responsável por criar maneiras para que o aluno se desenvolva intelectualmente. Nessa orientação, não se preza a decoração, mas se de fato o aluno aprendeu.

possíveis por conta das particularidades/singularidades de cada um, pois através da subjetividade se usa critérios diferentes na formação do seu próprio ser profissional.

Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-se bastante diversificados e provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor também que sejam de natureza diferente. (TARDIF, 2002, p.61).

Esta discussão se torna interessante pois o olhar está voltado para o professor de uma maneira mais subjetiva e pessoal, tratar do seu saber docente é também relevante para essa pesquisa, afinal ele é um dos agentes principais do processo educacional. Essa é uma forma de entender por que e como ele age assim em sala de aula, essa causa está interligada no seu aprendizado com a sua esfera do cotidiano, referentes a normas, valores, tradições, experiências vividas todos esses fatores são julgados e escolhidos de forma diferente para serem utilizadas em sua metodologia em sala de aula.

Tardif (2002, p. 65) declara que: “Assim como as diferentes ferramentas de um artesão, eles fazem parte de uma mesma caixa de ferramentas, pois o artesão que os adotou e adaptou pode precisar deles em seu trabalho”. Dessa mesma forma o professor age, julgando o que é melhor e necessário para os alunos, utilizando de varias ferramentas e métodos guardados em seu acervo intelectual e sempre que necessário mudar para atender as dificuldades dos alunos.

Outra vertente importante a ser tratada é a cultura escolar, ela também se apresenta como uma possibilidade para compreender o campo da historia da educação, isso porque ela se apresenta de maneira ampla e complexa, na qual abarca o saber docente, currículos, tempos, instituições escolares, método de ensino, todos esses fatores entre outros constituem de forma extensa essa cultura e que a partir dela dá para compreender melhor os processos mais distintos envolvendo a educação. Na concepção de Dominique Julia (1995, p. 143):

A cultura escolar como um objeto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e praticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas.

A sociedade, a religião, o tempo são instâncias que conseguem interferir na formação da cultura escolar de uma instituição. Ela também se forma através das práticas do cotidiano.

Todos esses conceitos de educação fazem parte também da gama constituidora da casa-escola, porém para compreendê-la melhor será necessário conhecer a educação rural piauiense. Essa escola funcionava na casa da professora Joana Lima, na localidade Lagoa Grande, o seu período de duração foi de 1972 a 1984, no período essa região era município de Alto Longá.

A educação rural piauiense e suas práticas educacionais

Observando dois textos, o livro *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, autor Alcebíades Filho Costa e a dissertação: *a constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970*, autora Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana, serviram como base para o início da pesquisa. É fácil denotar muitas características em comum da educação rural no Piauí, muitas delas são permanências desfavoráveis que marcaram um longo período.

Costa apresenta algumas das deficiências dessa educação que se refere à falta de estabelecimentos escolares na zona rural, o motivo é descrito abaixo:

As razões que determinaram esse resultado encontram-se as distâncias entre as escolas, localizadas nas cidades e vilas, e a maioria da população localizada nas fazendas; bem como a inadequação da estrutura do sistema de ensino em relação à estrutura socioeconômica do Piauí. (COSTA, 2006, p. 77).

Percebe-se então a precariedade do ensino, se observar mais adiante, em meados do século XX, se nota poucas diferenças no ensino rural:

O acesso à educação no Estado era restrito a uma parte da população, pois, embora o governo estadual se esforçasse para manter o crescimento do Ensino Primário, fatores como ausência de transporte e material didático, deslocamento de professores e inspetores, a guerra, a seca, entre outros, interferiam no desenvolvimento tanto do setor administrativo do Piauí, como na organização do sistema de ensino. (SANTANA, 2011, p. 47).

A educação percorre um árduo caminho, cheio de empecilhos. Enfim, esses textos representam uma breve introdução do que vem ainda adiante.

O ensino rural piauiense se adequou a realidade que estava inserida. Essas escolas tinham como objetivo primordial ensinar a ler, escrever e contar, princípios básicos da alfabetização.

De fato, o Estado se empenhou em expandir o Ensino Primário pelo território piauiense, tentando atingir principalmente os interiores, visto que à maioria das pessoas residiam em zona rural e conseqüentemente a taxa de analfabetismo era alta. O censo demográfico de 1970² aponta que a população entre 5 a 14 anos de um total de 501.215, 403.880 não sabiam ler nem escrever.

Já se tinha em mente, para ter uma sociedade desenvolvida deveria investir em educação. Segundo Santana (2011, p. 65):

Coube ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da educação naquele período, elaborar um programa geral de construções escolares no interior do país, pois a inexistência de prédios escolares era tida como um dos principais fatores que contribuía para o agravamento da situação do Ensino Primário no Brasil, vinculada a uma enorme taxa de analfabetismo que o país possuía, especialmente, na zona rural.

Prova disso é que aqui no Estado vários municípios foram contemplados, de acordo com a Repartição das Escolas no Piauí produto dos acordos produzido com INEP 1948 – 1952, em Alto Longá – PI foi contemplado com quatro prédios escolares³. Um avanço para educação dessa região, porém, não foi o suficiente para alcançar toda sua delimitação territorial, prova disso é que a Lagoa Grande, o lugar da casa-escola em foco, não foi alcançando. Aqui entra uma questão relevante a ser tratada referente aos interesses políticos.

É notório que a política educacional dos governantes nos anos de 1940 a 1970 atendia precariamente à zona rural. Vale ressaltar que o critério de escolha dos locais das construções ou reformas dos grupos escolares não estava exposto claramente nas fontes escritas, o que leva à dedução de que isso se dava de acordo com a demanda por matrículas e com os acordos políticos realizados entre os fazendeiros e as lideranças políticas que estavam no poder naquele momento (SANTANA, 2011, p. 96).

Por conta da grande necessidade de ter educação no âmbito rural, todas essas causas serviram de base para a criação de escolas familiares, onde funcionavam dentro das casas, é

² **Fonte:** Brasil. Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970. Informações encontradas em SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A Constituição da Rede Escolar e a Prática das Professoras Primárias na Zona Rural do Piauí nos Anos de 1940 A 1970.** Mestrado em educação, UFPI, Teresina, 2011.

³ FONTE: Adaptado do Diário Oficial do Estado do Piauí, 1942. BAPTISTA, 1986. FRANCO, 1977. Informação encontrada em: SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A Constituição da Rede Escolar e a Prática das Professoras Primárias na Zona Rural do Piauí nos Anos de 1940 A 1970.** Mestrado em educação, UFPI, Teresina, 2011.

importante deixar claro, que esse tipo de ensino se direcionava mais para as casas de pessoas que tinham condição, como os fazendeiros, onde arcavam com as despesas do professor e com o material didático. Essa prática surgiu em meados do século XIX e pelo que nos é claro essa forma de ensino perdurou ainda muitos anos, alcançando o período de existência da casa como escola em foco e de muitas outras que existiram em muitos outros lugares. Costa deixa claro quando afirma:

Receberam esse nome escolas familiares porque o ensino era ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou mesmo por mestres contratados. Essas escolas se constituíram-se em alternativas que as pessoas de posse e interessadas no ensino encontraram para superar as lacunas deixadas pelo sistema oficial (COSTA, 2006, p.76).

É relevante salientar que a educação rural piauiense se desenvolveu de forma lenta e deficiente, por consequência de vários motivos, dentre eles:

O ensino rural deixado a cargo do município enfrentava dificuldades, uma vez que muitos deles não tinham condições de manter essas escolas em pleno funcionamento. Assim, a maioria dos municípios não implantava políticas educacionais que atendessem as necessidades locais e, em consequência, o ensino era realizado em espaços sem uma estrutura própria, como, por exemplo, a casa da professora ou de algum fazendeiro, onde era cedido um cômodo para que o poder público municipal ofertasse o Ensino Primário (SANTANA, 2011, p.85).

Essa situação exposta por Santana explica a realidade que a educação rural piauiense na década de 1970 sofria e que conseqüentemente alcançava a Lagoa Grande. A necessidade de ter uma escola nesse ambiente para atender a população desse lugar, na qual os pais não tinham condição financeira de sustentarem a educação dos filhos na cidade, impulsionou a iniciativa da professora aposentada Joana Lima, em meados de 1972, que cedeu um espaço da sua própria casa e também exerceu o papel do magistério.

Mesmo com todos os esforços essa educação ainda não seguia um modelo educacional formal, visto que, na maioria das vezes essa forma de ensino acontecia nas fazendas, como é o caso também da casa-escola em foco.

É fundamental debater nesse âmbito do ensino rural o Magistério – este que tem uma grande relevância para explicar as causas do quadro da profissão de docência, que abrange também a casa-escola em Lagoa Grande – no período imperial brasileiro, os professores, chamados também de mestre-escola, tinham sua profissão desprezada pelo Estado, como também pela sociedade, passando pela república até a década de 1970, um sinal dessa

desvalorização eram os salários irrisórios pagos para esses profissionais. Era na concepção popular como um papel assemelhado ao sacerdócio.

Com a abertura da Faculdade de Filosofia, foi benéfica para a formação de professores primários, isso na zona urbana, em Teresina. Com relação à área rural, era natural a atuação de professores leigos, além da taxa de analfabetismo ser alta, o número de docentes não era suficiente para dar conta da demanda, onde muitos não queriam lecionar em zona rural, um dos motivos era o desconforto, então preparavam os próprios professores sem formação, pois era mais fácil de adapta-los a esse meio. Sobre essa questão:

A maioria das professoras que recebia preparação para exercer a atividade docente nessa década acabava exercendo sua profissão na sede do município, deixando o ensino na zona rural carente de professores formados, pois, para exercer a profissão nesse meio, o professor deveria, além de entender as características do homem do campo, se adaptar ao meio rural (SANTANA, 2011, p.102).

Esse problema gerava outro, na qual ocasionava na falta de professores para atender a população rural, isso pelo fato de serem isoladas e, por conseguinte o difícil acesso, o que resultava, conforme Santana (2011, p.84): “A educação para as pessoas residentes na zona rural ficava submetida às iniciativas particulares da comunidade, que se reunia e pagava professores particulares para ensinar por um determinado tempo”. E geralmente essa educação era no meio doméstico e com um curto período. Esse ponto se assemelha com a educação alternativa, dos mestres ambulantes, “essa prática de professores ministrarem aulas na residência do aluno foi predominante no Piauí oitocentista, tanto nas cidades e vilas, como pelos povoados e fazendas” (COSTA, 2006, p. 136).

Até então, antes da década de 1970, o corpo docente era tido como leigo, por não possuir nenhuma formação superior, e a partir dessa década da início ao LOGOS II um curso preparatório para o magistério, como aponta Santana (2011, p. 115):

Entretanto, algumas dessas professoras tiveram a complementação do processo de escolarização na década de 1970, quando foi implantado o programa de habilitação de professores leigos pela via supletiva do projeto LOGOS II, correspondendo, segundo as entrevistadas, ao Ginásio.

A casa-escola em estudo evidencia também que a professora Joana Lima teve uma formação disponibilizada na época, o LOGOS II, para se tornar apta ao serviço, no qual se destaca dos demais cursos destinados aos professores leigos. Seu objetivo geral é "habilitar, em nível de 2º. grau, para lecionar até a 4ª série do 1º grau, com avaliação no processo,

mediante ensino à distância, aplicado através de módulos de ensino, professores não titulados, em exercício no magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau".

Essas escolas rurais ensinam basicamente a ler, escrever e as quatro operações, uma alfabetização básica, que ajudou a diminuir os índices de analfabetismos.

Nesse caso, a maioria das vezes eram as mulheres que eram professoras (houve aqui uma mudança no cenário, antes, no período imperial apenas os homens poderiam exercer o papel do magistério) esse trabalho servia para ajudar na renda familiar, as docentes eram escolhidas a partir de influências político-partidárias, outro ponto desagradável é o baixo salário desses professores e fazia alusão ao sacerdócio, o dom do magistério. Contudo, essas professoras leigas tiveram um papel de suma importância na educação rural piauiense. Cabe destacar que a professora Joana Lima também fez parte dessa classe.

É interessante evidenciar que o ofício das professoras leigas, estas que através do seu aprendizado, no período em que eram apenas alunas, quando chegam ao magistério, elas tendem a reproduzir e ensinar na mesma linha metodológica em que foram instruídas, a partir da sua convivência social e escolar, através dessas duas instancias, entre outras, que são as bases para o desenvolvimento do seu próprio ser profissional, esse posicionamento é pesquisado e explicitado de uma forma mais ampla e complexa na obra Saberes docentes e formação profissional, de Maurice Tardif (2002).

Nessa mesma perspectiva é interessante abordar que as práticas educacionais no meio rural, presente na década de 1970 que corresponde à existência da casa-escola em Lagoa Grande, são de caráter multisseriadas, salas com varias crianças de idades e séries distintas, onde o professor ensina os alunos ao mesmo tempo conteúdos diferentes, na qual eram repartidos entre ler, escrever e contar, o professor ia alterando o nível de dificuldade de acordo com a aprendizagem do aluno.

Os professores também utilizavam o método mútuo ou lancastriano, “sua elaboração inicial é atribuída ao educador inglês Joseph Lancaster, e tem como característica principal o fato de utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor”. (FILHO, 2000, pag. 141). De certa forma economizavam tempo e alcançava a aprendizagem de forma mais rápida, esse método foi utilizado pela professora Joana Lima.

Com relação às series multisseriadas, a professora Joana Lima ilustra essa questão na casa como escola:

Era só uma sala, eu ensinava de 1º a 4º série em uma sala grande. Mas eu repartia, como as séries assim: como quem faz trabalhos em grupo, nesse

canto fica o primeiro ano, naquele fica o 2º e assim até a 4º. Ai primeiro quando eu tava no quadro escrevendo para os que ainda não sabiam escrever. Para copiar os primeiros de segundo ano, os de primeiro ano eu escrevia no caderno, os de segundo ano eu escrevia no quadro; ai então eu botava matemática para os de quarto ano e fazia um ditado para os de terceiro ano, atendia todos, tudo ao mesmo tempo. Era, e os bem pequenininho eu escrevia nos cadernos e ficava perto deles. O de segunda série eu escrevia no quadro porque já sabiam copiar e os de terceira série eu dava ditado e os de quarta série eu dava a gramática (LIMA, 2013).

A justificativa para ser apenas uma sala para as quatro séries, era a falta de estrutura física escolar no meio rural, essa realidade se atribuía a muitas outras. E os conteúdos eram basicamente os citados no decorrer desse trabalho ensinar a ler, escrever e contar.

Nessa educação a memorização e a caligrafia eram duas instancias bem cultivada nesse meio rural e também no urbano. Esse ensino também se utilizava das cartilhas, um material bem importante para alfabetização, as salas de aula possuíam um caráter misto, de acordo com Costa, uma das hipóteses da origem desse problema é a condição precária da educação no campo, existindo poucas escolas familiares e também o pouco numero de mestres-ambulantes, todos esses fatores resultavam em salas mistas.

Essas escolas rurais possuíam um objetivo sociocultural e conscientizava os alunos com as questões cívicas do estado, além disso, recebiam também instruções sobre a moral religiosa presente no estado, sendo ele o catolicismo, a cultura religiosa que predominava nesse espaço. Essa prática era cultivada na casa-escola pela professora Joana Lima, era de praxe cantar com os alunos o hino nacional e o hino do Piauí.

Maria Alveni Barros Vieira explicita melhor essa questão quando expõe: “Ao ensinar a ler e escrever era acrescentado o ensino de rezas e orações. O aluno era levado a aprender as orações de conhecimento comum dos católicos, mas, também, aquelas que o Mestre improvisava em toda aula” (p.07). Esse posicionamento ilustra bem que nos ensinamentos desses mestres não focavam apenas o conteúdo disciplinar, eram propagadores também de uma fé religiosa existente no Piauí, como em todo o território brasileiro. Voltando para o aspecto do ensino em si, os mestres escolas por mais que tivessem certa liberdade para desenvolver como quiser as aulas, eles ainda seguem algumas dos fundamentos estruturantes do ensino oficial, dessa forma procuravam também legitimar a educação que era responsável.

Os mestres-escolas ou mestres ambulantes invadiram o sertão Nordestino com a missão de alfabetizar os habitantes, difundido o ensino primário, outro agente que foi importante para o desenvolvimento da educação rural foram os fazendeiros, estes que cediam

espaço para a criação de um espaço escolar, a justificativa para o sucesso desse arranjo era que a maioria da população estava envolvida com as atividades das fazendas.

É pertinente evidenciar para o enriquecimento desse trabalho, a demonstração da estrutura física dessas escolas e o seu funcionamento de modo geral, segundo Costa (2006, p. 143):

Geralmente era uma construção de taipa, chão batido e cobertura de palha. Os móveis resumiam-se a uma grande mesa, com um imenso banco de madeira sem encosto, onde as crianças se acomodavam para receber as aulas. No meio da sala, sentado ou encostado à rede armada, o mestre tomava as lições dos alunos que ficam em pé ou sentados em uma cadeira ao lado. Além dos filhos do fazendeiro, participavam das aulas os filhos dos vaqueiros e agregados.

A estrutura dessas escolas isoladas geralmente era simples, uma realidade que abrangia toda a região piauiense, prova disso é que a casa-escola, objeto dessa pesquisa, funcionava em apenas uma sala da casa, a princípio nem quadro tinha, os alunos eram acomodados dessa forma descrita por Costa, em uma mesa grande e bancos sem encostos.

A educação dos mestres ambulantes se apresentava de forma integradora entres os sexos. Outro diferencial nessa educação corresponde ao ensino das noções básicas de sobrevivência do trabalho no campo, essa questão era tão importante quanto aprender a ler, escrever e contar. Com relação aos castigos físicos, os mestres ambulantes utilizavam, como por exemplo, a palmatória, até hoje bem conhecida, mas eles faziam isso porque os pais apoiavam quanto mais castigos eles aplicassem, melhor seria a sua fama.

A composição dos currículos escolares fundamentados de forma semelhante da zona urbana se mostravam inadequados para a população do âmbito rural, pois muitas disciplinas se apresentavam de forma desnecessária para a vida no campo, o relevante para esse meio era utilizar conhecimentos que serão construtivos para o desenvolvimento para a sua vida cotidiana.

As características da educação rural exposta nesse trabalho explicam as particularidades da casa-escola. De fato, essa realidade alcançou os vários lugares do estado. Mesmo que de forma simples, as escolas isoladas foram de grande relevância para o desenvolvimento do ensino piauiense, principalmente nas zonas rurais. A casa-escola na Lagoa Grande foi uma iniciativa da professora Joana Lima, na qual teve importância na esfera social e educacional na vida dos alunos, visto que os pais não tinha a condição de custear os estudos dos filhos nas cidades vizinhas. São atitudes como essas que precisam ser evidenciadas na historiografia da educação rural piauiense.

E lembrar, onde o ensino oficial não alcançou, existia pessoas preocupadas com a instrução de seus filhos, motivo suficiente para encabeçar na empreitada de transformar a sua residência em uma escola. A educação é de fato importante para o cidadão e se apresenta como transformadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosiane Dias; RAMOS, Maria Aparecida Marinho; VIEIRA, Maria Alveni Barros. *Professor do ensino “elementar”*: uma multiplicidade de sujeitos. Site http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1591_c053b54626b42d2e95dae0b12f1d23c6.pdf

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

COSTA, Alcebíades Filho. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. *Raízes e memórias: histórias da educação rural primária pública em Esperantina/PI nos anos 40/60 do século XX*. Site http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13_8_2002.pdf.

GONÇALVES, Luciano Mendes F.F.I.A.; PAULILO, Diana Gonçalves V.A.L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

LIMA, Joana de Jesus. *Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima*. Alto Longá, abril de 2013.

LIMA, Joana de Jesus. *Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima*. Novo Santo Antônio, jun de 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: editora ática, 2008.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. *A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2011. Site <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERT%20Socorro%20Santana.PDF>

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. *A arte de desasnar crianças no sertão Piauí (1890 – 1930)*. Site <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/381.pdf>.

OS RITOS FAMILIARES DE ELITE NO JORNAL “O NORTE” EM TERESINA (1900-1910)

FRANCIADNA EUFRAZINA PIMENTEL⁴

Orientadora: Prof^a Dr^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Este artigo tem como objetivo inicial entrar no cotidiano da família teresinense, da primeira metade do século XX. A capital do Piauí foi escolhida como limite espacial por abrigar no momento estudado a grande maioria da população elitizada do estado, devido ao fato de que o foco deste trabalho são as camadas mais abastadas, pelo menos em um primeiro momento, por serem elas que aparecem na primeira fonte de estudo deste trabalho: os jornais.

Trabalhar a família e o cotidiano compõe novas abordagens do trabalho histórico, que começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 70, quando a história passa por uma reformulação, permitindo assim o estudo de outros campos históricos, assim como o uso de novas fontes.

Já o recorte temporal é justificado pela grande transformação que Teresina passa neste período, recém transformado em República, o Brasil passa por mudanças rápidas, enquanto isso, o desenvolvimento da capital teresinense ocorre em um ritmo bem mais lento, fato que inquieta as famílias da elite teresinense que anseiam por modernização e civilidade, ao mesmo tempo que tentam se distanciar da camada mais pobre da população teresinense, que ainda se encontram muito rurais e provincianas.

Os estudos de Teresina neste período em sua maioria compreendem aspectos políticos e sociais. As sociabilidades são trabalhadas do ponto de vista da interação entre camadas da sociedade, este trabalho pretende analisar a socialização dentro do âmbito familiar, núcleo esse que não se delimita por dividir o mesmo teto, mas que compreende também os parentes, que mesmo distantes compartilham das mesmas experiências.

Este trabalho dedica-se a análise do que virava notícia dentro do cotidiano da família teresinense, para atender a este objetivo, foram analisados 58 exemplares do jornal *O Norte*, propriedade de Honorato José de Souza, os jornais contemplam os anos de 1909 e 1910. O estudo destes periódicos nos possibilitou perceber até que ponto as famílias da capital permitiam que sua vida privada fosse exposta para a sociedade em geral. Nesta pesquisa foram analisadas notícias sobre aniversários, óbitos, batizados, nascimentos, casamentos, enfermidades, convalescências, aniversários de casamento e ainda eventos fúnebres.

⁴ Pós-graduanda do Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Email: franciadnap@hotmail.com.

Percebe-se, contudo, que as famílias tinham cautela ao expor as partes mais infelizes de sua vida, e é nesta parte que este trabalho pretende se aprofundar, longe do objetivo de ser invasivo, este trabalho pretende descobrir, as vivências cotidianas das famílias, que talvez por não serem glamorosas, ou por carregarem ar de ilegalidade, eram ocultadas da sociedade em geral. É importante frisar ainda que todas as transcrições de matérias do jornal trabalhado estão devidamente corrigidas de acordo com as atuais normas ortográficas da língua portuguesa.

O que virava notícia

Com o objetivo de constatar como alguns aspectos do cotidiano da família teresinense eram noticiados, foram analisados cinquenta e oito exemplares do jornal “O Norte”, os periódicos contemplam os anos de 1909 e 1910, o jornal era propriedade de Honorato José de Souza e a sua publicação era semanal. Os jornais estão depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, porém, eles se encontram digitalizados e disponíveis no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação – NUJOC, grupo do curso de jornalismo da Universidade Federal do Piauí - UFPI, que foi responsável pela digitalização de jornais.

Contudo, antes de adentrar na pesquisa do jornal propriamente dito, uma pergunta merece ser respondida: de que família estamos falando? Desde a década de 70, quando a história passou a abrir seus horizontes para novos objetos de estudo, a família passou a ser vista com outros olhos, os estudos sobre esta instituição podem ser feitos por várias vertentes, mas uma questão deve-se esclarecer antes. Que família? A família seria quem divide o mesmo teto, ou todos os parentes, mesmo que longe, também compõe esta instituição? Para este trabalho, nos interessa a família que mesmo não dividindo o mesmo teto, compartilha de experiências comuns, experiências essas, que podem ser abertas a sociedade em geral, ou que se transformam em segredos, fatos que se resguardam dentro do seio familiar, e são escondidos da sociedade.

A família teresinense, ainda muito provincial no início do século XX, tinha características patriarcalistas muito fortes. O homem ainda era visto como o principal sujeito no seio familiar, e como se verá mais adiante, a mulher ainda assume um papel de inferioridade, muitas vezes resumindo-se a religiosidade e graciosidade, sem esquecer claro, seu papel como dona de casa. Apesar disto, não devemos confundir, com o modelo de família patriarcal colonial:

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multi-funcional. (TERUYA, 2000, p. 04)

A família que estamos trabalhando é patriarcal no sentido de ainda ter a figura masculina do pai como o principal pilar da família, além disso o sistema econômico que mantém as famílias que compõem a elite teresinense estudada neste trabalho é muito diferente. Na Colônia e em grande parte do Império são os grandes proprietários de terra que mandam no jogo, no início do século XX, o poder já saiu do campo e foi para as cidades, e a elite estudada neste trabalho são os políticos e os intelectuais.

Alguns aspectos devem ser esclarecidos de início. Primeiro é que os jornais só nos proporcionam notícias sobre as famílias teresinenses mais abastadas, principalmente, as que eram envolvidas em questões políticas. Segundo, em muitas das vezes os eventos como aniversários são apenas citados, não nos possibilitando analisar como se dava a socialização desta data no seio da família e entre seus amigos. Terceiro, é possível que alguns dos eventos citados neste trabalho não tenham acontecido na cidade de Teresina, pois apesar do jornal ter sede na capital, ele noticia informações sobre figuras importantes do resto do estado.

Tabela 1

Ano	1909	1910
Aniversários	121	702
Óbitos	06	25
Nascimentos	02	04
Casamentos	10	17
Enfermidades e convalescências	16	12
Batismo	02	03
Aniversário de casamento	02	01
Eventos fúnebres	04	07

Número de eventos familiares anunciados (por ano) em 58 exemplares do jornal

O Norte entre os anos de 1909 e 1910

Evidentemente, nem tudo (ou melhor), muito pouco do que acontecia com as famílias virava notícia; entre os eventos citados nas publicações os principais, e mais recorrentes, são os aniversários e óbitos, além disso, com menos frequência também eram citados, casamentos, nascimentos, eventos fúnebres (missas em memória, aniversário de morte, etc.) e ainda enfermidades e convalescências. (tabela 1)

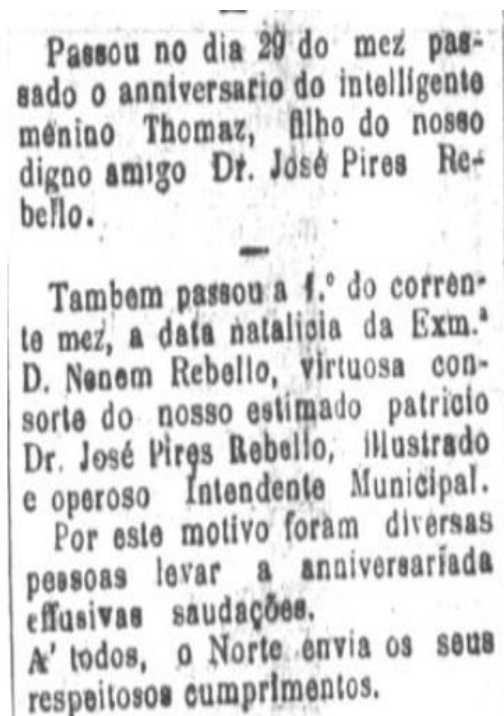
O evento que é mais citado são os aniversários, havia em geral três formas de se anunciar esta data. A mais comum era a coluna de aniversários (figura 1), onde se informavam as datas e os nomes dos aniversariantes, a segunda, era por meio de uma nota especial (figura 2), onde o jornal, além de parabenizar, lançava elogios a personalidade do indivíduo, e a terceira, menos recorrente, são matérias especiais (figura 3) com a descrição das festas de aniversário, que se caracterizavam geralmente por serem longas e dançantes, além de terem a presença de outras personalidades importantes.

Figura 1



Jornal *O Norte*, n.º431, de 1º de dezembro de 1909, p.2.

Figura 2



Jornal *O Norte*, n.º428, de 05 de novembro de 1909, p.4.

Figura 3

FESTA

Aniversariou-se no dia 30 de Setembro ultimo, o nosso inextinguivel companheiro de trabalho Dr. Luiz e Silva, meço sympathico e distincto que tem sabido fazer boas amizades pelos modos delicados de seu tracto e pelo objecto de que goza em a nossa sociedade.

Durante o dia e até certa hora da noite, o lar feliz do nosso illustre festejado esteve cheio de muitos cavalheiros e Exmas. Senhoritas, que foram levar-lhe cordiaes saudações.

A noite, houve uma mesa de doces, em a qual tomaram parte as pessoas mais intimas da casa.

Foram-lhe offerecidos diversas mimos, d'entre os quizes notamos uma fina bengalla de custoso valor, que estava annexa a um cartão com o seguinte offerecimento: «Ao pressdo amigo e collega Luiz e Silva. Affectuosa saudação de Emilio Burlamaqui. Em 30—9—09.

Foram, pessoalmente, felicitar ao nosso illustre anniversariado: Dr. Antonino Freire da Silva, vice-governador do Estado; Dr. Mathias Olympia de Mello, Secretario do Governo; Dr. Francisco de Moraes Correia, Chefe de Policia; Dr. Francisco Pires de Castro, Pro-

Jornal *O Norte*, nº42?, de 3 de outubro de 1909, p.5.

Figura 4

LUTO

Falleceu antehontem nesta cidade o major João Serafim. O inesquecivel morto era muito estimado pela sociedade therezinense.

A sua inconsolavel viuva, exma. sra. d. Mandica Serafim mandamos os nossos sentidos pezares.

—Depois de cruéis soffrimentos, falleceu na vizinha villa das Flores, no dia 7 deste mez, a Exm.^a Sr.^a D. Ignez Sobreira, esposa do nosso amigo capitão José do Amaral Sobreira. A este e aos demais parentes, nossos sentidos pezares.

Jornal *O Norte*, nº 415, de 12 de julho de 1909, p.3.

Os aniversários com festas opulentas e duradouras não deixavam de ser uma forma eficaz que a elite teresinense dessa época utilizava para demonstrar seu poder e sofisticação. A capital do Piauí nesta época ainda carregava fortes traços rurais e antigos, e a elite, mais estudada, defendia com unhas e dentes a modernização de Teresina, revindicando nos jornais serviços como saneamento básico, água encanada e luz elétrica. Esta elite queria se mostrar civilizada, e no seu cotidiano se apropriavam de comportamentos que as distanciassem das práticas que eles consideravam atrasadas, práticas essas utilizadas pela camada pobre teresinense.

Atentemos-nos agora para a descrição de um baile de aniversário:

Recebeu a 28 do mês próximo findo o nosso distinto amigo Coronel Emilio Burlamaqui, que naquele dia viu passar mais um ano de vida na sua existência, as maiores provas de estima dos seus amigos e admiradores.

Desde as primeiras horas do dia a casa de residência do aniversariado encaminhou-se o que Teresina tem de mais nobre no seu escol.

Não foi entretanto, somente a elite de nossa sociedade que lá compareceu. Vimos ali representantes de todas as classes do no nosso meio.

O dia correu entre alegria e cordialidade da Exma. Família do festejado.

As seis e meia da tarde os empregados da Delegacia Fiscal e Coletoria Federal, reunidos, tendo a frente a banda de musica do Corpo Militar de Policia, dirigiram-se para a casa de seu querido Chefe.

Ao tempo em que entravam na alegre vivenda do aniversariado a banda executou linda valsa e os manifestantes cheios de contentamento, davam o seu abraço de cumprimentos no seu digno amigo e Chefe.

(...)

O nosso amigo Dr. Luiz e Silva terminou o seu discurso oferecendo ao Coronel Emilio uma rica edição especial do “Norte”, em forma de polianteia, com esplendidos artigos e muitos cartões de todos os empregados sob a chefia do honrado Delegado Fiscal, e uma bonita caneta de madrepérola e ouro colocada em mimosa caixinha forrada a seda. Ao terminar a empolgante peça oratória abraçou o orador, bem como todos os empregados da Delegacia, ao Coronel Emilio.

(...)

Foi servido aos presentes finas bebidas (...). (O NORTE, 1909, p.1-2.)

Apesar de ser enfatizado na matéria que na festa não estavam presentes apenas pessoas da elite, as práticas na festa mostram claramente, que ela não é uma festa feita para pessoas simples, bebidas finas (e com certeza caras) foram servidas, discursos foram feitos por pessoas que sem duvida dominam a prática do discurso, além do presente valiosíssimo oferecido ao aniversariante, evidentemente essa era uma festa aberta a muitos, mas feita para poucos.

Falemos agora dos óbitos, depois dos aniversários os falecimentos são os eventos que mais aparecem no jornal, evidentemente, um momento tão íntimo e doloroso do cotidiano familiar não é explicitado com detalhes nestas publicações, apesar disso, quando vinha a óbito pessoas conhecidas da cidade elas eram ao menos citadas, e o jornal explicitava sua solidariedade com as famílias (figura 4). Observa-se porem que quando o referido falecido era uma figura muito conhecida o jornal não economizava em suas homenagens, nestes casos, geralmente a reportagem estava na primeira pagina, e contava não só com a notícia da morte, mas também com o motivo, e a descrição das cerimônias fúnebres, de velório, enterro e missa.

Outra forma de trabalhar a atitude dos teresinenses diante da morte é a análise dos escritos dos cronistas e poetas da época, sempre que um escritor se via diante de sua morte, ou seja, tivesse definhando por uma doença que provavelmente lhe levaria a óbito, ou vivenciasse a proximidade, ou o próprio falecimento de um ente querido, isso ficava claro em sua escrita. Um exemplo conhecido é o de Lucídio Freitas, um grande poeta piauiense, filho de Clodoaldo Freitas que ainda muito jovem se viu definhar pela tuberculose, durante toda sua

enfermidade, a forma como Lucídio via a morte era explicitadas em seu texto, ele a via como um fim incontornável:

A vida é representada como uma batalha sem fim, em busca da vitória, do sucesso, da felicidade, da realização de projetos, da construção de uma família. Mas Lucídio, como homem que muito sofrera os dissabores da vida, continua sua argumentação, expondo que todos esses esforços são em vão, pois a vida tem que findar, os indivíduos estão lançados ao acaso imposto pela morte. (EUGÊNIO, 2013, p.206)

Quando a morte não se dava de forma súbita, geralmente o jornal já vinha acompanhando com algumas notas o período de enfermidade do indivíduo. Este é o caso do governador do estado Dr. Anísio de Abreo, o óbito do governador foi noticiado no jornal *O Norte* do dia 12 de dezembro de 1909, todavia, no mês anterior, nas edições dos dias 05 e 18, o jornal já havia informado que o governador encontrava-se acamado, e desejava a sua plena recuperação. Inclusive no próprio mês de novembro foi anunciado o casamento da filha de Anísio de Abreo, porém, a cerimônia foi simples devido ao estado de saúde de seu pai. Ao descrever a cerimônia fúnebre, o jornal enaltece a personalidade do governador que não chegou a completar seu mandato, houve um grande acompanhamento até seu tumulo, havia muitas coroas mortuárias, e personalidades como Mathias Olympio proclamaram homenagens ao falecido.

Outro caso de falecimento merece atenção, se trata da morte de dois bebês, um menino e uma menina, o casal ainda não havia completado nem um ano de vida e já encontraram a morte, o que merece destaque nessa notícia é que o jornal se refere aos bebês falecidos como anjinhos:

A 23 deste um casal de *anjinhos* voou rumo do céu: Ignez, de três meses e um dia, filha do sr. Sebastião Cardoso, e Benjamim, de 6 meses completos, filho do sr. Antonio Leitão. Os féretros, que seguiram um após o outro para o campo santo, tiveram regular acompanhamento.
Pêsames aos pais das inditasas crianças (grifo meu). (ÓBITOS, 1910, p.4.)

Tanto nos aniversários como nos óbitos, percebe-se a importância da religiosidade católica em Teresina neste período, a linguagem usada é sempre muito respeitosa, os homens são exaltados por sua boa índole e competência no trabalho, enquanto as mulheres são elogiadas por sua graciosidade e gentileza. O jornal não economizava elogios às pessoas citadas, percebe-se que em relação aos óbitos a comoção era maior quando se tratavam de crianças e jovens. O apreço a religiosidade, e a comoção diante da morte de pessoas jovens

ficaram totalmente explicitados no caso da morte da jovem Luisa, que era conhecida por todos como Santa Martins, a morte da jovem de 17 anos é noticiada na primeira página (e continua na segunda) do jornal *O Norte*, do dia 8 de maio de 1910. Parte da matéria dizia:

Teresina acaba de perder uma de suas adoradas filhas.

A Santa que todos idolatramos, a hora do crepúsculo de terça-feira, exalou o seu ultimo suspiro. Morreu! E a sua morte veio implantar em nossos corações uma mágoa, um pesar intenso; pois, no seu rápido percurso pela existência, soube captar a nossa estima, a nossa admiração: Admiração fidalga! Estima quase excepcional!

Dezessete anos de vida, apenas! Dezessete anos, quadra feliz e ruidosa, em que os sonhos se completam, em que as ilusões mais se amenizam e se confundem em torno de uma fonte coroada de bênçãos, como a dela. (SANTA MARTINS, 1910, p.1.)

A mulher de família em Teresina era muito valorizada por sua religiosidade, a capital ainda carregava seus traços rurais, e é neste período que Teresina começa a conhecer as modernidades como o futebol e o cinema. Especialmente em relação ao cinema, alguns crônicos criticavam-no por acreditarem que ele era um desvirtuador das famílias, as moças passavam a se interessar mais em ficarem bonitas e parecidas com as atrizes do que em permanecerem nos seios de sua família. (EUGÊNIO, 2013, p.84). O jornal *O Norte* é claramente conservador, está sempre reafirmando a importância da religiosidade e dos bons costumes:

A mulher deve ser bela, deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva, mas todas podem ser belas. Beleza não é formosura nem lindeza; beleza é o resultado das graças; e toda mulher bem educada pode ter graças, pode lhes dar a educação, pode reprimir até defeitos do corpo, pode substituir a formosura e fazer linda a fealdade.

Mães cegas, que vos elevais na formosura de vossas filhas e cuidais que não precisam mais encantos, - mães que chorais sobre a fealdade de vossas filhas e julgais que nenhuns atrativos podem ter – voltai desse erro fatal a ambas, e tão funesto a umas como as outras.

Se a natureza foi liberal como tua filha, não desprezes essa vantagem; cuida da sua formosura, preserva essa tez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rosas de saúde, ter o talhe airoso, conserva esse porte elegante. (GARRET, 1909, p.2.)

E ainda diz mais:

Alva como um cisne de poeta que nas ondinas se mergulha e banha.

Tez levemente rosada, cabelos castanhos e bem crespos.

Nos lábios coral possui constante um riso angelical. Divinamente bela, surpreendentemente simpática. (PERFIL FEMININO, 1909, p.3)

Chegamos a algumas conclusões a partir destes dois eventos familiares, só chegava à imprensa acontecimentos de famílias mais abastadas, era essa classe mais alta da cidade que defendia a modernização de Teresina, se espelhando sempre em Paris, esta camada da sociedade ia de encontro aos mais pobres, que eram maioria, e que carregavam fortes traços rurais e provinciais. (FONTINELES; MONTEIRO; CERQUEIRA, 2014, p. 127). A descrição dos acontecimentos sempre muito refinados, não deixa de ser uma tentativa de diferenciação e distanciamento da classe mais pobre teresinense.

Nas poucas matérias que descreviam as festas de aniversário fica claro a preocupação com mostrar para a sociedade que a família tinha classe e condições financeiras de arcar uma festa que chegavam a durar mais de um dia, a quantidade e qualidade da comida é sempre citada, além disso, outro ponto muito tocado era como essa pessoa (e conseqüentemente a família) era querida pela sociedade teresinense.

Os jornais traziam também informações sobre outros acontecimentos do cotidiano familiar, o nascimento, apesar de aparecer em pequena quantidade, é sempre muito celebrado, assim como o batismo, apenas em um momento, foi descrito uma festa em comemoração a um batismo, nesta mesma ocasião a família também comemorava um aniversário de casamento – que também apareceram em pouca quantidade, mas também eram celebrados pelas famílias:

No dia 9 do corrente mês, realizou-se na residência do Coronel Benedicto Francisco Ribeiro, honrado competente Contador da Delegacia Fiscal, deslumbrante e concorrido baile, em regozijo a passagem do aniversário de seu casamento e batizado de seu adorado filhinho Nilo – interessante e mimoso bebê.

Cerca de sessenta senhoritas da nossa elite, ali, exibiram as mais lindas toiletts. Por todo o ambiente daquela casa em festas, trespalava um aroma sutil de múltiplas e variadas flores.

Foi um delírio! (BAILES, 1909, p.4.)

Além destes, o casamento também eram apresentados com muitas felicitações e desejo de um futuro prospero aos novos casais, eles apareceram com constância, e geralmente uniam famílias importantes de Teresina. Um casamento em especial chamou atenção:

Enlaçaram-se civil e religiosamente a 12 deste, o Sr. Dr. Gonçalo Cavalcante e a formosa senhorita Carmen Abreo, dilecta filha do Exm.º Sr. Dr. Anizio de Abreo, Governador do Estado.

As referidas cerimônias correram na maior simplicidade devido o estado de saúde do genitor da graciosa nubente.

Almejamos ao jovem par dias bonançosos e felizes. (O NORTE, 1909, p.2)

Esse episódio chamou atenção por ser mais um momento da família do Governador, que foi afetado por seu estado de saúde, como era de se esperar, por ser uma família pública, conhecida pela cidade, o jornal sempre dava muito ênfase a tudo que a envolvia, vemos aí também como um caso de enfermidade em um membro de uma família acaba afetando todos em seu entorno.

Podemos citar ainda enfermidades, convalescências e eventos fúnebres, como acontecimentos que também tinham considerável repercussão nos jornais analisados, entre os eventos fúnebres estão missas de sétimo dia, assim como outras missas em memória de falecidos, os aniversários de morte também se classificam como evento fúnebre.

Percebemos que Teresina tinha poucas famílias com notoriedade, então evidentemente, os sobrenomes se repetem nas notícias, portanto, assim como no caso de Anizio de Abreo. Quando alguém conhecido vinha a falecer, se fosse devido a alguma doença que já o acometia há algum tempo, o próprio jornal já vinha acompanhando o caso, e quando se dava a fatalidade, o jornal também noticiava os eventos fúnebres.

Outro exemplo foi o caso já citado da morte de Santa Martins, na mesma edição que foi noticiada a sua morte, a família agradece as mensagens de carinho a sua filha e convida os amigos e admiradores para a missa em memória de sua alma:

José Martins Vianna e sua esposa d. Maria Martins Viana agradecem penhorados e todas as pessoas que lhes deram pêsames por ocasião da morte de sua inditosa filha Santa Martins, como também a todos aqueles que acompanharam-na até ao Campo Santo, aproveitando o ensejo para convidar as amigas e admiradores da morta para ouvirem a missa que por sua alma mandam rezar terça-feira, na Matriz do Amparo, às 5 1/2 horas da manhã. (O NORTE, 1910, p.3)

Sobre as enfermidades, o jornal buscava noticiar sempre que alguém da alta sociedade estava com algum problema de saúde, além disso sempre desejava sua rápida melhora. Conseqüentemente, toda vez que alguém convalescia, ou seja, estava em plena recuperação de alguma enfermidade o jornal dava a boa notícia com alegria e satisfação, sempre desejando que o citado estivesse completamente curado o mais breve possível. Podemos ver o exemplo dos dois casos acima citados em uma mesma edição do jornal *O Norte*:

Já convalesceu das febres que a acometeram, a Exm.^a Sr. D. Bellinha Cunha, genitora de nosso colega Pedro Cunha.
Tem guardado o leito o nosso apreciado amigo Enéas Maia. Fazemos votos pelo seu restabelecimento. (O NORTE, 1910, p.2)

No total foram contabilizados 934 acontecimentos do cotidiano familiar noticiados no jornal. Dividindo esses eventos em duas categorias: momentos de alegria (864), momentos de tristeza (70), vemos uma grande diferença numérica. Evidentemente a coluna fixa de aniversários no jornal ajuda na diferença exorbitante nesse numero, mas também podemos tirar outras conclusões deste numero.

As famílias teresinenses, até as mais abastadas ainda tinham características muito provinciais, inspirados pela realidade europeia, a família teresinense tinha muito resguardo com sua vida privada, tinha a sua casa como um lugar seguro e privado, que lhe protegia dos males da rua lá fora, evidentemente, as famílias só mostrava, divulgavam, o que lhes interessavam, buscando construir uma boa imagem diante da sociedade, buscava sempre impressionar, mostrando assim seus momentos felizes.

Apesar de tratar de outra época e outra realidade, podemos tranquilamente relacionar o cuidado teresinense com sua privacidade ao cuidado que as famílias parisienses também tinham nos séculos XVII e XVIII. “É preciso controlar a qualquer preço o fluxo do que se diz e se vê para não assumir o grave risco de se tornar vitima. Numa sociedade de ‘iguais’ é necessário ter a estima dos outros.” (ARIÈS; DUBY, 1991, p.591).

Obviamente estas famílias tinham problemas, momentos tristes, mas elas tinham cuidado para não divulgar isso, com medo de gerar más impressões e falatório pela cidade. Apesar disso, alguns fatos não podem ser escondidos, por isso óbitos e doenças geralmente chegavam ao conhecimento da sociedade em geral, então quando as famílias eram conhecidas, conseqüentemente, estes fatos eram noticiados em jornais.

É importante ainda não desconsiderar as intenções dos jornais, a historiografia já demonstrou mais que claramente que nenhuma fonte está imune à subjetividade de quem a produz, ainda mais em um jornal claramente engajado politicamente. Não podemos desconsiderar, portanto, a teia de relações pessoais que construía o que era ou não noticiado no jornal, a já citada repetição dos sobrenomes só reforça a ideia de que o jornal não era parcial, e tinha suas inclinações políticas e pessoais.

Uni-se a posição nada parcial do jornal analisado, com o cuidado das famílias de manter sua honra diante da sociedade, torna-se assim cada vez menos possível que outros aspectos do cotidiano destas famílias sejam noticiados, principalmente se envolverem a maculação da honra desta, por isso, escândalos, e problemas de ordem pessoal que naturalmente todo núcleo familiar tinha, eram resguardados na proteção de seu lar. O próprio jornal demonstra sua posição conservadora em uma matéria em comemoração ao seu aniversário:

(...)

Vindo de longe, quase de muito longe, mesmo, tem atravessado grandes e ameaçadoras sakaras, visto como a vida da imprensa só produz frutos em benefício da humanidade, estacando ente uma surpresa de decepções, ante uma série de amarguras, que acabrunham, porque a altivez que a caracteriza, é por si só uma hombridade e um alfanje que se anteponham à sua frente, interceptando a sua entrada *nos domínios da moral e dos bons costumes*.

Onze anos acaba de completar, marchando a passo lento, procurando conservar-se às conveniências do meio, não rugindo como os leões das grandes sociedades, nem se abaixando como os raquíticos pusilânimes ao nível dos vermes.

É assim que temos vivido. Pouco nos importam o desprezo, a indiferença de uma meia dúzia de plebeus, que desconhecem a missão nobilíssima que nos engrandece. Pouco importa tudo isso (grifo meu).

(...) (O NORTE, 1910, p.2)

Sobre o corpo de redatores do jornal muito pouco é informado, na maioria dos jornais contem a informação “redatores diversos”, alguns outros apresentam os redatores como Aurélio Britto e Luiz e Silva, e uma minoria traz apenas o nome de Luiz e Silva como editor chefe. Portanto, estas informações não nos permitem um aprofundamento no nível de influência externa que o jornal recebia, ou seja, não foram encontradas fontes que nos permitam relacionar estes nomes, e também o nome do dono do jornal (Honorato José de Souza), com algum engajamento político, que pudesse influenciar de alguma forma as informações noticiadas no periódico.

Considerações Finais

Enfim, depois desta análise chegamos à conclusão de que havia sim aspectos importantes do cotidiano das famílias teresinense que eram anunciados nas mídias, quanto mais conhecida era a pessoa, mais “invasivo” o jornal era, ou seja, quanto mais importante a pessoa fosse mais detalhes sobre o seu cotidiano eram noticiados. Porém, mesmo em famílias mais conhecidas percebe-se um cuidado para não expor demais suas intimidades aos olhos públicos. A época estudada neste trabalho compõe um período que ainda se preocupa bastante em manter a honra e a moral da família diante da sociedade.

Este texto vem trazer, portanto, o limite da exposição, isto é, até que ponto as famílias se permitiam aparecer. Como foi demonstrado anteriormente, esta exposição não era gratuita, ela tinha por intuito “divulgar” para a sociedade em geral o nível de civilidade, e as boas condições financeiras das famílias.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Fransuel de Lima; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina descalça: a formação da cidade na Belle Époque. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MONTEIRO, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs.). *Itinerários da pesquisa em História: A polifonia de um campo*. Teresina: EDUFPI, 2014.
- BARROS, Fransuel Lima de; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Entre os bons e os maus costumes: futebol, cinema e as vivências em Teresina no início do século XX. In: EUGÊNIO, João Kennedy. *História e Vida*. Teresina: EDUFPI/PET, 2013.
- BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. Escritos tanatológicos: a experiência com a finitude em Teresina de 1900 a 1930. In: EUGÊNIO, João Kennedy. *História e Vida*. Teresina: EDUFPI/PET, 2013.
- FARGE, Arlette. Famílias: A honra e o sigilo. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). *História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol.3. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Família e economia: um estudo dos inventários e testamentos paulistas dos meados do século XVII*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. *Anais...* s.l.: s.n..

LISTA DE FONTES

- BAILES. *O Norte*. Teresina, 17 de jun. de 1909.
- GARRET, Almeida. *O Norte*, Teresina, 20 de jul. de 1909.
- O NORTE, Teresina, 10 de fev. de 1910.
- O NORTE, Teresina, 20 de dez. de 1910.
- O NORTE, Teresina, 3 de out. de 1909
- O NORTE, Teresina, 8 de mai. de 1910.
- O NORTE. Teresina, 18 de nov. de 1909.
- ÓBITOS. *O Norte*, Teresina, 28 de ago. de 1910.
- PERFIL feminino. *O Norte*, Teresina, 24 de junho de 1909.
- SANTA Martins. *O Norte*, Teresina, 8 de mai. de 1910.

ROQUE MOREIRA E SEU GOSTO NA BERLINDA: uma análise da cultura popular na rádio pioneira de Teresina no período 1970-1990

JOSÉ DE JESUS REDUSINO⁵

O rádio tem suas próprias memórias, que se confundem com nossos próprios sentimentos. Mas ao falar do programa do Roque Viana Moreira, "Seu Gosto na Berlinda, não podemos negar o caráter popular e "transgressor" dos limites sociais impostos na época, pelo *disk jockey*⁶ que o conduzia, a isto é obviamente relevante, a proposta seria então parecida, com o que Peter Burke, fala sobre Mikhail Bakhtin, referindo-se à sua obra sobre Cultura Popular na Idade Média (1999), "...assinala uma mudança de ênfase que chega quase a redefinir o popular como o rebelde que existe em todos nós, e não a propriedade de algum grupo social"(BURKE,1999, p. 17).

O texto, aqui proposto, terá a função de entender a forma e a dinâmica cultural popular que envolvia os ouvintes, através do programa Seu Gosto na Berlinda, também se confunde com memórias postas, específicas de uma época e nos faz refletir sobre algumas representações simbólicas idealizadas pelas pessoas, mas que ainda hoje são plenamente atuais: por que as pessoas envolviam-se tanto com o programa ao ponto de enviarem mensagens esboçando publicamente seus próprios sentimentos, segredos e angústias? O que tornava o programa popular? Existe alguma relação entre o programa e aspectos culturais da época que envolviam as pessoas? Que aspectos da cultura popular da época manifestavam-se através do programa? Essas indagações serão respondidas através da pesquisa bibliográfica e documental⁷ e assim nos farão refletir através do tempo para que assim não esqueçamos quem fomos, quem somos e o que queremos ser.

A pesquisa será relevante, sobretudo porque refletirá a história da Rádio Pioneira de Teresina, no período de 1970 a 1990, quando teve sua programação voltada para o resgate das manifestações de cultura popular típicas dos ouvintes e da cidade, bem como para valorização da participação popular na construção da sua grade de programação. Neste contexto, discute a relação da cultura popular e radiodifusão; a história da Rádio Pioneira de Teresina, e, em particular, o envolvimento da mesma na difusão da cultura teresinense ou local.

⁵ Mestrando em História na UFPI; Especialista em Pobreza e Desigualdade Social e Graduado em História pela mesma Universidade.

⁶ Disk Jockey, nome dado aos locutores que fizeram sucesso nas rádios da década de 60 e 70 com [programas](#) musicais especiais, marcados por suas personalidades e estilos.

⁷ Programas, "Seu Gosto na Berlinda"; recados e mensagens enviadas ao locutor para serem lidas durante o programa.

É inegável que existem inúmeros trabalhos escritos sobre rádio⁸, cultura popular⁹, memória do rádio¹⁰, enfileirados num determinado tempo específico, cada um com suas próprias características e importância acadêmica. No entanto, a importância desta pesquisa está justamente no fato de se registrar a história de uma emissora local e seus personagens, sua relação com os programas que envolviam as pessoas nas décadas de 1970 a 1990, preservando parte da história da própria comunidade.

O rádio, por si só, é um veículo que trabalha com a oralidade. É justamente por este motivo que muito de seu conteúdo se perde no tempo, diferente dos jornais, que podem ser consultados séculos depois de sua publicação. A trajetória de carreira dos locutores vive no imaginário de muitos ouvintes, que relembram as vozes que atuaram no passado, mas poucos são os registros sobre isso.

São questões de extrema importância para o entendimento e compreensão que orientam diversos trabalhos acadêmicos de pesquisa sobre rádio e trazem uma contribuição conceitual aos estudos de radiodifusão, de cultura e de formas de participação popular, sejam elas relacionadas à programação de rádio ou à produção cultural. Trata-se de uma reflexão sobre as diversas formas de proximidade entre a cultura popular da “massa” ouvinte e radiodifusão das manifestações da população em relação ao programa “Seu Gosto na Berlinda”, do radialista Roque Moreira.

Uma Rádio Pioneira

A Rádio Pioneira de Teresina, surgiu a partir dos ideais renovadores do arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela¹¹, em meados de 1962, exercendo a partir daí um papel preponderante junto à comunidade ouvinte, atuando como veículo de comunicação de grande influência cultural, sobretudo através de uma grade de programação que alcançava as camadas populares, da capital e do interior do Estado.

O contexto social vigente na época, no qual estavam ocorrendo significativos processos que mesclavam os interesses, anseios e vivências de uma sociedade rural e agrária

⁸ É notório o trabalho dos pesquisadores locais, ANDRADE José Maria. **Rádio Pioneira de Teresina: “A emissora que não para”** In NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.) ; SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas.(Org.). *Encuzilhadas da História: Rádio e Memória*. Recife: Bagaço, 2006.

⁹BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad., Denise Bottmann. São Paulo, Companhia da Letras, 1989

¹⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Produções Editora, 2004.

¹¹ Arcebispo da Arquidiocese de Teresina de 1955 a 1971. Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Teresina

que esteava em processo de urbanização, com inserção de novos elementos e vivências que marcaram as transformações da sociedade brasileira, sobretudo, a partir de 1930.

No Piauí, esse imbricamento entre o rural e o urbano, mostra o processo de inserção capitalista: a vinda de pessoas para a cidade para estudar, fazer negócios, cuidar da saúde, que traziam consigo significativos elementos que expressavam uma cultura popular que dialogava com esse contexto de vivência,

[...] O processo de migração de populações rurais do interior do Piauí e Maranhão, não se inicia com o nosso recorte, nem termina com ele, no entanto, o período selecionado, representa um momento de intensificação desse fluxo migratório, á medida que a cidade de Teresina, sede do governo estadual, passava a concentrar parte da riqueza gerada nas atividades de extração e comercialização de produtos, extrativistas, como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu. [...] A cidade se tornava assim polo de atração de pessoas que procuravam melhores condições de educar os filhos, como também, de espaços mais vantajosos no mercado de trabalho (BRANCO, 2005, p. 27).

Essa conjuntura levou a Rádio a mesclar objetivos comerciais com as ansiedades de seu fundador, procurando atingir, um público diverso, sem perder seu caráter religioso, algo que Vilela (1962), fazia questão que fosse evidenciado, acompanhando de perto os *scripts* da programação, talvez como censura ou provavelmente, apenas tentando fazer com que a emissora não perdesse suas características fundamentais de transmissora dos ideais católicos.

É certo, que todo veículo de comunicação de massa, sofre influência direta dos aspectos sociais, culturais e, no caso da Rádio Pioneira, dos aspectos religiosos, que segundo Edgar Morin,

A cultura de massa integra e se integra ao mesmo tempo numa realidade policultural; faz-se conter, controlar, censurar (pelo Estado, pela Igreja) e, simultaneamente, tende a corroer, a desagregar outras culturas. A esse título, ela não é absolutamente autônoma: ela pode embeber-se de cultura nacional, religiosa ou humanista e, por sua vez, ela embebe as culturas nacional, religiosa ou humanista. (MORIN,1977, p.16).

No entanto, a dimensão cultural dada à programação da Pioneira, perpassa os limites dimensionais da cultura de massa, não só pelos valores impostos ao carisma da rádio, mas pela dimensão comunitária que caracterizava sua programação, talvez a isso, se explique o grande sucesso do programa *Seu Gosto na Berlinda*, apresentado pelo radialista Roque Viana

Moreira (1935-1994)¹², que apesar de toda a mudança de programação, manteve-se no ar por cerca de quase 30 anos.

Propondo-se a ter uma proposta inovadora na forma de interagir com seus ouvintes, a Rádio Pioneira, ficou conhecida como a propagadora da educação e da cultura, que através de uma “polidez” na fala dos seus locutores, ganhou respeito e audiência, sobretudo na parte informativa, exigência de seu fundador, Dom Avelar Brandão Vilela, que fazia questão de acompanhar cada programação fazendo com que esta não viesse a sair do “plumo” editorial.

A pesquisa documental mostra por que as pessoas envolviam-se tanto com o programa ao ponto de enviarem mensagens esboçando publicamente seus próprios sentimentos. As comunicações ou recados eram lidos sem a menor cerimônia,

[...] Nós já estamos às 14:54 minutos, vamos prosseguir levando aos seus receptores a segunda audição de Seus Gosto na Berlinda, o roteiro musical feito pelo próprio ouvinte. Atenção, Lagoa do Barro, município de José de Freitas, este aviso é para o seu MundicoFulô. Seu filho, Raimundinho Fulô, manda avisar que chegará no dia 12 de março, na parte da tarde. Pede que o Chiquinho espere na casa do seu Bené com os cavalos (AVISOS. Seu Gosto na Berlinda, Teresina: Rádio Pioneira, 12 de fevereiro de 1980. Programa de Rádio - ARQUIVO SONORO DA RÁDIO PIONEIRA DE TERESINA).

Desse modo o estudo mostra que as exigências comunicativas da época, tornavam o rádio um instrumento não só de entretenimento, mas também meio de comunicação entre os ouvintes; uma verdadeira necessidade “utilidade pública” de educação e cultura popular, conforme destaca o pesquisador José Maria Vieira de Andrade.

Esta é mais uma das inúmeras utilidades do rádio, a de contribuir para a educação. [...] sem dúvida alguma a contribuição do rádio seria uma das mais valiosas, uma vez que o rádio penetra em todas as localidades, e mesmo naquelas de mais difícil acesso, levando uma notícia boa ou uma notícia triste. Da mesma forma, poderia ele servir como, está servido, para levar o conhecimento e a cultura (ANDRADE, 2006, p.94/ “FOLHA DA MANHÃ,1962, nº 1391, p.3).

No entanto, a Rádio Pioneira, não somente inovou no campo educativo e cultural, mas tornou-se a primeira emissora a transformar sua grade de programação em verdadeiros sucessos de audiência, alie-se a isso a tecnologia, para a época, investindo massivamente em programas jornalísticos abertos ao público e com a participação direta destes.

¹² Roque Viana Moreira (07.06.1935),nascido na cidade de Camocim-Ce, começou a trabalhar na Rádio Pioneira de Teresina em 01 de março de 1965.Inicialmente, exercia suas funções no setor de contabilidade da emissora.posteriormente passou a exercer o cargo de locutor(radiorepórter). Comandou durante quase 35 anos um dos programas de maior audiência em uma emissora de rádio. Faleceu em 19 de dezembro de 1994.

A relação, quase “simbiótica” que começou a surgir entre os apresentadores dos programas e o público ouvinte tornou, a Pioneira, não somente a “rádio do povo, mas também a maior audiência já conhecida por uma emissora de rádio já existente na capital, Teresina, como em todo o estado do Piauí. Os programas tornaram-se populares; as pessoas participavam ativamente, sejam como ouvintes assíduos, sejam como propagadores da rádio; era uma nova era na forma de comunicação, que embora, com o surgimento da televisão, não perdeu sua característica na essência, ou seja de continuar invariavelmente, não deixando-se esquecer nem se fazer perder-se no tempo a de tornar o público seus principais interlocutores.

Papeis sociais emblemáticos: a cultura popular

Não poderemos discorrer sobre temas como cultura e popular sem recorrer a autores que desmistificam os conceitos recorrendo a antropologia e a Própria Histórica Cultural, sobretudo tendo como objeto a análise do comportamento dos sujeitos no processo envolvente que traça uma linha quase tênue entre os dois conceitos, que por muitos, são discutidos quase de forma dogmática, o que não é a nossa intenção neste artigo.

Ao traçarmos uma análise sobre o que é cultura e o que popular, a partir de um programa de rádio, recorreremos aos aspectos mais relevantes do intelectual e grande pensador russo, Mikhail Mikhailovich Bakhtin, que no seu livro, *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*(1987), reconheceu sabedoria na corrente popular das falas, nos provérbios, na força dos costumes de uma época em que os simples e até os loucos se fizeram pertencentes a uma sociedade sendo sujeitos de sua própria história.

O que tornava o programa *Seu Gosto na Berlinda popular*? As análises empreendidas mostram a existência de uma linguagem e um diálogo que traduzia os anseios e as vivências das pessoas, cujo contexto imbricava o rural e o urbano, permeando valores, gostos, expectativas e projetos de vida, o que mostra que a cultura popular estudada a partir de um programa de rádio, que apresentava uma espécie de “simbiose” culturalista entre os ouvintes do programa com o próprio veículo de comunicação, em muito pela forma e pelo método empregado pelo condutor do programa, de forma singular, mas também com uma pluralização das práticas sociais, com significados próprios para aqueles que as realiza (CERTEAU, 1995, p. 11).

O presente estudo em âmbito local dialoga com as análises desenvolvidas por Bakhtin (1987), para o qual o projeto intelectual desenvolvido, determinam ideias do

comportamento humano. Desse modo, considerando o contexto rabelaisiano e desmistificando a análise da cultura popular vista apenas pelo modo culturalista clássico em que os pedestais são formados para abarcar apenas aqueles que detém hierarquicamente o pleno poder do conhecimento científico e acadêmico.

[...] A abolição das relações hierárquicas possuía uma significação muito especial. Nas festas oficiais, com efeito, as distinções hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagens apresentava-se com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para seu nível. Essa festa tinha por finalidade a consagração da desigualdade. (BAKHTIN, 1987, p. 9).

É certo que, ao propor uma nova visão dos modelos conceituais de cultura popular, Bakhtin (1987), acelerou todo processo que culminou com a nova forma de enxergar e analisar o sentido destes conceitos quando estes se fazem presentes nos estudos da História Cultural. Os parâmetros traçam alguns aspectos plurais entre a linguagem oficial e a linguagem popular, desmistificada e discutida de forma bem mais abrangente por Michel de Certeau (1995), em que os estudos realizados no final do século XVIII traçam uma espécie de entusiasmo pelo “popular” tomando conta da aristocracia liberal e esclarecida do fim do século (CERTEAU, 1995, p. 58)

Os aspectos da cultura popular da época relativos à forma das pessoas se expressarem nos seus espaços de vivência manifestavam-se através do programa Seu Gosto na Berlinda,

[...] O senhor Joaquim Silvestre, convida a população em geral para a grande festa, dia 23 de julho em Joaquim Gonçalves, no Maranhão, coma presença de Paulinho e seu Conjunto, o sanfoneiro mais popular do Nordeste. São 7 horas e trinta e oito minutos. Na parte musical, lançamento do LP de Lindomar Castilho, interpretando o “Troco”. (AVISOS. Seu Gosto na Berlinda, Teresina: Rádio Pioneira, 21 de julho de 1970. Programa de Rádio – ARQUIVO SONORO DA RÁDIO PIONEIRA).

A aproximação entre cultura e popular está cada vez mais interligadas que, de certa forma, fica demasiado complicado fazer estudos sobre os dois conceitos separadamente, muito embora existam folcloristas, antropólogos e até mesmo historiadores do assunto que insistem em dividi-los, diferente de outros que concentram-se mais na interação do que na sua separação, ou diferentemente de, Carlo Ginzburg (2002), que no contato com Mikhail Bakhtin (1987), encontrou a inspiração para a formulação do conceito de circularidade cultural, na obra *L'ouvre de François Rabelais et laculturepopulaireauMoyen Age et souslaRenaissance*, publicada na França em 1970.

Provavelmente aí recaia o interesse cada vez maior na obra de Bakhtin (1987), que de certa forma determina uma “transgressão” destes valores, não em oposição às elites, mas à cultura oficial (BURKE, 1999, p. 17). Bakhtin (1987), nos traz em sua belíssima obra literária, o contexto da cultura popular a partir de um contexto de uma personagem, Rabelais, que transgride os valores de uma época marcada pela “polidez” dos comportamentos e costumes.

A isso, poderíamos, lembrar o programa de Roque Moreira, que tendo inúmeros ouvintes, transpunha a própria barreira do tempo e do espaço geográfico marcado sobretudo pelas diferenças culturais existentes:

[...] Já dissemos que durante o carnaval nas praças públicas a abolição provisória das diferenças e barreiras hierárquicas entre as pessoas e a eliminação de certas regras e tabus vigentes na vida cotidiana criavam um tipo especial de comunicação ao mesmo tempo ideal e real entre as pessoas, impossível de estabelecer na vida ordinária. Era um contato familiar e sem restrições, entre indivíduos que nenhuma distância separa mais (BAKHTIN, 1987, p. 14).

Bakhtin (1987), dá voz aos anônimos, numa época em que estes não tinham voz. As massas falam e falam culturalmente através dos gestos e dos comportamentos simples, mas, plurais, fugindo totalmente dos ideais de uma história dos poderosos, possibilitando um campo de estudo que hoje constitui material específico de inúmeros historiadores, antropólogos, folcloristas e literários.

Michel de Certeau (1995), traduz bem este pensamento:

[...] É exatamente isto que o Historiador - é, afinal, nosso lugar - pode apontar aos analistas literários da cultura. Por função, ela desaloja estes últimos de uma pretensa condição de puros expectadores aos lhes manifestar a presença, por toda parte, de mecanismos sociais de seleção, de crítica, de repressão, mostrando-lhes que é sempre a violência que funda um saber. A história está nisso, ainda que não seja senão isto: o lugar privilegiado onde o olhar se inquieta (CERTEAU, 1995, p. 81).

Roque Moreira, proporciona aos seus ouvintes, através de seu programa, a liberdade de expressão e de sentimentos das massas “excluídas”, tornando-os partícipes de sua própria história, envolvendo-os numa harmonia cultural dos “simples”, do povo da roça, de um consenso popular, entre o apresentador, dito, *disk jockey* e o seus expectadores.

Trata-se de um fenômeno cultural em termos de participação popular, que atingia a sensibilidade dos ouvintes tornando-os absorvidos

Uma rádio, um programa, um gosto popular

O programa Seu Gosto na Berlinda possuía vertentes quase “inexplicáveis”, pois até os dias de hoje alguns trabalhos escritos sobre a era do rádio em nossa região, não conseguiram explicar porque um programa de rádio de caráter popular, apresentado por um *disk jockey* sem formação jornalística acadêmica, que trabalhava no setor de contabilidade da Rádio Pioneira de Teresina, que permaneceu no ar por mais de trinta anos no ar sendo sempre campeão de audiência, conseguiu arrebatar uma enorme onda de ouvintes, que se enfileiravam nas portas da Rádio; uns para simplesmente ouvir o programa, outros para deixar seus recados que eram lidos pelo radialista Roque Moreira, geralmente tendo como receptores, familiares, parentes, amigos, vizinhos ou mesmo apenas para comunicar uma festa, naquela época, chamada de “adjunto”, que aconteceria na localidade tal:

[...] O jovem Antonio José Soares e Chico mundico, tem o prazer de convidar o povo em geral dos lugares, Taquarema, Vinagreira, Mutuca, Terra Preta, Sossego, Canto Escuro, Angelim, Baixinha, Bela Moda, Porto da paz, e demais lugares vizinhos, para a grandiosa festa, dia cinco de agosto, lugar Nova Vista, município de União, animada pelo conjunto brado do sucesso, de José Maria Batalha. Avisa ainda, que haverá duas partidas de futebol entre Lagoa Legre e time local, e agradece pelo comparecimento de todos. (AVISOS. Seu Gosto na Berlinda, Teresina: Rádio Pioneira, 21 de julho de 1970. Programa de Rádio – ARQUIVO SONORO DA RÁDIO PIONEIRA).

É inegável que o programa adquiriu feições populares atingindo um grande público, pois o seu apresentador mantinha suas próprias características na forma de portar-se como apresentador. Não porque a rádio quis assim, não porque seus diretores quiseram desta forma, mas porque estas eram as feições marcantes de Roque Moreira, eram inerentes a este e por conseguinte, viu-se aí uma oportunidade única, pois com a grande audiência do programa vieram as perspectivas do real carisma da rádio, a de não perder seu caráter cultural, educacional e sobretudo voltada para as camadas sociais menos favorecidas, sobretudo aquela população que estava na zona rural e nos rincões distantes do interior.

Não podemos negar, até então, que as feições populares do programa, de forma interativa, simbiótica, externamente participativa, necessário, útil, tornam as pessoas “reféns” de suas próprias necessidades. O popular atrai e aliado às necessidades urgentes de comunicação entre as pessoas, tornam o ouvinte, as pessoas comuns, personagens de uma “mistura” cultural, incapaz de ser definitivamente explicada nos moldes oficiais ou no modo simplista que alguns estudiosos do assunto tentam defini-los. Bakhtin, definiu bem tal situação:

[...] Desta Forma, a cultura popular não oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um território próprio: a praça pública, e de uma data própria: os dias de festa e de feira. Essa praça entregue à festa, já o dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: o comércio livre e familiar. [...] a linguagem familiar, que formava quase uma língua especial, inutilizável em outro lugar, nitidamente diferenciada da usada pela Igreja, pela corte, tribunais, instituições públicas, pela literatura oficial, da língua falada das classes dominantes (BAKHTIN, 1987, p.133).

Seu Gosto na Berlinda, não era um programa convencional, ditado pelas normas jornalísticas e muito menos “preso” às conveniências radiofônicas que determinavam o perfil dos programas das rádios, ditas populares das décadas de 1970 a 1990. O programa circulava entre o brega e o (BAKHTIN,1987, p.142); entre o bucólico e o culturalmente incorreto, ou seja, que levava em conta aspectos técnicos de linguagem e uma grade de programação específica, feita e idealizada por pessoas com conhecimento acadêmico de jornalismo, mas circundava todos os desejos e gostos possíveis.

Nada me autoriza a falar da cultura, não possuo nenhuma credencial. Do mesmo modo, as tomadas de posição que me são próprias dão lugar, de antemão, a convicções e a análises diferentes. Por conseguinte, torna-se possível abordar abertamente alguns desses problemas difíceis que as personalidades “qualificadas” procuram evitar. Uma descrição elegante conduziria diretamente ao academismo.(CERTEAU,1995, p.221).

Sabemos que alguns programas de rádio que seguem estas características, tornam-se hegemônicos e singulares na sua forma de ser, não por acaso, Gramsci (1978), determina tais princípios característicos como “hegemonia cultural”, conceito que foi determinante para alguns estudiosos que se arriscam a estudar e a discutir cultura, sobretudo, desassociando cultura de elite e cultura popular, notadamente por Edward Thompson (BURKE, 1999, p. 19).

Não é possível contabilizar determinados conceitos no que se refere aos estudos sobre cultura do rádio, sem discutir a relação existente entre cultura popular e cultura de elite; seria conveniente discuti-las como plurais e não como homogêneas, pois as duas se misturam, mesclam-se, tornando-se “cultura das classes populares” (Mandrou 197, Ginzburg 1979), pois a ponte que liga as duas é meramente simbólica, a isso, Peter Burke, discute com propriedade:

[...] Qual das teorias está certa? O debate se complicou com diferenças de definição, mas se continuarmos a usar os termos “cultura erudita” e “cultura popular” tal como foram definidos antes neste capítulo, pode-se afirmar com segurança que existia um tráfego de mão dupla entre elas. Como disse Redfield, “ a grande tradição e a

pequena tradição” por muito tempo se afetaram mutuamente e continuam a fazê-lo”. (BURKE, 1999, p.85).

O programa Seu Gosto na Berlinda tinha o popular que “atçava” não somente o gosto dos “incultos”, mas também os dos culturalmente letrados, não pelos mesmos interesses, mas pela capacidade de absorver valores inerentes às duas camadas sociais. Era atraente, simples e a simplicidade está carregada de desejos incultos,

[...] Nesse sentido, entram em cena diversas instâncias que procuram definir o que é arte qualificando-a como superior ou inferior, erudita ou popular, alta ou baixa e assim por diante. Nesse aspecto, determinados bens simbólicos são tachados como superiores enquanto outros podem ser objetos de consumo em massa (JOANILHO, 2008, p. 533).

Os sentimentos, os segredos de cada um, não existiam mais, apenas as necessidades imediatas eram necessárias. A comunicação era uma obrigação pública, desta forma, *Seu Gosto na Berlinda*, não era mais “um programa de rádio”, era “o programa do Roque Moreira”, de todos, compartilhando obrigações, anseios, desejos, nas palavras de Michel de Certeau,

[...] A importância crescente dos problemas culturais está inserida em um amplo contexto. Em primeiro lugar, ele se caracteriza pela lógica de uma sociedade produtivista que correspondeu às necessidades elementares da população contribuinte e que, para se ampliar, deve analisar, desenvolver e satisfazer necessidades “culturais” de sua clientela...(CERTEAU, 1995, p.192).

O debate cultural, circunda toda a beleza do Seu Gosto na Berlinda, não por se tratar de um programa dito “brega”, mas por sintetizar todos os aspectos da cultura popular, do gosto individual de cada ouvinte, carregada pelo estilo ímpar do apresentador, conhecido como *disk jockey*, a isso não podemos desconsiderar a grande contribuição do locutor, radialista, apresentador, que potencializou toda uma forma dinâmica, inovadora, fértil, proporcionando a nós, historiadores um campo notório do estudo da cultura popular do rádio.

Considerações finais

O programa Seu Gosto na Berlinda, apresentado pelo radialista Roque Viana Moreira, em duas edições na Rádio Pioneira de Teresina AM (1.150) nas décadas de 1970 a 1990, sintetiza a história cultural popular do rádio em âmbito local no referido período, cumprindo sua função de atender aos desejos e interesses de um público ouvinte, numa época

em que a comunicação entre as pessoas era feita de forma precária, mas também, tornando-se capaz de ser objeto de estudo dentro dos aspectos da História Cultural (do rádio), não somente por apresentar características singulares, mas sobretudo por determinar uma linguagem específica, capaz de determinar o gosto, seja de uma camada social, dita “elite cultural”, mas também envolvendo as camadas populares, tornando as duas vertentes pertencentes a um mesmo patamar, inerentes entre si, capazes de dialogar, de interagir, de misturar-se, tornando a “biculturalidade”¹³ possível.

A análise do programa, Seu Gosto na Berlinda, mostra que devemos considerar o fato de que não existe hegemonia em torno dos estudos sobre cultura popular, muito menos discuti-la como uma categoria distinta, singular, inerentes a uma determinada classe social, mas estudiosos do assunto, como, antropólogos, sociólogos e historiadores, devem comportar-se como aprendizes de um tema que denota muitas discussões.

Resta somente aprender e cada vez mais aproximar-se do debate em torno das questões que envolvem todo um sistema inacabado, ainda mais que nos últimos anos os estudos sobre a o conceito de cultura popular estenderam-se amplamente, sendo objeto de contenda de antropólogos, sociólogos, historiadores e todos que se arriscam a discutir a temática de forma a ampliar os conhecimentos e a aprimorar as discussões.

A trajetória da análise da cultura popular a partir do programa de rádio, Seu Gosto na Berlinda, apresentado pelo radialista Roque Viana Moreira, nas décadas de 1970 a 1990, torna-se possível porque o debate concentrou-se na possibilidade de estudar os diversos comportamentos dos ouvintes, que movidos sobretudo, pelo sentimento popular da Rádio Pioneira de Teresina, tornaram-se coparticipantes de um programa de utilidade pública que atendia as principais necessidades de um público específico, numa época em que o rádio era o principal veículo de comunicação entre as pessoas que transitavam entre as cidades dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará ou até onde o rádio alcançava.

A Rádio Pioneira, então consagra-se como uma das principais emissoras de utilidade pública, tendo a sua grade de programação, voltada para um tipo de público específico, tendo o carisma de atender as camadas mais pobres das cidades do interior e do Estado, não somente, como forma de adquirir audiência e manter-se no ar, mas sobretudo, graças aos esforços de Dom Avelar Brandão Vilela e uma equipe de apresentadores, tornar-se símbolo maior da propagação da cultura popular.

¹³ O termo é usado por Peter Burke para se referir a interação entre a cultura popular e a cultura de elite, na idade moderna.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE José Maria. **Rádio Pioneira de Teresina: “A emissora que não pára”** In NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.) ; SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas.(Org.). *Encuzilhadas da História: Rádio e Memória*. Recife: Bagaço, 2006, p.93
- Arquivo Sonoro da Rádio Pioneira, Teresina, 2002. Programa Seu Gosto na Berlinda.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento** – O contexto de François Rabelais. São Paulo, Hucitec, Brasília, Universidade de Brasília, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. *Família Escritas: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*. 2005. 230f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad., Denise Bottmann. São Paulo, Companhia da Letras, 1989
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- FOLHA DA MANHÃ. Ano I, Teresina-Pi, março de 1958 – Ano VI, Teresina-PI, outubro de 1962
- JOANILHO, André Luiz Joanilho. JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. **Sombras literárias: a fotonovela e a produção cultural**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 533 – 2008
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora. Junho, 2004
- PROGRAMA SEU GOSTO NA BERLINDA, **Teresina**: Rádio Pioneira, 21 de julho de 1970. Programa de Rádio. Arquivo sonoro da Rádio pioneira de Teresina.

DA UTOPIA ESTATAL A DISTOPIA LITERÁRIA: O ROMANCE “NÓS” COMO SINTOMA DO TOTALITARISMO SOVIÉTICO

Rômulo Rocha e Silva*(romulorochoa16@hotmail.com)¹⁴
Jonas Carvalho Ferro*(jonas.historiador@hotmail.com)¹⁵

Regimes ditatoriais, grandes guerras mundiais e a provável perda de liberdades individuais dominam a primeira metade do século XX. Limitados pela censura, os escritores veem na distopia uma forma criativa de satirizar a realidade e identificar os males que ameaçam o mundo. O “alvo” é quase sempre a tirania governamental. A obra “Nós” escrita por Yevgeny Zamyatin em 1921 apresentar um mundo no qual todos os cidadãos são conhecidos por números e vigiados de perto pelo governo, que os organiza de forma a obter deles o máximo de produtividade. As sociedades queriam ser perfeitas e o sonho era vendido como simples de alcançar. Mas as utopias de perfeição social e divisão igualitária de bens teimavam em não saltar para fora da imaginação. Pensaram-se então sociedades que, na condenada busca de utopias, se tornaram opressivas, totalitárias e ameaçadoras. E nasceram as distopias.

O presente artigo visa analisar através da obra “Nós” de Yevgeny Zamyatin a utopia da revolução russa como promessa salvacionista e longe da realidade social, portanto utópica, e a distopia que em contornos satíricos e literários aproximava-se do real, mostrando a imaginação literária como intuição histórica e como a obra manifesta um sentimento de angústia¹⁶ com o futuro em forma de sintoma¹⁷ para o autor.

Zamiatin foi sacerdote ortodoxo russo, apoiador do regime bolchevique e da Revolução Vermelha e pioneiro na escrita do gênero que hoje é considerado distópico, escreveu sua obra mais conhecida após torna-se um crítico ferrenho do regime que fazia parte conforme a censura passou a ser praticada. Zamiatin cursou engenharia naval na cidade de São Petersburgo, entre 1902 e 1908. Nesse mesmo período, o autor adere ao movimento bolchevique, o que o leva a ser exilado do país em 1905.

Após a Revolução Russa de 1917, Zamiátin contribui escrevendo e editando vários jornais e revistas socialistas, até perceber que o regime comunista passava a ganhar contornos totalitários, o que o motiva a escrever e publicar Nós. Isso o torna um dos primeiros

* Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI.

* Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI.

¹⁶ Lacan, angústia é, angústia não é uma emoção, mas um afeto especial que “tem estreita relação de estrutura com o que é um sujeito” (Lacan, p. 10)

¹⁷ Lacan, “significante de um significado recalcado da consciência do sujeito” (Lacan, 1953/1998, p. 282).

dissidentes soviéticos. No decorrer dos anos 1920, o autor é fortemente perseguido na União Soviética, o que o leva a solicitar o exílio diretamente a Stalin. Depois da intercessão de Maxim Gorky, autor russo fundador do realismo socialista e tido em alta conta por Stalin, Zamiátin tem seu pedido atendido e se muda para Paris, em 1931.

O sintoma do totalitarismo

O sintoma, normalmente é visto como uma patologia que se caracteriza como estado de sofrimento pelo o sujeito. Para Lacan (2007), o sintoma apresenta-se como mensagem e invenção. Nesse mote, Zamiatin, se insere como sujeito-sintoma que na psicanálise define-se pela relação que o sujeito estabelece, junto com as estruturas de linguagem metafórica, e apenas estará completo na relação com o outro, como é expressa na obra em que o sintoma da angústia sem nome, vivido por D-503, no momento em que ele registra no seu diário a estranha atração por I-330.

Zamiatin, torna-se um dissidente do regime que está gestando o totalitarismo e transparece na sua escrita e história de vida o mal-estar com aquilo que está sendo gestado. Segundo Lacan, o mal-estar do autor está presente na obra como o sintoma e Zamiátin não se priva de reconhecer a realidade de forma lógica e lida com o sintoma como prever Lacan: "a boa maneira é aquela que, por ter reconhecido a natureza do sintoma, não se priva de usar isso logicamente, isto é, de usar isso até atingir seu real, até se fartar" (Lacan, 2007, p. 16).

Ou seja, trata-se de saber fazer com o sintoma de modo que o sujeito possa se valer dele, e não mais estar submetido. Isso depende de o sujeito se desprender da ideia.

Zamiatin se insere nesse espaço político e vê que as formas tomadas pelo partido bolchevique eram indissociáveis do poder e a violência. Devemos ter em mente que o termo "totalitarismo" é posterior a escrita da obra *Nós* no entanto entendemos que Zamiatin expressa na sua obra um sintoma do que posteriormente viria a ser um regime totalitário. Com isso o sonho presente nas ideias do partido as quais o autor defendia e acreditavam se tornaram cada vez mais distópicas e, portanto, longe da realidade das ideias que o autor acreditava ao se filiar aos bolcheviques. São essas as nuances que serviram como inspiração para a criação da obra *Nós*, em uma sátira ao regime, expressadas pelo seu sentido mais pungente. As modalidades de sentimentos acometidas pelo autor, é visivelmente interpretada na obra, caracterizando como um tipo de sintoma daquilo que viria a ser o totalitarismo.

A sociedade transparente em “nós” e a sociedade de massa russa

Na obra *Nós* torna-se característico a forma como o autor se expressa dentro do contexto histórico russo. Vendo o regime totalitário como uma cultura, característica das sociedades de massa, e a forma pela qual a política se engendra no espaço de uma sociedade massificada, tanto pelo consumo, mas como também pelos bens materiais, e da assimilação de ideias, capazes de produzir a impressão de um consenso legítimo, colocando como a única alternativa a dominação totalitária.

Os números, membros da sociedade fictícia da obra podem ser comparados e analisada segundo o conceito de Elias Canetti (1995), *a massa estanque* como aquela que não possui movimentos livres, que permanece em um estado passivo e densamente compactadas. “Seu estado tem algo de passivo: a massa estanque espera. Espera por uma cabeça que lhe deverá ser exibida, espera por palavra ou assiste a uma luta.” O movimento livre para essa sociedade seria impossível pois essa massa não tem segurança da sua unidade e por essa razão se mantem quieta a maior parte do tempo.

Como no livro *Nós*, a sociedade vive de forma passiva- estanque – de forma ordenada. Como forma cultural de comportamento normal do homem daquele meio. O enredo da obra que satiriza o regime que posteriormente veio a ser totalitarismo, é uma espécie de obra de arte que se manifesta dentro da angustia do autor, pela as divergências em que o partido bolchevique se dobrou, e o sintoma como se não conseguisse dizer de outra forma.

Na sociedade russa o totalitarismo passa ser algo cultural onde projeta-se um líder que pensa por todos, que supri suas necessidades de forma que o indivíduo não precise pensar, e possa viver “estancamente” de forma passiva. A revolução não é algo desejado, pois foge ao previsível e está fora do controle do estado.

Considerações finais

A obra literária “*Nós*”, permite perceber, a partir de um contexto histórico que a obra se insere, o seu drama real vivido pelo autor enquanto dissidente do partido bolchevique, após frustração com a utopia do partido que na pratica se tornou um governo totalitarista. E como em todo governo totalitário aquele que confronta o sistema sofre duras sanções e com *Zamiatin* não foi diferente. Após a publicação da obra em 1921, fora do eixo geográfico totalitário, o autor é condenado a morte mais tem sua pena “reduzida” ao exílio. A obra em

tons satíricos mostram através do literário o real, se observarmos o contexto, e nos permite analisar a relação e aproximação do comunismo com totalitarismo em suas essências.

REFERÊNCIAS

ZAMIÁTIN. Levguêni. **NÓS**. Trad. Gabriela Soares. Rio de Janeiro: ALEPH, 2017.

CANETTI. Elias. **Massa e Poder** (Trad. Sérgio Tellaroli). São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MILLER, Jacques Alain. **Perspectivas do seminário 23 de Lacan. O Sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

WHITE, Hayden. **Meta história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: edusp, 2008.

Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica cultural. São Paulo: edusp, 2001.

FANZINES PUNKS: a esgrima subversiva da diferença

Heitor Matos da Silva¹⁸

O movimento *punk* fermentou o seu começo na década de 1970, como um movimento artístico, musical e comportamental, procurando esquivar do comportamento apático, hierárquico e binário da sociedade, se colocando como palanque para que sujeitos tidos como *outsiders* pudessem ter oportunidade para se expressar e experimentar a vida de maneira autônoma (BECKER, 2008). Muito mais do que projeções voltadas para o factual, o *punk* se coloca como uma mudança nas atitudes individuais dos sujeitos. Por meio de exercícios de autocrítica, essa estética sobre a vida, é imprecisa e distante de conceitos pensados dentro de caixinhas de sentido imutáveis. Não se trata mais de falar de verdades incontestáveis ou falsidades incorrigíveis, mas buscar o regular, o singular, o ordinário e o multifacetado. (DELEUZE, 2003). Em outras palavras, o *punk* pode ser compreendido como um grupo de estilo, significando, para quem dele usufrui, “um conjunto de falas, imagens e sonoridades que carregam esse nome, e que são como que uma matéria para o pensamento de uma infinidade de indivíduos que constroem suas subjetividades em torno a esses signos” (MORAES, 2010, p.17).

Nesse cenário de conflito, indagação e profunda aversão a respostas prontas, uma guerra contra as silenciosas amarras de um poder laborioso se faz. Esse poder não age apenas dentro de uma perspectiva linear de estado *versus* classes sociais, tampouco ressona apenas no ringue dos filões institucionais e das manobras governamentais de grande porte. Esses códigos de postura são encarados como uma série de estratégias do governo sobre a vida e é conhecido como biopoder (RABINOW e ROSE, 2006). Este conceito fala de algo que age perscrutando o ínfimo do existir dos sujeitos, ao ponto de codificar a maneira como sentir e agir. Esse poder inervado evoluiu ao ponto de não lidar com os perigos à ordem e as tradições pela repressão física ou pelo modelo da punição pelo exemplo, mas pela vigília eficiente aliada a uma aparente sensação de liberdade. Esse modelo panóptico nas sociedades hipermodernas termina por tangenciar a produção de posturas adequadas dos sujeitos, mantendo as deformidades de comportamento sob controle (FOULCAULT, 1987).

¹⁸Mestre pelo programa de pós graduação em História do Brasil da Universidade federal do Piauí-UFPI; Bolsista CAPES. Atualmente desenvolve uma pesquisa acerca da constituição do movimento punk em Teresina/PI. Foi orientado pelo Prof. Dr. Edwar de Alencar castelo branco. Email: hectorramonehc@hotmail.com. Atualmente trabalha no projeto educativo mãos dadas em Timon-Maranhão.

Os aparelhos do estado evoluíram ao ponto de pensarem atenuantes, variáveis que terminam por "criar categorias para a discriminação de diferentes conjuntos de desvio" (BECKER, 2008, p.31). A eficiência contra os perigos que rondam a novidade são a marca registrada das estratégias do poder. Nessa panorâmica, cabe mostrar como algumas das bandeiras da resistência *punk* são articuladas numa linguagem que se propõe combativa e interminável contra esse poder que procura agir nas instâncias ínfimas da vida. Cabe então, pensar através de que técnicas de si "quais são as formas e as modalidades de relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito" (FOULCAULT, 2003, p.8) no intuito de não se adaptar e forjar uma subjetividade de modo autônomo.

O sucesso dessa missão se dá por meio de uma captura de sentidos, que provocam uma uniformização sobre o diferente. As regras sociais não são pensadas sob a égide uma tábua rasa, de significado uno. São capturadas as especificidades das diferentes linhas e grupos sociais, para ampliar assim o controle, independente das particularidades de cada grupo:

Regras sociais são criação de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são realmente como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. [...] À medida em que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado.(BECKER, 2008, p.27).

Essa resistência contra os mecanismos de controle do poder moderador, também são evidentes em Teresina. O *punk* mafrense, procura despertar gerações para a reflexão sobre o que as constitui enquanto indivíduos, dentro da seara política, social, econômica e cultural, embora valorizando problemas e questionamentos pertinentes a um âmbito mais local. E como aconteceu em outros lugares do Brasil e do mundo, cabe destacar no *punk* da chapada do corisco, o uso da linguagem como mecanismo de ação, por meio de (contra) mídias conhecidas como fanzines. Esse material resulta da junção dos termos *fanatic* (fã) e *magazine* (revista), podendo ser compreendido como um tipo de "publicação independente e amadora, geralmente de pequena tiragem e impressa em fotocópias ou pequenas impressoras" (MAGALHÃES, 2004, p.12). Essa mídia foi produzida a partir da década de 1930, graças a grupos fanáticos por quadrinhos e ficção científica, mas se tornou popular no movimento *punk* ao redor do mundo dos anos 1970 a 1990, por representarem uma produção independente e fora do campo de atuação das mídias convencionais e dos conceitos cristalizados e sem questionamentos prévios. O fanzine surge, portanto, como um vestígio

que, entre outras coisas, possibilita o entendimento do cotidiano de seus realizadores e consumidores e, bem como, do modo como eles agenciam suas vidas para fora de sentidos pré estabelecidos, para experimentar o meio que os cerca. Nesse sentido, os fanzines:

Podem, historicamente, ser vistos como instrumentos através dos quais são forjadas microrresistências e microliberdades que, sub-repticiamente, subvertem – ou procuram subverter – a racionalidade panóptica que regula a vida nas cidades. (CASTELO BRANCO, 2015, p.746).

Na bricolagem proposta pelos zines, fica a demonstração de que o cotidiano é um lugar preenchido de interpretações, consumos e desvios (HELLER, 1992). Nele são criadas brechas, falhas conceituais sobre o aspecto incorruptível que o poder central visa dar as coisas. Os fanzines não visam trazer respostas objetivas, nem uma definição para os problemas. O leitor é convidado a conhecer um caos semântico, causando assim indefinições e redefinições sobre conceitos preestabelecidos, mantendo assim o espírito criativo sobre as capturas de sentido. Nesse momento, os *punks*, como homens ordinários e munidos de uma astúcia sutil e silenciosa, driblam a opressão panóptica e resistem a seu modo, ainda que na composição de um gesto, na duração do instante, no espaço de uma folha de papel e na ponta do lápis, pra especular sobre os mais variados temas, como uma explosão:

Era tarde demais, eu já estava cercado. fanzines de todo o tipo desfilavam na minha frente: Quadrinhos rock, skate, punks, picas, pulos, poesia, ecologia, anarquia, mutantes, colagens, tudo era assunto para zines que vinham de todos os cantos do Brasil e do exterior.[...]Então eu me rendi definitivamente ao mundo underground e aos fanzines. E não me arrependo. (NOITE, UM FANZINE DA ALMA, 2004: 5)

Na verdade, nos embates constituintes do fanzine, a própria noção de como se deve construir uma (contra) mídia, de como a relação de emissão e recepção de sentidos deve acontecer é reformulada. Tal processo não se faz dentro de métodos estabelecidos. Não se objetiva supor uma imagem pronta e conceitos dados sobre as coisas. É uma experiência que visa borrar referências sobre o que significa pensar. Nasce uma panfletagem subliminar, que procura colocar as produções punks em constante movimento, estimulando uma linguagem que oportuniza um processo cognitivo elucidativo e questionador por meio de uma escrita menor, através da qual os zineiros se utilizam da língua tradicional, para com que ela se torne outra coisa, ganhe um sentido diferente, mais adequado as necessidades do fanzineiro. O

fanzine, dentro dessa noção, torna a linguagem estrangeira em seu lugar comum de enunciação, de conforto (DELEUZE e GUATARRI, 2014).

A panfletagem subliminar dos fanzines é posta em movimento ao ponto de pretender-se intangível, esquivando, assim, dos impasses da representação e da oposição fechada entre o uno e o múltiplo. Essa busca incessante por se diferenciar a qualquer custo, de mudar para não ser assimilado e cristalizado não há um sentido, uma única forma de ser/estar *punk*. A constante mutação, a ousadia pulsante (PRAZER ATÔMICO, 1999). A energia da criatividade não pode ser mesurada. Essa criatividade é mutante. Em síntese, a Panfletagem subliminar se manifesta nessa literatura que nega as imagens prontas sobre as coisas, para que falem sobre algo que vá além do ato de replicar, estimulando assim a ponderação, o espaço para a crítica. Essa literatura menor não se faz na falta, na impotência ou na rendição, mas num fluxo de vida invencível.

A panfletagem subliminar se movimenta na observação constante de “esquemas que o indivíduo encontra na sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos e impostos pela sua cultura, sociedade e seu grupo social”. (ORTEGA, 2008, p.19). Essa astúcia inventiva tenta trazer ao olho nu o controle, o espírito criativo, a revolução pelo *viés* microbiano, elevando a noção política e a conseqüente resistência a um novo patamar (GUATARRI e ROLNIK, 1981). Por meio de um plano de imanência, são agenciados conceitos que sofrem questionamentos para que não perder seu caráter fluido, contínuo. A panfletagem não é construída num a receita, ou método, pois todo método concerne eventualmente aos conceitos e supõe uma imagem. Nesse plano, os conceitos incidem por meio de renovações de sentido, sempre variáveis. Esse plano assegura o ajuste dos conceitos, com conexões potentes e crescentes:

Os conceitos são o arquipélago ou a ossatura, antes uma coluna vertebral que um crânio, enquanto o plano é a respiração que banha essas tribos isoladas. Os conceitos são superfícies ou volumes absolutos, disformes e fragmentários, enquanto o plano é o absoluto ilimitado, informe, nem superfície nem volume, mas sempre fractal. Os conceitos são agenciamentos concretos como configurações de uma máquina, mas o plano é a máquina abstrata cujos agenciamentos são as peças. Os conceitos são acontecimentos, mas o plano é o horizonte dos acontecimentos, o reservatório ou a reserva de acontecimentos puramente conceituais: não o horizonte relativo que funciona como um limite, muda com um observador e engloba estados de coisas observáveis, mas o horizonte absoluto, independente de todo observador, e que torna o acontecimento como conceito independente de um estado de coisas visível em que ele se efetua. Os conceitos ladrilham, ocupam ou povoam o plano, pedaço por pedaço, enquanto o próprio plano é o meio indivisível em que os conceitos se distribuem sem romper-lhe a integridade, a continuidade: eles ocupam sem contar (a cifra do

conceito não é um número), ou se distribuem sem dividir. (DELEUZE e GUATARRI, 2012, p.231).

Tendo em vista a busca pela renovação de conceitos, vale destacar dentro do universo da panfletagem subliminar, a catarse promovida pelos conceitos distorcidos. Por meio de uma dilatação discursiva repleta de contradições, afetos, desejos e relações de intercâmbio, essas vozes microbianas reinventam conceitos outrora inatingíveis, aproximando-os a subjetividade e as referências de mundo de quem escreve, seja por seus desejos e experiências, grupo social, expressões culturais, posicionamentos políticos e etc. Conceitos comuns a produção de sentido dos historiadores ou mesmo a leitores que consomem literatura oriunda do *mainstream*, sofrem alterações dentro de uma perspectiva que visa sabotar as relações distanciadas entre emissor e receptor. A mensagem muitas vezes não vem para discernir ou criar tendências, mas para confundir signos, sujar significados, macular certezas e conjurar novos consumos ao modo como se percebe o meio. Tomando por base o tempo, um dos pilares basilares do ofício do historiador, é possível mostrar como textos e imagens são obrigados a se tornarem outra coisa. O fanzine foi produzido no intuito de provocar a confusão no significado, forçando o pensar - ainda que breve - sobre o conceito e o modo como o leitor percebe e se projeta sobre ele.

Em muitos materiais, o ano de produção, não aparece evidente como nas revistas mais populares. As pistas da época em que o fanzine foi produzido aparecem nas imagens, figuras e pequenas mensagens de borda de página que aparecem coladas desordenadamente umas sobre as outras. Mesmo quando pistas claras são deixadas sobre uma determinada época na margem da página - como no caso de dizer "sou do tempo da manchete" (CATARSE ZINE, n.0, [199-?]) - o tempo não é pensado dentro certezas universais, ainda que signos e significados de uma época sejam descobertos. O conceito, que até então é pensado dentro de parâmetros e medidas que o marcam e o conformam, sofre com a dúvida, com as mutações na subjetividade de quem o questiona e sente. O tempo também é afeto, onde "existe uma emoção que está ligada a passagem de tempo propriamente dita, ao fato de sentirmos o tempo fluindo em nós e vibrando interiormente" (LAPOUJADE, 2012, p.11). A distorção do conceito aparece por meio da apreensão de pequenos movimentos do dia a dia, de ínfima duração, tão irrisórios quanto um gesto simples com as mãos ou um piscar de olhos. O tempo se manifesta para o sujeito por meio de vibrações, movimentos e efeitos de ressonância. O tempo ganha novos sentidos por metáforas retiradas do cotidiano:

Viver com tão pouco...como preencher o nosso dia, nossos instantes, nossa vida com essa ausência? Posso me cercar agora de todos os movimentos que

me bastam. Aqui. Ali. Já. Sai. Entra. Desliga. Abre. Fecha. Acende. Apaga. Deita. Levanta. No fogo brando do silêncio é bem difícil abarcar um pensamento maior do que o EU... (ZINE ENQUANTO NÓS VAMOS PASSANDO, n.1, 2003).

Em outra perspectiva, o tempo é pensado dentro de um exercício em que os *punks* se projetam para fora de si mesmos. O conceito se torna elemento que visa a problematização a todo custo do cotidiano, por meio de microbianos modos de refletir o passar do tempo. O tempo cronológico das horas, minutos e segundos é diluído nas sensações de quem produz e consome o texto. No caso abaixo, a passagem de tempo é pensada dentro das sensações em torno da morte. Cabe ressaltar que nessa distorção, a morte, expressão macro de dor e perda, escorrega para as impressões microbianas de um sujeito que usou de leve tom de humor mórbido, para descrever a rigor como a idade e o tempo o atravessa:

Aqui estamos de novo sozinhos. Tudo isso é tão lento, tão pesado, tão triste...Logo estarei velho. E então, chegará ao fim. veio tanta gente ao meu quarto. Deixaram tanta coisa e não me disseram nada. Foram embora. Envelheceram, coitados, vagorosamente, cada um no seu canto. Ontem, as oito horas, morreu a zeladora.[...] Aqui do alto, de onde estamos, o prédio estremece. estava bem velhinha, com um pé na cova.[...] Eu já desconfiava. Dito e feito...Pior para ela. (NO ASILO DA EXISTÊNCIA,[s.n], 1997).´

Além dos conceitos distorcidos, outros elementos sugerem a constituição de uma panfletagem subliminar nos fanzines teresinenses. Brigando por espaço no papel, saltando aos olhos do leitor mais desavisado, os estandartes ideológicos são presentes na maioria das produções *punks*. Esse aspecto da panfletagem é mapeado nas produções mais recentes do *punk* teresinense, popularizado na década de 90, com o exercício de politização em ampla esfera e a inserção de elementos que falam das mais variadas teorias políticas, como o marxismo e o anarquismo. O *punk* nesse ponto, não se assemelha a um militante de partido político, quando se reúne para discutir a teoria e se informar melhor sobre os conceitos que são basilares em suas práticas discursivas e atividades de campo. Nos fanzines, esses debates surgem das noções de senso comum, das contradições, das distorções sobre o tema. São transportados das produções para a vida, melhores modos de criar uma retórica potente sobre os problemas do sistema, por meio de um exercício de crítica sobre si e sobre o outro. No caso de teorias como o anarquismo, sempre associadas ao *punk*, às ideologias saqueadas são comuns. O anarquizar se faz na revirada de pensamento, do contrariar a razão dita verdadeira e soberana, subjetivada como estética da

existência, na invenção de fluxos e sentidos para o conceito. Dentro de um amplo universo no qual se liquefazem os fanzines, esse tipo de panfletagem é popular nos chamados fanzines de doutrina:

Anarquizar quem sabe seja pensar sem pensamento (da razão verdadeira, soberana, ou das religiões), como uma criança, este ser que se encontra no mundo da arte, da luta pelo objeto querido como um guerreiro que não visa à destruição, como sublinhou Max Stirner, como desejava Nietzsche, pensadores que pensaram a si próprios, livres de uma consciência, como heterotopias, diferentes. Stirner não se iludia com a autonomia do sujeito soberano defendida por Proudhon. Jamais passara pelo seu pensamento que pudesse aparecer algo como consciência superior externa como Lenin ao aperfeiçoar Marx. Se Proudhon e Marx estavam certos que a democracia seria a religião do rebanho no século XX, Nietzsche estava correto ao afirmar que o socialismo não alçaria vôo. [...] Uma prática de liberdade que não exige fidelidade, mas lealdade, não ser fiel (religioso, confessional e trapaceiro) a si, ao povo, ou a estes pensadores que inventam povos, como Stirner, Nietzsche, Foucault ou Deleuze: amizade não como transcendência, mas imanência, coisa própria de amigos, os melhores inimigos. (PASSETI, 2000, p.12)

Não interessa para estes casos, articular um ponto final no debate, deliberar uma certeza edificante, ou se perder nos formatos fechados das cartilhas partidárias. Essa produção zineira articula-se por uma espécie de cultura do desbunde, que mistura o fazer e o dizer em variadas propostas e bandeiras que acumulam tanto o que é senso comum quanto o que se discute em termos acadêmicos (CASTELO BRANCO, 2015). Cabe o adendo de que essas ideologias saqueadas, falam das instâncias do micro, das primícias do cotidiano, nas posturas autoritárias sentidas na pele na convivência com o outro. A crítica é articulada principalmente contra grupos com propostas uniformes que segregam contrários em relação a modos de se comportar e formas de atuar. As ideologias saqueadas são espólios de uma guerra que visa a inovação e a abertura a novas possibilidades. O sentido dado a essa experiência é o de convocar o leitor a escapar do clichê *punk* e das correntes de pensamento que datam posturas:

Cara, vivo pensando sobre isso. No fim das contas talvez não passe de um rótulo idiota de xiitas que parecem ser jurados de algum show business, por dizerem oh, aquilo é punk, aquilo não é... Segregações, rótulos, são merdas que as tradições impõem para mais na frente assimilar até subprodutos intragáveis como o ódio. (JARDIM ATÔMICO, n.2, [199-?]).

Em síntese, a ideologia não deve impor um perfil de consciência para se revolucionar atitudes e incitar a mudança, mas deve mostrar outras vias de acesso ao que é dado como

intocável a críticas e mudanças dentro das sociedades contemporâneas. Essas críticas de si constituídas nessas práticas de escrita, não demonstram ter o desejo manipulador de “renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular de outro modo esta relação com os outros pelo cuidado de si” (GROS, 2006, p.132).

Em síntese, a panfletagem subliminar se manifesta na linearidade conceitual. Ela remonta o sentido dados aos testemunhos, as experiências, erigindo-os sobre elementos, signos que causam confusão, que trazem o benefício da dúvida. Ela torna o palatável intragável e vice e versa, de acordo com a necessidade. Devemos entender que em nessas formas de expressão sobre a vida, percebemos:

"De um lado, a necessidade premente de narrar a experiência vivida; do outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também - e com um sentido muito mais trágico - a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverossimilhança" (SELIGMANN, 2003, p.30).

Essa escrita não trata apenas de uma descrição do real, nem da citação de relato de experiência. A panfletagem subliminar se faz na demonstração incômoda dos formatos dados a vida. Levar o caos a comodidade, tornar obsoletas as referências enrijecidas, valores e rótulos dados a existência é preciso. Vale perceber na linguagem dos fanzines como determinados termos intragáveis e expurgados da sociedade são aproveitados em prol de uma ação política, da resistência microbiana, que não tem receio em se afirmar sua delinquência e inconseqüência. A partir da apropriação de sentidos que falam de comportamentos e atitudes inaceitáveis na vida em sociedade, são sugeridas novas formas de ativismo e de estética sobre a vida:

Faça seu ativismo secreto e suas loucas conspirações e no mundo real: Seja um delinquente, Inconseqüente e demente. Delinquente(por causa do estupro do espaço) Inconseqüente(por causa do estupro do tempo) demente(por causa do estupro da linguagem). Panfletagem subliminar já (ZINE IGNIÇÃO, n.1, 1998).

Por meio de um caleidoscópio de teorias e sensações, o fanzine *punk* e seus enunciados pautados na panfletagem subliminar visam criar possibilidades de estabelecer um "grau zero", um recomeço na formação do sujeito. Quando se chega à idade adulta, uma série de responsabilidades acomete o sujeito, que deve prestar contas a um *corpus* social e buscar uma

definição que se assemelhe ao que é considerado aceitável na vida em comunidade. Ser bem casado, constituir família e filhos, ter um bom emprego, trabalhar e poupar para ter um alto padrão de vida, cursar faculdade que gera *status*, são algumas das características que compõem uma linha de desejo padrão. A existência é marcada por explicações prontas e conceitos elaborados sem questionamentos, constituindo a partir disso, uma série de responsabilidades que minam o senso crítico e o espírito criativo. Esse significado despótico, que confere uma "unidade de significação, significante original de todas as significações" (ALBUQUERQUE, 2002, p.115) sobre as ações é prontamente combatido. Os fanzines *punks* revelam a dificuldade de se libertar das receitas, valores e normas sobre a vida:

Demora um tempo se libertar de ideias preconcebidas, de mitos, traumas, marcas, frustrações, valores, normas,...de objetos, coisas, pessoas...e mesmo assim ainda nos leva algo de nós, um pedaço de nós...depois de tudo, descobrimos que não era tudo, que há a nossa vida...uma vida longa. (ZINE ENQUANTO NÓS VAMOS PASSANDO, 2003)

Nessa linguagem, os sentidos prévios dados as coisas são subvertidos, para que possam começar a ser repensados do zero, sem a interferência de moldes datados pelos mecanismos de controle do biopoder. Os *punks* estimulam em si e nos outros um exercício de busca pelo espírito criativo por meio do esgotamento do possível, onde "combina-se o conjunto das variáveis de uma situação, com a condição de renunciar a qualquer ordem de preferência e a qualquer objetivo, a qualquer significação" (DELEUZE, 2015). Intui-se um pensamento sem imagem, que se configura na tentativa de se tecer um pensamento sem imagens fixas. O pensamento sem imagem dançarino, combativo e em movimento seria:

O pensamento sem imagem não seria o pensamento do desastre, que passa sempre por uma escrita poema, ou uma escrita dançarina, possuída ou tomada por um alfabeto que é puro ritmo, um alfabeto que ama rabear a imagem? Um ritmo é uma onda que leva as figuras, expressões, narrativas, descritivas, a velocidade que ao mesmo tempo, as faz e as desfaz. E esse movimento, que gagueja ficção e defecção, é o que constitui o pensamento sem imagem, o pensamento-poema. O poema porvir. O pensamento nômade como uma maneira de conceber o mundo, de experimentá-lo em sua potência, ligado a recusa de uma filosofia linear, de uma só passagem que convocaria um imaginário sedentário (LINS, 2013, p.13).

Mais do que representar e descrever o modo de vida *punk* na guerra contra os abusos de autoridade do poder moderador e seus aparelhos silenciosos de controle, o fanzine surge como arma e fonte de palpites e testemunhos trazem para a superfície, um debate entre gestos,

um conflito no campo da subjetividade, em que homens ordinários constroem e destroem conceitos cristalizados levantados sobre si e sobre seus modos de experimentar o meio que os cerca. Cabe ressaltar que, o golpe aplicado nessa guerra de sentidos "detecta (para ação imediata) e salva (mesmo sem a intenção de se fazer memória) do esquecimento uma infinidade de práticas de liberdade" (MORAES, 2008, p.79). Por meio de uma bricolagem desrespeitosa com origens, autorias, biografias contextos e recortes temporais, novos significados sobre a escrita e imagens são feitos e refeitos, para marcar distância do que é projetado pelas mídias convencionais e explicações prontas. Avessos sobre esses condicionamentos dados pelo *status quo*, os *punks* elevam o fanzine a expressão plena de uma negação, fazendo de suas existências o reduto do excêntrico, um campo de batalha constante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Os nomes do pai. In: RAGO, Margareth. et al. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 115.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: Estudos de sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.31.

CASTELO BRANCO, E. de A. Mídias táticas: os fanzines como fontes para a pesquisa histórica. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 19, n.2, p. 741-762, mai.-ago./2015.

CATARSE ZINE. n.0. Teresina. [199-?].

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *O esgotado*. Disponível em <<http://www.zahar.com.br/sites/default/files/arquivos//t1303.pdf>> visto em: 12/07/2015.

_____.; GUATARRI, Felix. *Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia 2*, vol.3. São Paulo: Editora 34, 2012.p.231.

_____.;_____.*Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 1*. Rio de Janeiro:Editora 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 240-251

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.8.

_____.*Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, v. 10, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Revolução molecular: Pulsações políticas do desejo*. São paulo: Editora Brasiliense, 1981. p:173-191.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autentica. 2006, p. 132.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JARDIM ATÔMICO. N. 2. Teresina. [199-?]

LAPOUJADE, David. *Potências do tempo*. São Paulo: n-1 edições. Aalto University. 2012. p.11.

LINS, Daniel. *O último copo: álcool, literatura, filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.13.

MAGALHÃES, Henrique. *A nova onda dos fanzines*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2004.

MORAES, E. O. A escrita punk como forma de subjetivação. In: VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008, Vitória - ES. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008. p. 79.

NO ASILO DA EXISTÊNCIA. s/n. s/l. 1997.

NOITE, UM FANZINE DA ALMA. n°1. Teresina. 2004.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 19.

PASSETI, Edson: *Anarquismos e sociedade de controle*. ColóquioFoucault/Deleuze: São Paulo. Unicamp. 2000. p.12.

PRAZER ATÔMICO, n. 2, [s. l], 1999.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Revista Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, abril 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600/4156> >. Acesso em: 25 jan. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São paulo: EXO experimental. 2005.p.16.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.) *História, memória e literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

ZINE ENQUANTO NÓS VAMOS PASSANDO. n°1. Teresina. 2003.

ZINE IGNIÇÃO. n°1. Teresina. 1998.

VOZES OU SILÊNCIOS: historicizando as experiências das mulheres no sindicato dos bancários de Teresina (1986-1995)

KAMILA ALBUQUERQUE DE ARAÚJO¹⁹

Nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, as mudanças na composição da força de trabalho, a eclosão dos movimentos sociais de mulheres e das correntes feministas, acompanhadas do desenvolvimento de novas práticas sindicais, possibilitaram a emergência feminina no movimento sindical do Brasil.

A aproximação entre mulheres e sindicato, ficou evidenciada ao contexto de redemocratização do país, e as exigências dos diferentes segmentos sociais, que estavam em busca de melhores condições de vida. A sindicalização das trabalhadoras, ampliaria então seu espaço de atuação no cenário político e sindical, instaurando novos questionamentos a respeito da realidade feminina e de suas condições de trabalho.

Sua integração às lutas sindicais, aparecia também como uma forma de resistência, dentro desse universo dominado pelos homens. Pois “o sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta, é a luta dos homens” (SOUZA – LOBO, 1991, p.36)

As militantes buscavam uma maior articulação dentro do sindicato para dar visibilidade as lutas da categoria que representava, e assim conscientes ou não, contribuíam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Paras as trabalhadoras, o engajamento sindical parece se tornar, neste momento, mais importante que sua própria identidade profissional e, às vezes até mais que as responsabilidades que assumem, porque costumam associá-las à militância e à defesa da categoria profissional. (GIULIANI, 2006, p.654)

No entanto, a experiência feminina no movimento sindical não foi tão fácil, principalmente quando a categoria representada era composta em sua maioria por homens, que muitas vezes reforçavam a desigualdade entre os sexos, excluindo a mulheres dos espaços de poder e decisão.

A presença crescente desses novos atores introduziu debates a respeito das relações de força dentro da representação sindical, quase sempre as questões relativas ao trabalho

¹⁹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí-UESPI. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Mauricio de Nassau – FAP Teresina. Mestranda em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: kaara20@hotmail.com.

feminino eram acobertadas nas mesas de decisão, em favor das pautas gerais. Afirmando a noção de unidade da classe trabalhadora, dissimulando as diferenças.

Constrói-se assim o que se chamou de invisibilidades das operárias, visíveis apenas como objetos especiais, vistos através de lentes especiais, de aumento, mas sempre invisíveis quando se analisa a classe como um todo. (SOUZA – LOBO, 1991, p.118)

As tentativas de reforçar a militância feminina eram constantes, uma delas foi no ano de 1993, quando a Central Única dos Trabalhadores - CUT, visando reduzir essas diferenças entre os sexos, dentro de suas instâncias e também nas diretorias sindicais, definiu cotas mínimas de mulheres dentro desses espaços. O que não ampliou de imediato a participação, e o reconhecimento das mulheres.

A cidade de Teresina não esteve fora desse contexto de lutas femininas na passagem década de setenta para oitenta, os movimentos sociais deram ênfase aos novos atores sociais, que ansiavam alterações na organização da Sociedade- Estado.

[...] a diversidade dos sujeitos sociais ganhavam identidade própria, afirmando-se como protagonistas na cena social – comunidades eclesiais de base, mulheres, negros, homossexuais, ecologistas, aposentados, deficientes, etc. [...] representava um “ponto de viragem” na superação de debilidade secular e na ruptura com o padrão tradicional de relação Sociedade-Estado. (MEDEIROS, 1995, p.161)

Partindo desse pressuposto, é que surgem inquietações e questionamentos sobre a participação das mulheres nos sindicatos. Analisa-se aqui, a experiência feminina movimento sindical bancário em Teresina, buscando-se compreender as relações de gênero nesse sindicato. O recorte temporal contemplado refere-se aos anos 1986 a 1995, período marcado pela intensificação das lutas dessa categoria em prol de seus direitos, acompanhadas também pelo avanço da sindicalização feminina.

Nesse período o movimento sindical brasileiro passava por um processo de mudanças, contribuindo para amenizar o controle excessivo do governo sobre os sindicatos. Com isso, os trabalhadores bancários sentiram-se mais encorajados, a lutar por melhores condições de trabalho e vida.

É certo que o movimento atual é bastante delicado e justamente em atenção a esse aspecto especial da realidade brasileira, é que os Sindicatos procuram fazer colocações justas e oportunas, até como contribuição à tranquilidade nacional. Tendo em vista inclusive esses aspectos, é que os Sindicatos dos

Bancários suas Federações e Confederações estão unidos e ao lado dos interesses da Nação, reivindicando estritamente o que lhe permita sobreviver com dignidade. (O BANCÁRIO, nº. 29, abril/1985, p.02).

Nos caminhos da militância sindical feminina

Como nos referimos anteriormente, as conjunturas de mudanças, também favoreceram o avanço da sindicalização feminina no Sindicato dos Bancários, elas visavam somar suas forças as lutas da categoria, trazendo assim benefícios para todo o grupo.

Dessa maneira, as narrativas dessas mulheres nos forneceram então subsídios para elucidar questões a respeito da participação feminina no Sindicato dos Bancários, e, além disso, nos permitiu identificar as relações de poder que permeiam esse universo.

Sabemos que as dificuldades de participar mais ativamente dentro do sindicato, eram muitas, mas não o suficiente para afastá-las, aos poucos elas iam conseguindo papel de destaque e contribuindo para a renovação da estrutura sindical.

Muitas iniciavam sua militância em movimentos e categorias profissionais que apresentavam um número significativo de mulheres. Portanto, as divergências não eram tão percebidas quanto naquelas atividades que os homens predominavam.

Essa experiência é descrita no depoimento da entrevistada Maria Regina Sousa²⁰, que antes de militar pela categoria bancária, havia militado no movimento sindical dos professores do Piauí: “Quando cheguei... eu já tinha militância sindical dos professores, porque antes de ser bancária eu era professora então eu já militava nos movimento dos professores nos anos setenta.”

Porém, contrariando as regras das experiências em outros movimentos sindicais, segundo a entrevistada supracitada, o despertar para o sindicalismo também ocorria de outras formas, como deixa claro Francisca de Assis Araújo Silva.²¹

Eu comecei militando na igreja como catequista, eu era catequista na vila operária durante dez anos, [...] eu fui catequista na região do... do Por Enquanto, porque eu também tenho um ensinamento religioso do colégio onde estudei o segundo grau, depois eu fiz Teologia nível Superior em São

²⁰ Maria Regina Sousa é natural de União - PI. Formada em letras habilitação Português e Francês pela Universidade Federal do Piauí. Funcionária aposentada do Banco do Brasil. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de 1992 a1995. Atualmente exerce o cargo Secretária de Administração do Governo do Piauí.

²¹ Francisca de Assis Araújo Silva é natural União - PI. Fez o Pedagógico em um Colégio de Freiras Formada em letras habilitação Português pela Universidade Federal do Piauí. Nível superior de Teologia em São Paulo. Funcionária aposentada da Caixa Econômica Federal. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de 2003 a 2007. Atualmente está no sindicato na área administrativa.

Paulo, quando eu já estava trabalhando na catequese da Vila Operária entre oitenta e oitenta e dois. Esse trabalho, essa preparação religiosa tanto do colégio das freiras quanto na minha, no meu curso de nível superior de Teologia, eu tive oportunidade de garantir ou de preparar melhor os meus princípios, então eu tenho como princípio que a sociedade será melhor se nós, pessoas ajudarmos a construí-la e aí através da associação, através do grupo de catequistas, através dos sindicatos.

Seguindo esta linha de raciocínio, Giuliani (2006) nos diz que essa participação nos grupos comunitários organizados pela Igreja católica, nas dioceses ou nas paróquias, resgata práticas educativas no seio da família e na comunidade, onde a mulher é considerada o mais importante artífice de solidariedade. Evidenciando a contribuição ativa e positiva das mulheres.

Contudo, no âmbito sindical bancário as assimetrias se faziam presentes, mesmo com a ampliação da participação feminina, elas ainda encontravam obstáculos quanto seu reconhecimento nesse espaço.

As reflexões acima podem ser observadas no depoimento de Regina Sousa, segundo ela o sindicalismo até os anos setenta ainda era muito masculino, principalmente o que representava a categoria bancária.

Olha até os anos setenta o sindicalismo era muito masculino, então quando nós chegamos... quer dizer tinha muita mulher no movimento de professores, sempre professor mulher é maioria né, mas nos bancários foi uma profissão essencialmente masculina até... teve até um certo tempo eu não me lembro bem, mas que não era permitido bancária mulher, no Banco do Brasil por exemplo só tinha homem. Então foi... já foi uma coisa muito mais recente, que permitiu que mulheres fizessem o concurso do Banco do Brasil. Então era uma categoria até os oitenta quando nós chegamos no banco... era uma categoria essencialmente masculina, ainda tem muita, a proporção eu nem sei como é que tá hoje, a proporção de homens e mulheres, mas ainda tem muita, é muito predominantemente masculina né.

Já a entrevistada Francisca de Assis Araújo Silva, afirma que a maioria dos sindicatos era representada por homens. E que é a falta de disciplina dentro do movimento atrapalha a participação das mulheres.

Não só o sindicato dos Bancários, mas quase todos os sindicatos são... é prioritariamente... ocupados os seus cargos por homens. E aí dizem assim:” As mulheres não aguentam é... a con... a convivência sindical porque tem muito homem e os homens não respeitam a disciplina das mulheres”. Então a falta de disciplina no movimento sindical atrapalha e impede muitas vezes e afasta muito as mulheres do movimento, por causa do tempo que se gasta é às vezes de maneira inadequada dentro do movimento sindical.

Ela também nos alertou para uma das questões mais recorrentes no movimento sindical, no que diz respeito à participação feminina, está na dificuldade por parte dos sindicalistas homens de estabelecer uma programação das atividades sindicais em horários definidos.

As mulheres são mais disciplinadas, elas aproveitam melhor o tempo, elas marcam uma reunião pra começar, elas começam na hora. Elas querem estabelecer a hora que dedicam para o sindicato e reservar o tempo que deve sobrar para fazer as atividades domésticas, estudar ou lazer ou qualquer outra coisa. (FAAS)

Não por acaso percebida também por Sousa - Lobo (1991) quando enfatiza que as práticas sociais das mulheres fazem com que sua relação como tempo livre seja diferente da dos homens, e que a maioria delas faça o trabalho doméstico durante horas em que não está realizando trabalho assalariado.

O apoio familiar, outrossim, era relevante para sua inserção feminina no movimento sindical. Nesse sentido, Regina enfatizou em uma de suas falas uma resistência inicial por parte de seus familiares, mas que não representou um impedimento para o exercício de sua militância.

Oh a minha família no começo resistia né, [...] eles diziam que eu tinha o sangue de um tio meu [...] o irmão da minha mãe era da Liga camponesa, eu era menina, mas eu... eu...eu acompanhava a vida dele, eu...eu conversava com ele,e ai então eles diziam muito quando eu entrei pro movimento assim eles diziam que eu tinha herdado o sangue dele né?,de ta querendo fazer essas confusões (risos). (MRS)

Afirmaram ainda que a relação muito próxima com a política acabou influenciando no seu interesse por militar em movimentos sociais. Essa questão é muito significativa nas lembranças de Silva:

[...] via a minha vó discutir com os políticos e dizer o que precisava o interior, então apesar dela nunca ter se envolvido, se candidatado a nada, mas ela, essa visão política dela distribuiu entre nós essa visão política também. (FAAS)

O mini jornal “O Bancário” criado em 1983, com o objetivo de ser o porta-voz da categoria, apresentava matérias e notícias, sobre reivindicações e posicionamentos da classe

bancária. O auxílio dessas publicações nas análises realizadas nos permitiu também traçar um paralelo entre que se fala e o que se escreve, ou seja, entre o depoimento das entrevistadas e o espaço que a categoria reservava para enfatizar as lutas e direitos femininos.



Fotografia 02 – Charge exemplos de discriminação e resistência.

Fonte: Jornal O Bancário. Em busca de dignidade. Teresina, 03 de março 1993.p.01.

A charge acima faz parte de uma matéria intitulada “Em busca da dignidade”, feita em comemoração ao dia 8 de março. No primeiro momento mostra exemplos dos obstáculos enfrentados pelas trabalhadoras na conciliação das responsabilidades do lar e o exercício do trabalho, ou de direitos que precisavam ser reivindicados, pois estavam estritamente ligados a condição da mulher como demonstrado na imagem, a questão da maternidade.

Já no segundo, denominado resistência, tenta-se criar uma ideia de unidade dentro do sindicato, demonstrada através da reação dos sindicalistas frente à discriminação da figura feminina, porém na prática as lutas gerais se sobressaem em relação às questões específicas da realidade das trabalhadoras.

[...] na convivência não tinha restrição, resistência não, foi nas discussões políticas, [...] que a gente percebia que a resistência é que é uma mulher e a categoria tem mais homens. Então... a... eles mesmos não diziam não era eles, é a categoria que não vai aceitar, “eu aceito”, mas a categoria não vai entender, porque... (risos) né! (FAAS)

Constatou-se na pesquisa que esse quadro da desigualdade entre os sexos, das discriminações sofridas pelas mulheres e questões referentes aos direitos femininos ganham ênfase na imprensa sindical principalmente em março, mês em que se comemora o “Dia da Mulher”, assim são elaborados palestras e debates a cerca dessa temática.

A categoria bancária estimulava a participação mais ativa das mulheres no sindicato, afirmando a existência de um amplo espaço que elas poderiam ocupar. No ano 1983, organizam o Departamento Feminino que ficaria responsável por eventos e promoções, e também que pudessem ouvir os questionamentos das colegas bancárias.

Desde ano passado nosso Sindicato vem estimulando uma maior participação da mulher bancária no movimento sindical, tendo começado pela organização do Departamento Feminino, que já tomou algumas iniciativas. Seria interessante que elas estudassem a possibilidade de realizar uma Semana de Debates sobre problemas específicos, na área profissional. Há um amplo espaço que as mulheres podem e devem ocupar. (O BANCÁRIO, nº. 25, Jan./1985, p.4)

Cabe ressaltar que nas entrelinhas desse discurso, o espaço reservado as mulheres bancárias, não correspondiam aos espaços de poder, de decisão, ou nas assembleias gerais, existia um lugar “específico” para que fossem debatidas questões “específicas”.



A diretoria em uma de suas habituais reuniões

Fotografia 03 – Reuniões da Diretoria da gestão de 1983-1985.

Fonte: Jornal O Bancário. Sindicato - uma oficina de trabalho. Ano I. nº.06. Nov./1983 p.4.

Na prática, a participação feminina em cargos de maior destaque dentro do sindicato ainda é pequena. Em geral, os homens sentem-se “ameaçados” com essa presença, principalmente nas situações que envolvem a questão da liderança.

Os homens são... são mais exploradores do trabalho das mulheres, então se eles puderem, eles deixam as mulheres ocupando cargos inferiores, e eles ficam dirigindo a entidade para distribuir as res...as responsabilidades com as pessoas, eles adoram ter mulheres ao seu lado, mas pra trabalharem pra eles aparecerem. (FAAS)

É recorrente nas fontes documentais, a afirmação da ideia de democratização dos espaços dessa entidade. “As eleições no nosso sindicato sempre foram livres [...] sempre foi respeitada a vontade da maioria. [...] Pode ainda não ser pleno, mas estamos num regime democrático.” (O BANCÁRIO, nº. 56, Dez/ 1985, p.1).

Todavia, essas informações cruzadas com o depoimento das entrevistadas nos revelam as distorções entre discurso e prática. Conforme exemplifica Regina Sousa:

[...] Primeira eleição quando nós chegamos no sindicato, no ano que nós chegamos, teve eleição, a gente nem soube, porque o presidente pegava assim a lista e saía pegando os amigos dele pra votar, a pessoa não sabia nem o que tava votando [...]

Para as sindicalistas, a formação da chapa, por conseguinte a disputa das mulheres por cargos majoritários, como a presidência, sempre foram os momentos complicados dessa convivência. Situação esta narrada por Regina Sousa:

Agora na hora de formar a chapa, ai teve algumas... algumas... objeções, algumas restrições pelo fato de ser mulher, eles diziam claramente, porque uma categoria que tinha mais homem. Então botar uma mulher pra ser presidente, tanto que na primeira chapa que nós perdemos a eleição é... é quem tava cotada pra ser candidata era eu, e na... na última hora fizeram um arranjo lá, e eu fiquei de... de vice, mas botaram um homem pra ser, então pra gente... a gente não queria brigar logo, a gente tava organizando um movimento, né. (MRS)

Neste ponto é válido enfatizar que mesmo tendo um notório reconhecimento dentro da entidade, a categoria não aceitava que uma mulher estivesse na direção do sindicato, e sempre fazia uso de alguns artifícios para que a liderança masculina fosse mantida.

De Assis também nos aproxima a cerca dessas disputas pela presidência, segundo ela, mesmo exercendo o cargo em substituição ao vice-presidente por um ano, encontrou obstáculos para validar essa posição de destaque na eleição seguinte:

[...] nunca me senti podada a não ser quando eu me candidatei, que eu fui presidente em substituição ao vice-presidente que se afastou para candidatar, e quando eu me apresentei que eu já estava assumindo a ...por um ano eu assumi a presidência do sindicato substituindo, quando foi na..na eleição seguinte eu sou candidata a presidente, mas pra ser eleita e confirmada como presidente. Então tinha uma resistência muito grande entre os poucos diretores, eles não diziam pra mim, mas eles falavam entre eles e eu terminava sabendo; “ela não pode ser não, já viu mulher dirigindo” [...] (FAAS).

Nas informações levantadas no Sindicato dos Bancários, observamos que poucos momentos esteve presidido por mulheres. Até o ano de 1992, não só o cargo da presidência, mas as diretorias eram ocupadas por homens.

Essa pequena participação não obscureceu nosso olhar a respeito das possibilidades de atuação das sindicalistas bancárias. Em suas narrativas, foi possível perceber como elas vão conquistando espaços, destacando-se no movimento, para enfim chegar ao cargo da presidência.

As greves também eram formas de demonstrar a capacidade de organização e força da presença feminina na luta sindical. Elas acreditavam que a participação mais ativa nessas mobilizações era uma oportunidade de reconhecimento do seu trabalho por parte da categoria. Segundo Sousa:

Nesse período todo de 83 a 87, a gente não teve só uma greve, e todas as greves e todos os movimentos as mulheres é que se destacavam mais, na hora da condução, das assembleias, na hora de falar, na hora de convencer, na hora de fazer o piquete, as mulheres tavam lá. Então tinha que ter... a gente argumentava por isso, era um reconhecimento do trabalho, não é uma questão masculina ou feminina né, a gente tá aqui como um ser trabalhador, que... que,que,que... é explorado e que precisa melhorar a vida. Então a questão gênero não pode ser predominante na hora, numa hora dessas, mas era mais nesses momentos assim. (MRS)

Por sua vez, esse momento favorecia a articulação das sindicalistas a nível nacional, de acordo com a entrevistada supracitada, elas viraram referências dentro do movimento, por conseguinte contribuindo para que utilizassem essa posição de destaque a seu favor, na hora de pleitear cargos na diretoria do sindicato abordado:

Então começamos a fazer contato com as pessoas a nível nacional, no sindicato de São Paulo, no sindicato de Brasília e a gente começou a se articular. E eram nós mulheres que, era eu a Helena... Helena... Sampaio... Helena Melo [...] então outras meninas aí. [...], ficamos conhecidas das pess... das lideranças nacionais na hora a gente virou referência, então na hora formar a chapa ninguém podia deixar nós de fora, ora a gente era que era referência né? (risos) então os bancários conheciam nós, na hora de está na frente da greve, na hora de tá com o microfone na mão, aliás, não era nem microfone nesse tempo a gente usava megafone aquele... aqui nas costas pendurado (risos) né... pra mobilizar é... chegar na frente da agência, conversar com os companheiros, entrar na agência e falar com o pessoal. Tudo era a maioria era mulher, às vezes os homens iam com a gente, mas na hora de falar eles eram mais tímidos do que nós (risos). Um monte de mulher falava e eles ficavam calados ali só fazendo a retaguarda, então na hora de discutir a chapa não tinha como né... a gente não entrar na chapa.

As mobilizações realizadas pelo grupo bancário trouxeram importantes benefícios para categoria, através dela o sindicato, ou melhor, o movimento bancário foi se afirmando nacionalmente, e contribuindo para ampliar os polos de discussão. A questão feminina também começa aparecer nas propostas do acordo coletivo de novembro de 1984. Tal acordo chama atenção para as divergências de tratamento entre os sexos, que privilegiavam os empregados do sexo masculino. Além disso, visava assegurar o auxílio creche para as empregadas-mães:

Durante a vigência deste Acordo, o Banco do Brasil S/A assegurará às empregadas-mães o valor mensal correspondente a uma vez o Maior Valor de Referência, para as despesas com internamento de cada filho até a idade de 12 (doze) meses, em creches de livre escolha das empregadas. (Aos companheiros, O BANCÁRIO, nº. 22, Nov./1984, p.3).

O Banco assegurará às suas empregadas o mesmo tratamento concedido aos empregados do sexo masculino relativamente à prestação e remuneração de horas extras, dispensada, em consequência, a compensação de horário. (Aos companheiros, O BANCÁRIO, nº. 22, Nov./1984, p.5).

Em contrapartida, não foram esquecidos as perdas e o peso de presidir uma entidade sindical; a resistência, as disputas diárias, além disso, o desgaste físico foram apontados no decorrer dos relatos das sindicalistas entrevistadas.

Considerações finais

Como vimos, os desafios e as conquistas são contínuos, as greves, a conscientização da categoria bancária culminou com o aumento do número de seus sindicalizados, por

consequente fortaleceu o Sindicato dos Bancários. E nesse sentido, podemos dizer que a participação ativa das mulheres bancárias legitimada ou não, engrandeceu e ainda contribui nas lutas dessa entidade.

A conquista deste espaço deve ser considerada como o começo, a possibilidade de construir uma “nova” história com novas protagonistas. Não mais valorizando o discurso dos dominantes, para isso é preciso aprofunda-se mais ainda nas experiências das mulheres no cotidiano sindical. Pois, análise dessa experiência é somente a “ponta do iceberg” que nos encaminhará para novas reflexões referentes às relações entre mulheres e sindicato, incitando o interesse da academia por esse objeto que pode e deve ser pesquisado

REFERÊNCIAS

GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.640-667.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais** In: SANTANA, R.N. Monteiro de (org.). Piauí: formação- desenvolvimento- perspectiva. Teresina: Halley, 1995.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Fontes hemerográficas:

FORÇA E AUTORIDADE. Jornal **O Bancário**, nº. 29, Teresina, abril/1985, p.2

EM BUSCA DE DIGNIDADE. Jornal **O Bancário**. Teresina, 03 de março 1993.p.1.

O ESPAÇO MULHER. Jornal **O Bancário**, nº. 25, Teresina, Jan./1985, p.4)

SINDICATO - UMA OFICINA DE TRABALHO. Jornal **O Bancário**, Teresina, Nov./1983 p.4.

SINDICALIZAÇÃO. Jornal **O Bancário**, Teresina, nº. 56, Dez/ 1985, p.1

AOS COMPANHEIROS, Jornal **O Bancário**, Teresina, nº. 22, Nov./1984, p.3-5).

Entrevistas

SILVA, Francisca de Assis Araújo. **Entrevista concedida a Kamila Albuquerque de Araújo.** Teresina, 13 de fevereiro de 2009.

SOUSA, Maria Regina. **Entrevista concedida a Kamila Albuquerque de Araújo.** Teresina, 28 de maio de 2009.

História, Cidades, Memória e Trabalho



AS CIDADES DE DEUS: Difusão de territórios eclesiásticos no Brasil (1822- 1889)

JOÃO VITOR ARAÚJO SALES*

Ao longo da História do Brasil, várias foram as formas de afirmação e reafirmação das áreas povoadas, sobretudo, no que diz respeito às áreas de maior potencial econômico, e de zonas de litígio territorial.

As descobertas de “novos” mundos, como no caso da América portuguesa e espanhola, foi palco de intensas disputas por territórios em diversas ocasiões, bastando lembrar para isso dos diversos tratados celebrados entre as nações, em sua maioria, arbitrados pela instituição que detinha a reconhecida autoridade diplomática, a Igreja Católica.

De fato, neste contexto, e ao longo de toda história do Brasil, a própria Igreja criou mecanismos de assimilação de domínios, incidindo neles sua gestão religiosa- civil²², numa mutualidade que lhe era garantida por tradição, e mesmo, pelos mecanismos legais, este último, notoriamente, o caso do Império Brasil, pelo regime de padroado. Assim, a existência da menor unidade administrativa organizada, a vila, estava condicionada à existência de uma igreja²³

A unidade político-administrativo-religiosa pela qual a Igreja melhor expressava seu poder, foi, sem dúvida, nas dioceses. Eram nestas que seus membros mais capacitados, os bispos, exerciam sua autoridade, e faziam cumprir, sua doutrina e obras. É neste sentido, que analisar as dioceses, ou seu gérmen, as prelazias; e mesmo, as Arquidioceses, configura oportunidade de verificar como províncias e cidades se relacionavam com tais conjunturas de poder, como nos relata Sack (Apud ROSENDAHL, 1995, p. 57):

A Igreja Católica Romana divide seu domínio em hierarquias territoriais de paróquias, dioceses e arquidioceses. Cada um destes territórios é chefiado por um funcionário da Igreja, cujo posto na administração geral corresponde ao posto na hierarquia. Os sacerdotes tem jurisdição sobre a paróquia, os

*Mestrando do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí

²²Um herança colonial, uma vez que, a ocupação territorial eclesiástica possuía também efeito civil, na medida em que era utilizado como divisão administrativa para o governo, como ilustra o sistema eleitoral vigente no Império (VIEIRA, 2007, p. 60), tendo na figura do padre o seu primeiro representante. Cf. SILVA, Joelma Santos da. **Por mercê de Deus: igreja e política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820 – 1842)**, 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. p. 45.

²³Vilhena, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)**, 2016. 272 f Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 46

bispos sobre as dioceses, os arcebispos sobre as arquidioceses e o Papa, em Roma, sobre todos os níveis hierárquicos.

O caso do Piauí é sintomático. Inicialmente, subordinada à diocese de Pernambuco, o Piauí foi remetido à administração da Província do Maranhão. Desde 1822, que esta província, por meio de seus representantes no legislativo, almejava a criação de um bispado independente do Maranhão. Utilizando-se de motivos diversos, baseava-se na criação na elevação das prelaças de Cuiabá e Mato Grosso a dioceses, por solicitação do governo imperial, que em resposta, em 1827, obteve a Bulla *Sollicita Catholicae Gregis Cura*, indicando também a criação e manutenção dos cabidos e seminários para as mesmas. Interessa-nos discorrer sobre tal fato, justamente, pelo posicionamento do bispo do Maranhão, um dos maiores opositores à criação da diocese do Piauí, assim afirmar: (...) ‘A criação das novas dioceses é da competência da sé apostólica em conformidade da presente disciplina geralmente recebida em toda Igreja Catholica’ (SILVA, 2012, p. 98). E, discorre sobre o processo de criação das dioceses desde os primeiros séculos do cristianismo até a existência dos concílios provinciais e a criação da lei que reserva a Sé Apostólica desmembrar e criar bispados. Assim, nem mesmo o Imperador teria poder de contestá-la. A mesma perspicácia, todavia, não teve D. Marcos, quando o que estava em questão era o seu pasto, já que, durante seu bispado toda e qualquer campanha em prol do bispado do Piauí separado do Maranhão foi sufocado sob ecos de rendas insuficientes, pois como diria Sopher (Apud ROSENDAHL, 1995, p. 57), a Igreja, além de organizar comunidades no intuito catequético e litúrgico, também é uma instituição de política e economia, afetando, assim, suas funções religiosas dentro dos seus próprios territórios, gerando, por vezes, conflitos.

Uma vez subordinada ao Estado, a Igreja experimentava a precária situação financeira do Império, agravando-se pelo desuso dos dízimos eclesiásticos, sendo sustentada, em grande parte, pela Fazenda Real, através de folhas de pagamento controladas (LUSTOSA, 1977, p. 17), como ordenou o Imperador D. Pedro I ao Presidente da Província do Piauí, o Barão da Parnaíba:

Ha Sua Magestade O Imperado por bem Ordenar que Vossa Excellencia façaremetter à mesma Secretaria d’Estado relações exactas extrahidas da Fazenda Publica dessa Provincia, ou de quaisquer outras Repartições, não sodos Ordenados que por ella se fragão aos diversos Magistrado e mais Officiais empregados na administração da Justiça como das Congruas que Actualmente vencem todos os Parochos dessa Provincia, especificando-se nas mesmas relações com a maior clareza, além dos Ordenados e cõngruas toda a mais despeza que estiver a Cargo da Fazenda Pública com os sobreditos dous ramos, e as ordem em virtude das quaes fôrão estabelecidas

assim estas como aquellas outras despesas, por que sem que se recebam com a maior brevidade estes indispensáveis esclarecimentos não se poderá em tempo oportuno dar ao Ministro da Fazenda o orçamento determinado no artigo cento setenta e dous da Constituição para ser presente na futura Sessão do Corpo Legislativo (APEPI, Ata N° 298, de 16 de agosto de 1827, Códice n° 06)

A criação de novos territórios religiosos- civis, era um impasse generalizado, como nos adverte Matos (2010), “saltava à vista o pequeno número de dioceses para a vastidão do Império. Algumas, além da distância, estavam muito povoadas para serem atendidas por um único pastor”. (p. 80).

Observamos que durante o Império, diversas propostas para que se multiplicassem as circunscrições eclesiásticas, onde os prelados denunciavam suas extensas dioceses, no sentido de subdividi-las²⁴ foram reclamadas. Contudo, tais multiplicações gerariam despesas públicas, ocasionalmente, agravadas pelas diversas revoluções que intranquilizavam alguns territórios.

Convém ressaltar que o Governo colonial, provavelmente pela sua condição econômica mais estável, pretendia ampliar este quadro de dioceses e Províncias Eclesiásticas, uma vez que, a proposta²⁵ do Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, de 28 de junho de 1819, previa para o Brasil, com mais de 4 milhões de habitantes, nada menos que 26 bispados, sufragâneos à 7 Arcebispados²⁶ e “mesmo assim, muito superior às forças dos respectivos bispos”, a saber: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Olinda, S. Luís e Belém do Pará. (MATOS, p.80). Engavetado em razão do 1822 e suas consequências políticas, foi lembrado em 1824, nas instruções levadas a Roma por Monsenhor Francisco Correia Vidigal, encarregado de negócios junto à Santa Sé, logo após, a proposta cairia em total esquecimento (LUSTOSA, 1977, p. 27).

Esta organização eclesiástica insuficiente foi lembrada por Oscar de Figueiredo Lustosa (1977), onde, no final do século XVIII²⁷, isto é, em toda a vastidão do território nacional, havia nove circunscrições eclesiásticas: 1 Arcebispado (Salvador), 6 bispados (Olinda, Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, São Luís do Maranhão, Pará), 2 Prelazias (Cuiabá e Goiás) (...) Contava apenas com nove centros de decisão (as nove cabeças das

²⁴Durante os 67 anos do Império, foram criadas somente três novas Dioceses: Em 1848, Porto Alegre e, em 1854, Fortaleza e Diamantina. Cf. MATOS, 2010, p. 81.

²⁵O projeto se denominava: “A Igreja do Brasil ou informação para servir de base à divisão dos bispados projetada no ano de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas suas diferentes classes, na conformidade dos mapas das respectivas províncias e número de seus habitantes”. Cf. LUSTOSA, 1977, p.27.

²⁶ Idem

²⁷SOUSA NETO, 2013, p. 59

circunscrições eclesiásticas) e com alguns sub-centros (Porto Alegre, Fortaleza, Oeiras, etc), a coordenação pastoral era praticamente inviável. (p. 26- 27)

Some-se a isso, a distribuição desproporcional entre bispados, freguesias e suas respectivas extensões territoriais, assim, “o bispado de Olinda possuía 121 freguesias em uma extensão que abrangia do Ceará a Minas Gerais (região do S. Francisco), enquanto o bispado de São Luís do Maranhão, incluindo o Piauí, não atingia senão o montante de 21 paróquias”.²⁸ Na verdade, tal situação contrasta com a tendência da Igreja Católica pós- Revolução Francesa (1789), já que, como relata Zagheni (1999), esta Igreja é aquela da Restauração, em que busca recompor sua identidade original, tomando medidas como: a reorganização das dioceses e das paróquias, o empenho pela vida espiritual do povo, a reconstrução dos seminários, a restauração das Ordens religiosas e a restauração da ideologia de cristandade. À imensidade dos territórios se acrescentava a parca densidade populacional que “para uma população avaliada em pouco mais de 4.000.000 de habitantes, contava a Igreja com o número aproximado de 650 a 700 paróquias, além de algumas centenas de capelas curadas e outras tantas não curadas”. (LUSTOSA, 1977, p. 26)

No caso da diocese do Maranhão²⁹, no início da jurisdição de D. Marcos, temos “uma superfície de perto de 600.000 km² (seiscentos mil quilômetros quadrados), não conta, com mais de 260 mil habitantes, na maioria escravos, divididos em 36 paróquias, estando duas em S. Luís, com 23 mil almas, e uma em Oeiras, com poucos mil habitantes” (PACHECO, 1969, p. 138).

Tomando por parâmetro tais dados, o Piauí, encontrava-se de certo modo, vantajosamente administrado pela diocese do Maranhão, contudo, não foi suficiente para a conformação dos piauienses na campanha em prol de sua própria diocese. De fato, a “boa distribuição” espacial do território eclesiástico, não atendia às demandas religiosas de um povo e de uma elite, sedenta por autonomia eclesiástica, e para época, mesmo, social.

²⁸Lustosa, 1977, p. 26. Não sabemos exatamente de quando são estes dados, já que o próprio autor não o explicita. Contudo, tomando Pacheco como referência, podemos inferir que os dados são, talvez, anteriores ao Império, isto é: Quando D. Marcos faleceu, em 1842, a Diocese do Maranhão tinha 53 paróquias, 38 no Maranhão e 15 no Piauí, de maneira que, por D. Marcos foram criadas 21 (14 no Maranhão e 7 no Piauí) (p. 162). Ou seja, quando D. Marcos assumiu a Diocese do Maranhão, em 1828 (PACHECO, p. 139), já havia 28 paróquias em toda a diocese do Maranhão.

²⁹D. Marcos, por meio de levantamentos estatísticos buscou cumprir as determinações imperiais de reordenamento da geografia eclesiástica do Brasil, sendo erigidas mais doze paróquias no seu bispado, em 1835, além de produzir uma documentação então inédita ao bispado, um mapa das freguesias existentes no Maranhão e uma lista com o nome dos vigários que nelas atuavam, ambos de 1832, facilitando uma maior organização e controle da atividade eclesiástica. (SILVA, 2012, p. 128.)

Além disso, se tomarmos o bispado de Olinda como parâmetro, como o exemplo dado por Lustosa, verificamos que, entre 1848 e 1854, foram criadas as dioceses de Diamantina (Minas Gerais) e de Fortaleza (Ceará)³⁰, o que, sem dúvida, redistribuiu a ação pastoral do bispado de Olinda, face a seus territórios e população.

Desta forma, em Ofício, o Visconde da Parnaíba relata à Cúria de S. Luís, novamente, as dificuldades de não haver um bispado nestas bandas:

A paróquia mais próxima, a de Parnaíba, está distante 40 e tantas léguas. São Raimundo Nonato dista 270 léguas, de caminhos difíceis. “A criação de um bispado nesta província he de suma utilidade para prover de prompto as necessidades espirituais, administrando o pasto a todos os fiéis, e afervorando o zelo pela Religião, de que pendo a Prosperidade da Igreja, e a segurança do Estado”. (PACHECO, 1969, p. 169)

Analisando a dinâmica de ereção de dioceses no Brasil, observamos que, sob força do padroado lusitano, nos primeiros anos da América portuguesa, a jurisdição espiritual do “novo mundo” português, encontrava-se sob o prior de Tomar³¹. Em 1514, o Papa Leão X expede bula *Proexcelente*, criando a diocese de Funchal, na Ilha da Madeira (território português), passando esta diocese a jurisdicionar sobre os domínios portugueses além-mar, sendo elevada à condição de arquidiocese, em 1534.

Na América portuguesa, a criação de sua primeira diocese é considerada tardia, comparada à América espanhola, somente em 1551, pela bula *Superspécua militantes Ecclesiae*, do Papa Júlio III, a de São Salvador, na Bahia, por solicitação do rei Dom João III, conforme a praxe do padroado³². A bula elevou a vila de Salvador à categoria de cidade, desligando a nova diocese da jurisdição de Funchal e determinando-lhe a área de trezentos quilômetros de costa, mais cento e vinte para o interior. (AZZI apud SOUSA NETO, 2013. p. 58). De fato, sua criação tem haver com a vinda de um governo para administrar o Brasil, exercendo sua jurisdição em todas as terras e partes da colônia enquanto não houvesse outro bispado, e assim permaneceu por mais de um século; quando, finalmente, em 1676, pelas

³⁰Sob o pontificado de Pio IX, em 06 de junho de 1854, a de Fortaleza pela bula *Pro animarum salute*, e a de Diamantina pela bula *Gravissimumsolicitudinis*.

³¹D. Gualdin Pais, mestre da Ordem (Prior) dos Templários em Portugal, que em 1160, mandou construir o castelo de Tomar, onde foram residir os membros da Ordem. Uma vez extinta a Ordem dos Templários, em 1310, e a criação da Ordem de Cristo, essa passou a herdar os bens daquela e, a sede de Tomar passou a ser vicariato, e o prior do convento, vigário. Posteriormente, a Santa Sé concedeu à Ordem jurisdição eclesiástica, sob direção do prior de Tomar, sobre as terras conquistadas e que não pertenciam a nenhuma diocese estabelecida. O Papa Adriano, em 1522, confere a D. João II a dignidade de grão- mestre da Ordem de Cristo, dignidade que se transmitiu aos seus sucessores no trono português. (AZZI In. HORNAERT, 2008, p.162- 163.).

³²LIMA, 2001. p. 44.

bulas de Inocêncio II, *Romani Pontificise Ad sacram beati Petri*, foram criados os bispados de São Sebastião do Rio de Janeiro (prelazia desde 1575) e de Olinda (prelazia desde 1614)³³.

A tabela a seguir, ajuda-nos a dimensionar a política de criação de dioceses ao longo da história do Brasil, vislumbrando uma gradual reorganização dos bispados ao longo do processo, onde, “a difusão de dioceses apoiou-se em dois focos originais independentes, Salvador, cuja diocese data de 1551, criada diretamente de Roma, e São Luís, criada em 1677, por desmembramento da diocese de Lisboa”, onde se destacaram dois grandes períodos, 1551 a 1854, e 1890 a 1930. (ROSENDAHL; CORREA, 2006)

QUADRO Nº1- Brasil – Dioceses e Prelazias criadas até 1930- Segundo Período

Períodos	Dioceses	Prelazias
1551	Salvador	-
1676- 1677	Rio de Janeiro, Recife- Olinda, São Luís	-
1719- 1745	Belém, São Paulo, Mariana	Goiás, Cuiabá
1848- 1854	Porta Alegre, Diamantina, Fortaleza	-
1890- 1930	(Amazônia) Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santarém, Rio Branco, Porto Velho	Lábrea, Brogança, Marajó
	(Nordeste) João Pessoa, Maceió, Grajaú, Teresina, Crato, Sobral, Natal, Cajazeiras, Garanhuns, Nazaré, Pesqueira, Petrolina, Penedo, Aracaju, Barra, Ilhéus, Caetité	Bom Jesus
	(Sudeste) Vitória, Niterói, Pouso Alegre, Araçuaí, Montes Claros, Belo Horizonte, Paracatu, Caratinga, Juiz de Fora, Luz, Guaxopé, Uberaba, Valença, Barra do Piraí, Campos, Botucatu, Assis, Lins, Jaboticabal,	-

³³Lima (p. 46) garante que Dom Felipe III (monarca espanhol que governava Portugal), obteve do Papa Paulo V, com a bula *In supereminente*, em 12 de agosto de 1611 e 05 de julho de 1614, a construção de uma prelazia para o norte- nordeste brasileiro, intitulada prelazia de Paraíba- Olinda.

	Sorocaba, São José do Rio Preto, Campinas, Santos, Bragança Paulista, Taubaté, Ribeirão Preto, São Carlos	
	(Sul) Curitiba, Ponta Grossa, Jacarezinho, Florianópolis, Joinville, Lages, Pelotas, Uruguaina, Santa Maria	-
	(Centro Oeste) Cáceres, Guiratinga, Diamantino, Jataí, Porto Nacional, Corumbá	-

FONTE: Anuário Católico do Brasil – CERIS. In. ROSENDAHL; CORREA, 2006

Analisando os dados da tabela verificamos que entre 1551 e 1854, as dioceses criadas são distribuídas por regiões dispersas, acompanhando, em grande medida, os maiores centros de poder, sob o galopar das circunstâncias políticas, em que, os aspectos econômicos se evidenciam pelo sistema colonial, num direcionamento exportador, logo, a região litorânea prevalece em número de circunscrições administrativas, onde a região Nordeste concentrará a primazia e concentração até o final do século XVII, sob forte impulso do açúcar. Com a descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no século XVIII, haverá um deslocamento, de forma que, entre 1719- 1745, com a fundação da diocese de Mariana, e as prelazias de Goiás e Cuiabá, a Igreja acompanhará os maiores centros populacionais e de poder, demarcando seu espaço consoante ao Estado, assim:

É por intermédio da paisagem cultural, impregnada de seus geo-símbolos, que a cultura de um determinado grupo se inscreve no espaço. A religião também possui seus símbolos. Estes constituem marcas que identificam e delimitam seu território religioso. São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla. Na religião católica, os templos, os cemitérios, os pequenos oratórios à beira da estrada, os caminhos percorridos pelos peregrinos, representam, entre outros, os meios visíveis pelos quais o território é vivenciado e reconhecido como tal. As normas, regras e penalidades, enquadram os limites invisíveis que efetivamente delimitam o território e, ao mesmo tempo, tornam efetivo seu conteúdo que envolve não apenas diretamente as restrições eclesiais, mas também devotos, profissionais especializados e instituições religiosas subordinadas hierarquicamente ao poder local, regional, nacional e mundial. (ROSENDAHL, Z. CORRÊA, 2006)

A situação torna-se mais evidente quando se observa o panorama por região, pelos números a seguir:

QUADRO Nº 2- Criação de Dioceses no Brasil por Regiões, até 1930.

REGIÕES	Períodos					Total
	1551	1676- 1677	1719- 1745	1848- 1854	1890- 1930	
Amazônia	-	-	1	-	8	9
Nordeste		2	-	1	18	22
Sudeste	-	1	2	1	27	31
Sul	-	-	-	1	9	10
Centro- Oeste	-	-	2	-	6	8
Total	1	3	5	3	68	80

Fonte: CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), ROSENDAHL; CORREA, 2006.

Como é perceptível, a região sudeste se consolida como polo eclesiástico no século XVIII, enquanto o Nordeste, no mesmo período, se estagna, em detrimento das demais regiões.

A criação de dioceses “foi a estratégia por excelência” de um projeto reformista da Igreja, dito Ultramontano. Assim, territorializar religiosamente um país, ou mesmo um continente, já era conhecida Igreja, de maneira que, na Europa, da segunda metade do século XIX, para compensar a perda de territórios eclesiásticos na península itálica e em outros lugares. Além de preservar tais espaços, a Igreja ampliou seu controle religioso, nestas áreas institucionalizadas e as consolidou a serviço da Igreja.(AQUINO, 2012, p. 156). Podemos dizer que, conforme Sack e Hudman (Apud ROSENDAHL 1995, p. 59) “a territorialidade esteve lado a lado com o desenvolvimento da organização e hierarquia da Igreja. Quando a última aumentou, a primeira também se ampliou, a teoria sendo aplicada inversamente”. Por sua territorialidade, deve ser entendida como o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos que visam controlar um território específico (IBDEM, p. 56)

A criação da diocese do Piauí encaixa-se, perfeitamente, nesta tendência da Igreja Católica de diocesanizar os seus territórios de atuação, de maneira que: No Brasil, antes de 1890, a criação dessas circunscrições eclesiásticas dependeu do Estado que não as erigiu, sobretudo, por razões de ordem financeira, ainda que no final do Império tenham predominado os motivos de ordem política. Todavia, depois de 1890, a Santa Sé assumiu a responsabilidade pela fundação de novas dioceses e “os bispos brasileiros julgaram ter

chegado o momento para expandir esses organismos de poder eclesiástico” (AQUINO, p. 156).

Foi nesse processo de laicização do Estado, e, portanto sua separação da Igreja, que a necessidade de “fincar” a bandeira do catolicismo tornou-se urgente. Perde-se a quase exclusividade, de atuação. Templos de outras denominações cristãs podem ser erigidos (outrora proibido pela Constituição Imperial). O Estado não mais leva a Igreja como célula orgânica para estabelecimento de sua estrutura estatal. Foi preciso marcar território mais do que nunca. Foi preciso diocesanizar o Brasil.

A Geografia das Religiões, atualmente, mais do que História captou a necessidade de se compreender demarcação geo-simbólica da Igreja. É a partir daí que podemos perceber o quão complexa foi a relação entre Igreja e Estado no Brasil imperial, não nos cabendo resumila na pura e simples sujeição do da Igreja perante Estado. A Igreja tinha suas necessidades pastorais, o que exigiria do Estado o dispêndio financeiro. Ao mesmo tempo, o Estado imperial, pelo menos em seu início, precisava de funcionários nas menores organizações de povoamento, e dificilmente os teria, se não fosse a atuação de padres que exerciam de forma complexa a função sacerdotal de Deus, como padres, mas, também, sacerdotal Imperial, como intermediário do Estado incipiente que se buscava implantar.

É neste aspecto contraditório que as unidades administrativas eclesiástica vigorarão ou ruirão. No caso piauiense, ruiu por motivos, sobretudo, políticos e econômicos. Restando à dimensão espiritual, cultural e, também, política da Igreja local, uma secundarização que só se resolveria com uma forma de governo que lhe desvencilhasse os laços com o Estado, isto é, a República, e ao mesmo, tempo, desencadeasse uma concorrência pela explosão de diversas doutrinas tidas por modernistas, outras igrejas, e, sobretudo, uma nova cultura que emergia entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

APEPI. **Ata Nº 298, de 16 de agosto de 1827**. Sala do Poder Executivo. Registro da S. Governo (1827-1831.). Códice nº 06.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In. HORNAERT, Eduardo [et. al.]. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial**. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JACKSON, R e HUDMAN, L.E. **Cultural Geography: People, Place and Environment**. Sant Paul: West Publishing Company, 1990.

LIMA, Maurílio César de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **REFORMISTAS NA IGREJA DO BRASIL- IMPÉRIO**. São Paulo:Boletim Nº 17 (NOVA SÉRIE). USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.Departamento de História Nº 10, 1977.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 2 (Período Imperial e Transição Republicana). 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Coleção Igreja na História)

PACHÊCO, Filipe Condurú (Dom). **História Eclesiástica do Maranhão**. Maranhão: SENEC. Departamento de Cultura, 1969

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (65). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-65.htm>> [ISSN: 1138-9788]

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião: Uma Proposta. **Espaço e Cultura**. Ano I. Outubro de 1995, p. 45- 74.

SILVA, Joelma Santos da.**Por mercê de Deus: igreja e política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820 – 1842)**, 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SOPHER, D. Geography and Religions.Progress in Human Geography, 1981.

_____,**Geography of Religions**. Engkwood Cliffs, Prentice Hall Inc., 1967.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Teresina: FCMC, 2013.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844- 1926)**. São Paulo: Editora Santuário, 2007.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí(1800-1852)**, 2016. 272 f Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ZAGHENI, Guido. **A idade contemporânea**. Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

AS MEMÓRIAS QUE A CIDADE DESPERTA: os moradores de Lagoinha do Piauí e suas memórias sobre o povoado

Ábdon Eres da Silva Neto³⁴

É inegável a utilização de meios materiais para a conservação de memórias sobre algo ou alguém. Assim, não podemos deixar de reconhecer que o espaço físico da cidade possui lugares que, constantemente, nos fazem lembrar algo. Uma construção, uma rua, uma praça... Frequentemente fazem despertar memórias nos habitantes da cidade.

Isso porque esses espaços físicos geram significados para quem os tem como elementos fundamentais em sua vivência. São lugares que, muitas vezes, nem guardam mais as características que já possuíam, mas que, mesmo assim, despertam memórias. Destarte, a cidade é um lugar cheio de significados para seus habitantes.

Mas ela é também lugar de criação de memórias. Criação não apenas por meio das vivências particulares de cada pessoa, mas de criação de “lugares de memória” (NORA, 1993) com o objetivo de produzir uma memória coletiva de alguma instituição ou governo, de modo a garantir a hegemonia em determinado local.

Mas como poderíamos ter conhecimento da existência desses lugares da memória em uma cidade? Poríamos, inicialmente, seguir a especificação de Nora (1993), que coloca como lugares de memória os testamentos, livros, monumentos etc. e rastrear na cidade esses lugares. Encontraríamos no espaço físico boa parte desses lugares, porém, correríamos o risco ficar limitados à memória oficial ou de um grupo predominante.

Neste caso, devemos considerar que a cidade é também lugar das memórias particulares, despertadas por uma multiplicidade de locais que tem significado diverso para cada pessoa. Locais que para um pode ser significante, enquanto que para outros, nem mesmo chega a ser relevante.

Desta forma, para termos conhecimento mais amplo sobre os “lugares de memória” - aqui utilizando a categoria de Nora (1993) -, e sobre os locais que despertam memórias nos habitantes de uma cidade – aqui falando dos lugares, no sentido geral -, a entrevista com moradores se torna o meio mais relevante. Suas falas acerca da cidade muito revelam sobre ela, sobre as suas vivências naquele local e o significado que cada elemento do espaço da cidade tem para eles.

³⁴ Mestrando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Email: abdon_eres@hotmail.com

Estando cientes de que a fala dos entrevistados corresponde a apenas uma representação do passado, já que “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2004, p. 77), a sua utilização tem muito a contribuir para respondermos ao questionamento a que se propõe este artigo: quais as memórias que a cidade de Lagoinha desperta em seus moradores?

A cidade que corresponde ao nosso objeto de estudo é Lagoinha do Piauí e os entrevistados são todos moradores de lá. Foram as narrações feitas por eles que nos permitiram conhecer as memórias que o espaço lhe desperta. Mas estas narrações são apenas amostras de memórias que a cidade pode despertar em alguns de seus moradores. Não temos, assim, o intuito de criar generalizações ou sintetizar as memórias de uma cidade em alguns de seus moradores. Nosso intuito é exemplificar a capacidade que os símbolos que constituem uma cidade têm sobre as memórias de seus habitantes.

As narrativas utilizadas neste trabalho são frutos de entrevistas realizadas com o propósito de responder a questões de outra pesquisa, porém, que acabaram suscitando a questão que orienta o presente artigo.

O propósito das entrevistas eram conhecer as características de Lagoinha do Piauí quando esta ainda não tinha obtido o título de cidade. As perguntas foram direcionadas no sentido de colher os momentos que mais marcaram a vida dos moradores neste momento da história da cidade, especialmente as lembranças que guardaram da sua juventude enquanto moradores da localidade.

Em continuidade à pesquisa, perguntamos também sobre o processo de emancipação política e as modificações que o povoado sofreu após emancipar-se, destacando os momentos que ficaram marcados em suas lembranças.

Ao longo das entrevistas percebemos que o local do qual eles falavam, e que posteriormente, se tornaria a cidade de Lagoinha do Piauí, era construído diferentemente por cada um dos entrevistados. Em suas narrações notamos a descrição de uma “outra Lagoinha” moldada pela seletividade da memória de cada um dos entrevistados.

A relação entre o que era lembrado, os espaços da cidade e o local do qual eles falavam – no caso a localidade que ainda não era cidade, mas que se tornou somente em 1995 por lei municipal - não foi, a princípio, percebida.

Desta forma, se ouvir as narrativas de seus entrevistados foi o que despertou em Nascimento (2002) a ideia de produzir um texto tratando da Teresina lembrada por eles, para

nós, foi este seu texto, intitulado *Em busca de uma cidade perdida*, que nos fez olhar novamente para as entrevistas.

Somente assim, pudemos perceber que cada sujeito ouvido por nós “guarda aspectos da cidade por alguma razão. [E são] esses variados aspectos [que] terminam por ajudar a cada um na construção de uma cidade invisível” (NASCIMENTO, 2002, P. 182). E foi partindo daí que resolvemos também sair em busca da cidade perdida narrada pelos moradores de Lagoinha.

Cidade como espaço de memórias

Pollak (1992) destaca três elementos constitutivos da memória individual e coletiva: os acontecimentos, os personagens e os lugares. Segundo ele, a memória pode ser constituída de acontecimentos vividos pessoalmente, ou pode constituir-se de acontecimentos experienciados indiretamente, mas que foram marcados de tal forma no pensamento da pessoa que se faz presente como se ela tivesse vivido pessoalmente. É o que ele chama de acontecimento vivido por tabela.

Pessoas e personagens também estão entre os elementos constitutivos da memória. São pessoas que podem realmente ter tido contato e se conhecido ao longo da vida ou pessoas conhecidas por tabela, ou seja, mesmo não tendo tido vivência direta, mas a relevância que lhes é dada é de tal forma que as tornam quase contemporâneas.

O terceiro elemento são os lugares. “Lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 2002, p. 202). São lugares que, por motivos diversos, permaneceram forte na mente das pessoas, servindo de apoio para suas memórias.

É mais precisamente sobre este terceiro fator constitutivo da memória destacado por Pollak que pautaremos a discussão deste artigo. É por meio desses lugares, que servem de apoio para as memórias, que podemos perceber como o espaço de uma cidade pode despertar memórias em seus habitantes. Porém, para que isso aconteça é preciso que levemos em conta o fato de que a cidade só pode ser compreendida pelo caráter humano que a constitui.

Poderia, assim, falar da cidade de Lagoinha levando em conta apenas o seu traçado urbano, a quantidade de ruas, a medida da sua dimensão espacial, o número de habitantes, quantos, quais e onde foram construídos os primeiros prédios públicos... “poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos”; mas sei que seria o mesmo que

não dizer nada” (CALVINO, 1990, p. 14). Mas, nenhum desses dados fazem sentido se não estiverem ligados com a dimensão das relações humanas presentes dentro da cidade.

De acordo com Brescianni (2000, p. 237)

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado das ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.

A cidade, além de possuir a sua estrutura com prédios e casas, possui o dinamismo da vida humana, que dá funções e significado a esta estrutura, que transforma ou aprimora. As medidas do espaço e a estrutura da cidade não fazem sentido sem a relação que estes estabelecem com o humano.

Rolnik (2004, p. 17) reforça a ideia de que a estrutura urbana é incompreensível se o seu caráter de significação humana for desprezado. Segundo ela,

[...] podemos perceber a cidade também como um lugar de memória, de “significações acumuladas através do tempo”, refletidas por meio da arquitetura urbana, que assim como os documentos escritos, desempenham o papel de fixação de memória. O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que a construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto.

O tracejado das casas e das ruas desperta a memória dos habitantes para algo que os marcou ou algo que simplesmente vivenciou. São memórias que ficam mesmo quando a estrutura original de um prédio é modificada ou substituída por outra, ou que, ainda estando lá, não tem o mesmo significado que tinha antes.

A cidade está em constante processo de transformação. Mas isso não é capaz de apagar os estreitos laços entre a morfologia da cidade e as significações dadas a ela pelos seus habitantes. E é por isso que ouvindo os entrevistados podemos acompanhar as transformações do espaço urbano e perceber que a cidade “têm não só uma fisionomia como uma biografia” (BOSI, 2003, p. 73).

E esta biografia da cidade é constantemente incitada pelo espaço físico que, cheio de significações, serve de gatilho para o desabrochar de lembranças. “Não podemos esquecer,

entretanto, que o espaço de uma rua ou de uma praça funcionam como detonadores das lembranças e também como documento/monumento” (NASCIMENTO, 2002, p. 172).

Isso nos chama a ficar atentos até mesmo no momento de realizarmos as entrevistas para uma pesquisa. Bosi, (2002, p. 60), por exemplo, ressalta que “é de muito bom alvitre sair com ele [o entrevistado], caminhar o seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram (ruas, fábricas, bairros cuja transformação assistiu...)”.

Estar num ambiente familiar é algo que enriquece muito a entrevista em História Oral. É estando em casa, por exemplo, e se sentindo à vontade que o entrevistado sente mais liberdade para falar. E é um local onde ele pode estar em contato com elementos que despertem suas lembranças sobre determinado fato.

Em uma entrevista com Jorge (2015), a presença de um rádio em sua sala, local onde estávamos realizando a entrevista, foi crucial para que lembrasse de um dos aspectos da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lagoinha³⁵: o divertimento que proporcionava aos moradores.

Eu me lembro que quando a gente criou esse clube de jovens foi para termos assim, um lugar de lazer, dos jovens se divertir, sabe? Eu me lembro que ele era feito de palha, eu sei que foi uma luta grande, muitos dos jovens que participavam naquela época, hoje, casaram e outros que já faleceram, mas a gente era unido no objetivo de conseguir alguma coisa para os jovens para a diversão para alguma coisa. É tão tal que isso aqui é uma relíquia [o entrevistado aponta para o lado direito da sala, onde, na estante, está um aparelho de som] que foi uma união dos jovens na época. Na época a prefeita de Água Branca era a doutora Luzia. Ela trouxe um deputado aqui. Eu consegui reunir os jovens e a gente se uniu assim, de a gente ajudar esse deputado em troca de conseguir um som para o nosso salão, para a gente se divertir. Naquela época a diversão era muito pouca, não tinha assim, muito para onde ir, então a gente tinha esse sonho do clube de jovens, por isso que através desse clube de jovens foi que a gente doou isso para a criação da Associação.

A maneira como Jorge (2015) olhou para o rádio transpareceu o sentimento de importância e o significado que aquele equipamento teve para a Associação e os moradores da cidade. A partir dele, Jorge lembrou de uma localidade que engatinhava, que se esforçava para dar seus primeiros passos para emancipar-se e que alguns dos melhores momentos de lazer era dado pelo equipamento.

³⁵ Associação criada em Lagoinha no início da década de 1980 com o objetivo de trazer melhorias para o povoado.

Nesse mesmo sentido, a entrevista com Lima (2015), este, que preferiu fazer a entrevista na calçada de sua casa, reforça mais ainda o quanto o espaço da cidade serve como pontos para dar suporte à memória.

Ao ser perguntado sobre o que mais chamava a sua atenção em Lagoinha antes da sua emancipação, Lima (2015) construiu um mapa mental da cidade quanto esta nem possuía esse título. A fiação elétrica dos postes à sua frente foi, por exemplo, o suporte de onde partiu para lembrar e contar que o nome do Bairro Fio, foi “porque aqui tinha uma rede de fio de telégrafo que passava bem aí nesse meio”, diz ele apontando para local que ficava do outro lado rua e em frente da sua casa.

A constante referência a locais que antes existiam e que hoje não existem mais; ou de locais que foram construídos posteriormente, nos permite perceber o espaço enquanto elemento de marcação do tempo. “O posto de saúde e o posto telefônico era bem aí”, diz Lima (2015) apontando para o local onde hoje funciona uma creche.

Jorge (2015), ressalta que

Hoje onde é a sede da prefeitura foi doado pelo clube de jovens, que na época não tinha nada. Não tinha colégio, não tinha o mercado público, que hoje está lá, não tinha a sede que hoje é a prefeitura que era a sede da Associação, não tinha ali onde é a secretaria de saúde que era a máquina de beneficiamento de arroz, um salão muito grande com uma máquina super equipada.

Para quem viveu as transformações que o centro de Lagoinha foi passando desde a criação da Associação em 1984 até a emancipação política, é constante a criação, a partir do espaço atual da cidade de um mapeamento das mudanças, destacando o que havia, o que funciona antes e o que está funcionando hoje.

Assim, “cada aspecto, cada detalhe dos lugares possui um sentido inteligível somente para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço por ele ocupadas passaram a se constituir em pontos de marcação de um tempo por ele vivido”. (GODOI, 1999, p. 158),

Esta é uma das mais significativas contribuições da história oral: nos permite pensar as significações do espaço para os moradores da cidade e ver coisas que jamais poderíamos imaginar. Ainda mais que, como afirma Nascimento (2002, p. 181), na cidade “a cada instante, há algo mais, que o nosso campo de visão não consegue alcançar”.

Assim, ouvindo-os podemos ver a fisionomia da atual cidade tomando uma forma diferente, que “acompanha o ritmo da respiração e da vida dos seus moradores. Suas histórias

se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram” (BOSI, 2001, p. 74).

Não somente na entrevista de Lima (2015), mas nas demais, perguntar sobre como era a cidade é, de certa forma, perceber como os entrevistados utilizavam os espaços atuais como ponto de referência para construir um mapa imaginário da localidade que ainda não era cidade.

Existem, ainda, alguns locais em Lagoinha que sofreram alterações na sua estrutura física e também no seu significado, mas que constituem-se como ponto de referência para uma localidade que não existe mais, mas que, naquela época, eram essenciais na paisagem do lugar.

Um deles é o espaço do atual Largo Cícero. Antigamente o local era um enorme terreiro que ficava entre as casas e servia de espaço para brincadeiras como o Balandê³⁶. Em seu lugar foi construída uma praça que agora é utilizada de outras formas, ficando apenas lugar para recordações de um grande espaço que foi substituído por algo que dá um ar de urbano à cidade.

O outro é pequena casa de portas largas localizada perto da BR 343 que traz a lembrança aos moradores de quando precisavam frequentemente se deslocar de casa levando um saco de arroz para descascar. A máquina de descascar arroz (popularmente chamada de máquina de pilar arroz) que ali se encontra não possui mais a importância que tinha antigamente, mas já foi indispensável na localidade, denunciando a presença de um passado não muito distante.

Não podemos deixar de destacar a importância dos espaços da cidade para a construção de memória e para a formação de identidades. Os habitantes de uma cidade compartilham um espaço comum, uma experiência comum e que, mesmo com suas especificidades inerentes a cada um, serve de ponto para criação de referência indentitária enquanto moradores da localidade. Como afirma Bosi (2003, p. 76) a memória dos moradores “é a memória de cada rua e de cada bairro”.

Os “lugares de memória”

Pierre Nora (1992) em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, associa a obsessão das pessoas da sociedade moderna em criar lugares de memória à

³⁶ Uma dança tradicional realizada em Lagoinha no período da Semana Santa.

ameaça impostas pela globalização. De acordo com ele, há um medo constante de perder os laços com o passado e de perder o contato com referências identitárias tradicionais que as mudanças constantes ameaçam destruir.

Desta maneira, os lugares de memórias servem como pontes para ligar o passado, o presente e o futuro. E eles só existem, segundo Nora, porque não existem mais meios de memória, isto é, a sociedade atual, diferente das sociedades tradicionais, não priorizam a passagem para gerações futuras das tradições. Logo, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1992, p. 2).

Assim, “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que se foi [...]” (NORA, 1992, p.15). Neste sentido são esses vestígios, esses lugares de memórias, que garantem que determinado passado não seja esquecido.

Segundo Nora, os lugares de memória, para serem considerados como tais precisam ter três sentidos: o material, o simbólico e o funcional. Mesmo que determinado lugar possa ser mais funcional que simbólico, ou mais simbólico que material, estes três sentidos devem coexistir, senão não se constitui em lugar de memória.

Outro ponto interessante apontado por Nora é a existência vontade de memória. Um lugar de memória precisa ter uma intenção de memória. “Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória são lugares de história” (NORA, 1992, p.21-22).

Assim, dentre os locais de memória no espaço urbano, de acordo com a definição de Nora, podemos citar a nomeação das ruas. Os nomes das ruas em Lagoinha, aqui especificado as ruas do centro, que são as mais antigas, são lugares de memória porque foram criados com uma intenção de memória.

É material pela própria materialização do nome em suportes físicos na cidade. É funcional porque busca cristalizar uma lembrança e transmiti-la. É simbólica porque a lembrança que se quer transmitir constitui-se de um passado que a maioria da população local se identifica: são os nomes dos primeiros moradores do local.

É claro que precisamos também estar atentos à dinâmica que envolve a nomeação das ruas, especialmente no caso da cidade objeto de nosso estudo. Interesses políticos, econômicos e a relevância dada a determinada família ou pessoa em determinada época fica contida na cidade, mesmo que não seja de maneira óbvia, por meio da nomeação das ruas e de estabelecimentos públicos, que são escolhidos pelo poder público e refletem as suas intenções.

A numeração e, principalmente, a nomeação das ruas da cidade de Lagoinha do Piauí foi uma grande preocupação dos vereadores da Câmara Municipal. As ações tendo em vista o providenciamento de plaquetas com números para colocar nas residências e de nomes para colocar nas ruas se intensificaram a partir de março de 1998, momento em todos os vereadores são convocados para procurarem nome para as ruas para que a numeração fosse adiantada.

De 1998 em diante foram 12 requerimentos tratando sobre o nome de ruas e avenidas. A maioria dos nomes era IN MEMORIA. O vereador Juracy Pinheiro Lima, por exemplo, fala do prazer que lhe dá “trazer a esta casa mais dois requerimentos dando direito de adoção de nome de duas ruas que é a antiga Rua do Fio para o citado nome Pedro Lopes “IN MEMORIA” que vem sendo indicado pela população. E fica adotado também a antiga Rua do Prata para a adoção de Rua Santo Antônio”.³⁷

E a presidente da Câmara Eliza Fernandes da Silva Sena (mandato de 1 de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1998) quando do requerimento para a nomeação de uma Rua IN MEMORIA de Luiza Rocha Falcão justifica a escolha “por saber que foi uma das pessoas que contribuiu para o crescimento deste município”.³⁸

É predominante a participação de uma das mais antigas famílias da localidade nomeando as principais ruas da cidade. Todas as ruas do centro da cidade têm o nome de algum membro da família Leal (conhecida por Zeiras), o que demonstra a clara intenção de construir uma memória com o nome desta família.

As praças, o posto de saúde, as quadras de esportes recebem o nome de antigos moradores da cidade. Há também os casos onde a nomeação busca relembrar o nome de políticos que ajudaram o município de alguma forma, lembrando constantemente à população que aquele político trouxe aquele benefício para eles e, é claro, espera por uma retribuição.

Se formos mais afundo nas nomeações dos ambientes públicos da cidade, verificamos que, o critério para ter os nomes colocados nas ruas não é apenas ter vivido na cidade por muitos anos ou mesmo ser conhecido pela maioria da população. A escolha envolve outros fatores como a influência e afinidade política e a condição econômica. Muitas pessoas, mesmo pertencentes a famílias antigas do município, não tiveram espaço na nomeação das ruas, talvez porque a falta de recursos ocultou a sua importância ou mesmo porque a sua posição política seja uma ameaça ao governo vigente.

³⁷ Dados disponíveis na Ata de Reunião Realizada no dia 08 Agosto de 1998 da Câmara Municipal de Lagoinha do Piauí. p 58.

³⁸ Dados disponíveis na Ata de Reunião Realizada no dia 31 de Outubro de 1998 da Câmara Municipal de Lagoinha do Piauí.

Porém, o que destacamos nestas nomeações é a vontade de memória e a identificação que a maioria parece ter em relação a ela. A principal função de memória é dar significado a determinado grupo familiar como fundadores da cidade. Isso exemplifica bem o quanto a memória é seletiva, pois, no caso, escolhe quem fica na história.

Mas isto também nos remete a Pollak (1989). Segundo este autor, por mais que o discurso de um grupo político, ou a memória proposta por ele seja coerente, ela não tem garantia permanente de aceitação. Pois, memórias antagônicas sobrevivem por muito tempo, passadas por meios informais, esperando o momento apropriado para emergir e desestabilizar uma memória dominante.

Outro lugar de memória é a pequena lagoa que deu origem ao povoado. Atualmente os moradores referem-se a este lugar pelo nome de Buraco Velho. A lagoa, que já foi uma cacimba de onde os primeiros moradores retiravam água para sobreviver é hoje apenas um local que permanece seco a maior parte do ano.

Porém, inserimos ela aqui como um local que tornou-se lugar de memória. A lagoa não foi feita com o propósito de transmitir lembranças, mas as significações feitas em torno do Buraco Velho pela população e, principalmente, pelos gestores, dão ao local uma intenção, uma vontade de perpetuar uma memória fundadora em torno daquele lugar.

O Buraco Velho se torna material, não tanto pela sua existência física, mas pela própria construção da população. Se torna funcional pelo propósito de transmitir lembranças e simbólico pela identificação e reconhecimento que a população tem sobre sua importância para a história da cidade.

Considerações finais

Quais as memórias que a cidade desperta? Sempre estaremos ausentes de uma resposta totalizante para esta pergunta. A cidade e o seu traçado urbano oferece um arcabouço enorme de possibilidade de criação de memória, tanto por parte do poder público quanto dos habitantes.

No artigo destacamos mais só o espaço físico enquanto “criador de memória”, mas não nos esqueçamos que a cidade também é sentida e ouvida. Como bem afirma Bosi (2003, p. 72) a cidade “possui um mapa sonoro compartilhado e vital para seus habitantes”. É essa sonoridade junto com o espaço físico que torna constante o processo de lembrar dentro de uma cidade.

Nas entrevistas utilizadas neste artigo percebemos o quanto a memória dos habitantes sobre a cidade de Lagoinha do Piauí foi construída a partir das significações que o espaço urbano possuía para um deles. O lado físico de uma cidade só tem sentido pelo seu subjetivo.

E é justamente esse lado subjetivo e humano que realça as particularidades de uma cidade, fazendo um traçado entre a estrutura básica que todas as cidades possuem e as características que lhe são únicas.

Ouvir essas subjetividades nos permitiu perceber o quanto as narrações dos nossos entrevistados apontavam para um momento da história da cidade que está distante do nosso espaço e tempo atual, mas que se mantém vivo na memória de cada um dos moradores, se atualiza com os acontecimentos do presente e convergem para a construção de uma cidade invisível.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades: Um Percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14.
- Entrevista concedida por LIMA, Juracy Pinheiro. [Junho. 2015]. Entrevistador Ábdon Eres da Silva Neto. Lagoinha do Piauí, 2015. 1 arquivo. MPG-4 (26 min. 15 s.).
- Entrevista concedida por JORGE, Pedro Lourenço. [Outubro. 2015]. Entrevistador Ábdon Eres da Silva Neto. Lagoinha do Piauí, 2015. 1 arquivo. MPG-4 (21 min. 55 s.).
- GODOI, E. P. de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. São Paulo: EDUNICAMP, 1999.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Em busca de uma cidade perdida. In: *História Oral*. Vol, 5, N. 5, 2002.
Disponível em:
<<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=55>> . Acesso em: Junho, 2017.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Vol. 2, N. 3, Rio de Janeiro, 1992.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

SILVA NETO, Ábdon Eres da. *Lagoinha do Piauí: povoado, emancipação, cidade*. Teresina, 2016.

AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS EM TERESINA SOB A ÓTICA DOS DISCURSOS
DA IMPRENSA: agosto/setembro de 2011

KARINA VIANA DA SILVA*

O espaço físico da cidade é onde se desenvolvem importantes ações de observação e de busca do entendimento das agitações que ocorrem principalmente nas vias públicas. Não é diferente no caso da outrora “cidade verde”, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude da existência de inúmeras árvores dispostas na cidade de Teresina.

A cidade diz muito sobre os movimentos sociais que eclodem em seus espaços, pois em algumas circunstâncias existe uma relação intrínseca entre determinado movimento e a cidade, e o que se espera com uma manifestação é que o modelo de uma cidade, talvez seja pensada a partir de suas pautas de reivindicações demandadas pela população.

Teresina em comparação com grandes cidades do Brasil configura-se como uma cidade ainda em fase de crescimento, é uma cidade que caminha a passos longos para futuramente, quem sabe, adquirir o status de metrópole, termo esse que abarca diferentes questões relacionadas ao fato da cidade buscar ser mais tolerante mais igualitária mais democrática, além de ser mais produtiva.

Esses são alguns dos elementos que estão intrínsecos, nas características da metrópole do século XXI³⁹, além disso, Teresina conta com mais um elemento, a sua privilegiada posição geográfica situada entre dois rios. Tal fato proveria a cidade de meios para o escoamento da produção, visto que nem sempre encontram-se em bom estado, a maioria das estradas piauienses. Essa localização foi um dos argumentos utilizado, pelo o conselheiro Saraiva para a mudança da capital da cidade de Oeiras para o território onde hoje é Teresina.

No entanto existe um paradoxo no sentido de que ao mesmo tempo em que Teresina talvez inspire ser vista como uma metrópole, ela é muitas vezes designada pelo o termo de “provinciana”, no sentido de que é habitada principalmente por pessoas, que aqui chegaram e resolveram ficar e adotaram-na como cidade natal, isso se deve também pela hospitalidade do povo teresinense. Mais do que isso esse termo, desenvolve-se como uma

* Universidade Federal do Piauí, Mestranda.

³⁹ Ver Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Nº 455 - Ano XIV p.02 - 29/09/2014.

característica comum aos habitantes de Teresina, não apenas por ser uma cidade relativamente nova, com pouco mais de um século e meio de existência.

É como se o termo “provinciana” influenciasse de maneira implícita na ideia de certo atraso sobre alguns critérios comuns tanto a cidade quanto ao indivíduo, como por exemplo, o elemento estrutural, no sentido de que é perceptível as transformações ocorridas na paisagem urbana da cidade, mas Teresina está conseguindo mudar essa concepção, embora essa ideia de provinciana ainda esteja presente na questão da mentalidade da sociedade teresinense, visto que essa ainda porta-se com certo conservadorismo diante de específicas ocasiões, como ficou explicitado no episódio das manifestações.

Outra questão que surge no contexto das manifestações a mobilidade urbana, que traz a tona outro elemento que também é uma das causas defendidas pelos os movimentos sociais: o direito a cidade. Que por sua vez, se constitui principalmente em torno, de que existam condições e meios para que as pessoas possam se locomover não somente, na ida para o trabalho, mas também possam ter uma vida social, para que de fato esse direito se realize.

No caso de Teresina, a prefeitura vem propondo medidas para melhorar a mobilidade, seja criando a faixa exclusiva dos ônibus, ciclovias em algumas avenidas, cruzamentos em importantes fechando retornos visando desafoga pontos de congestionamento em horários de pico, além do sistema de integração que foi um dos alvos defendidos pelas manifestações, atualmente esse sistema contempla 97% das linhas de ônibus, bem como a licitação que foi proposta pela prefeitura que resultou também no novo sistema de consórcio reunindo varias empresas de ônibus para atender a demanda dos cidadãos de várias regiões da cidade.

No que concerne ao setor do transporte público, esse deixa muito a desejar, sendo composto por uma quantidade insuficiente de ônibus. Essas empresas de ônibus são representadas pelo Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Teresina (SETUT), órgão que aglutina as empresas que circulam na cidade.

O SETUT possui 13 empresas filiadas, que juntas oferecem 97 linhas de ônibus, que em média transporta sete milhões de passageiros por mês, esse número engloba não somente os usuários de Teresina, mas também o município vizinho de Timon-MA. Partindo desse pressuposto fica evidente o déficit do transporte público, por consequência do grande volume de usuários e a ínfima quantidade de linhas de ônibus que atendam de maneira insatisfatória o deslocamento da população. Com a concessão do transporte público dada as empresas privadas e a evidente escassez de planejamento urbano, o resultado é má qualidade de vida dos indivíduos que dependem do mesmo.

Assim os usuários se submetem a uma condição totalmente desconfortável dentro dos coletivos, e ainda esses são sucateados não existindo nenhum tipo de comodidade, Toda essa situação pode ser comprovada principalmente em horários de grande movimentação, por exemplo, pela manhã quando as pessoas se deslocam aos seus serviços e ao anoitecer quando as mesmas retornam as suas residências.

Dessa maneira quando se fala em transportes coletivos em Teresina, entra em voga toda uma discussão em torno desse assunto, seja devido à ineficiência de investimentos, pois desde que o governo federal delegou essa função a Estados e Municípios, o transporte de passageiros ficou subordinado à iniciativa privada, que visa somente o lucro. Isso acontece porque hoje na maioria das cidades brasileiras o que predomina é a política de concessão do transporte público a empresas privadas, assim essas agem conforme o seu próprio interesse deixando de lado as necessidades sociais. Contribui pra isso a pouca ou nenhuma fiscalização por parte do poder público.

Nesse sentido quando foram divulgadas as primeiras notícias sobre o aumento pelo o então prefeito Elmano Férrer, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cerca de 20 entidades do movimento estudantil sindical e popular, se juntaram de maneira organizada, em torno do que denominaram de Fórum Estadual em Defesa do Transporte Público, realizando diversas reuniões, audiências públicas com a prefeitura e empreendendo as primeiras manifestações contra esse aumento, com o objetivo de reverter esse primeiro aumento, passando a passagem à custa de R\$ 1,75 para R\$ 1,90.

Quando se é noticiado o primeiro aumento da passagem de ônibus, Teresina deixa de lado momentaneamente aquela característica de cidade calma, em comparação com outras capitais brasileiras, visto que pouco mais de dez anos essa foi considerada a 20ª cidade mais tranquila⁴⁰, ainda mais pelo o fato de que essa busca ser vista como uma metrópole, que juntamente com essa característica surgem situações comuns a esse status de metrópole, como por exemplo, as manifestações, onde grupos insatisfeitos saem às ruas da capital para protestar contra o aumento, e é nesse momento que a cidade revela-se como o palco de intensas mobilizações sociais, desvelando-se como uma cidade que luta pelos os seus anseios, desejos e direitos sociais, embora seja importante frisar que essas manifestações não reivindicavam apenas a revogação do aumento, mas também denunciavam os problemas de caráter social que afetam o desenvolvimento e a vivência na cidade.

⁴⁰ Ver Violência e Criminalidade: Um Estudo dos Dados Existentes em Teresina-PI, pág.03.

É interessante percebermos que essas mobilizações sociais, que ocorreram em Teresina entre os meses de agosto e setembro de 2011, surgiram como uma forma de demonstrar a insatisfação de alguns cidadãos teresinenses, onde as pessoas que participaram e apoiaram essas manifestações, se indignavam pelo o principal motivo que era a questão do aumento da passagem, mas a nível nacional as manifestações mostravam descontentamento pelo jeito de fazer política dos governantes assim como pela falta de infraestrutura nos diversos setores bem como, pelo o que é feito da educação e saúde.

Mas essa questão foi apenas um elemento propulsor para a população mostrar que requer mais serviços públicos de qualidade, além também de almejem que o Estado se posicione mais, no sentido de está solucionando as questões sociais, por sua vez, interligada notadamente com as desigualdades sociais, sendo esse um critério comum que permeia boa parte dos movimentos sociais. Na observação dessas manifestações é notório concluir que elas escolhem se reunir no principal e movimentado ponto da cidade, tornando a mesma uma refém de si própria assim argumenta o Movimento Passe Livre de São Paulo (Cidades Rebeldes 2013, p.10).

A cidade é usada como arma para a sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano.

Além dessa atitude de tomar em protesto as principais vias, existe outra questão que se revela principalmente com a depredação do patrimônio público, a criminalização das manifestações. Esse vem sendo um viés de análise empreendido principalmente pelos os meios de comunicação, que projeta e derruba ideologias e discursos além de tentar eleger mocinhos e vilões dentro das manifestações.

A mídia escrita emitir “pareceres” do alto da sua suposta imparcialidade, sobre os vários assuntos e não seria diferente com os movimentos sociais, contudo essa prática vem manchando a imagem de alguns movimentos que não se utilizam dos quebra-quebras para expressar suas reivindicações. Vale ressaltar ainda que existem grupos que se utilizam dessas manifestações em massa para divulgar a ideologia do seu partido, entretanto encontrando bastante resistência.

Assim a criminalização pode revelar não somente o desejo de ter o objetivo da manifestação alcançada, mas deixa claro também o sentimento de revolta pela “suposta”

violência à dignidade humana que fora imposta na maioria das vezes pelo o Estado ou órgãos ligados ao poder econômico privado, exemplificando e tomando o objeto de estudo em questão, é como se o indivíduo sujeitasse o seu o direito de ir e vir ao estado, ou seja o mesmo é que determina até aonde você pode ir, juntamente com os órgãos privados, no caso os empresários do transporte público, os quais agem movidos conforme aos seus interesses, colocando e comprometendo a dignidade do cidadão comum que todos os dias dependem do transporte público.

1.2 As reelaborações midiáticas discursivas em torno das manifestações estudantis

Nesse sentido as novas e variadas formas que o elemento do discurso englobou no século XXI, evidencia uma nova e surpreendente maneira de se produzir o mesmo, em uma sociedade marcadamente tecnológica, onde é possível contar com o advento das redes sociais, para o imediato repasse das informações, visto que a sociedade atual requer cada vez mais um grande volume de informações. Assim partindo desse pressuposto é relevante entender por quais processos de construção o discurso passa, para em seguida compreender os desdobramentos desse, na análise dos vários aspectos no tecido social, logo a questão importante para esse trabalho, gira em torno das manifestações estudantis, sendo essa observada e analisada pela imprensa escrita.

Para a elaboração do discurso é interesse atentar para um embasamento teórico no intuito de constatar e dar sustentação a pesquisa, para tanto se elegeu o grande e renomado filósofo francês Michel Foucault que pensa o elemento do discurso, diante de sua capacidade intelectual, que o mesmo tem para construir e aprimorar conceitos de relevada importância para a comunidade acadêmica de variadas áreas de estudo, embora a princípio seus estudos fossem rejeitados por grande parte dos historiadores, uma vez que esses não aceitavam contribuições feitas acerca da história, por profissionais que não fosse de fato historiador, deixando transparecer outra importante questão, o distanciamento pretendido pela história da filosofia, procurando esta aproximar-se o bastante da ciência, na tentativa adquirir objetividade nos resultados de suas pesquisas.

Entretanto com o passar do tempo, os escritos desse filósofo foi bem recebido pela comunidade histórica, bem como é quase improvável pensar a história sem o aporte teórico de Foucault. Então é considerável abordar a temática dessa pesquisa, mas especificadamente em torno do discurso, assim é fundamental caracterizar o mesmo, que na perspectiva

foucaultiana, é uma reunião de enunciados que dizem respeito a variados campos e que subordinam-se a alguns preceitos de funcionamento.

Logo é imprescindível mencionar que essa ideia defendida por Foucault está sobre influência do poder e do controle social, uma vez que esse é um importante estudioso do poder nas suas diferentes formas e atuações. É por isso que ele preconiza que (FOUCAULT, 2013 p. 8 e 9).

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade.

Acrescenta-se a isso, a ideia de que existem algumas formas, sejam elas internas ou externas para o regulamento dos discursos, são elas a limitação, que nada mais são do que os métodos de exclusão, onde os indivíduos são restringidos em suas possibilidades de participar da elaboração e veiculação dos discursos, ainda dentro desse método é possível notar que existe uma relação entre o poder de quem controla a produção desses discursos e o desejo de quem estar com a palavra. É como se essa relação se desse na forma de um jogo.

Ainda sobre os métodos de exclusão existem dentro desse mecanismo, outras formas de controle do discurso são elas a interdição, a separação e a vontade de verdade. Logo a interdição é o mais recorrente, pois esta se posiciona por vezes no cotidiano, uma vez que a temática do discurso acompanha a ideia de que não se pode proferir tudo, além de existir certos assuntos que não podem ser pronunciados em qualquer circunstância, como é o caso da sexualidade e da política.

A interdição se subdivide em três formas que se combinam se reforçam formando uma cadeia complexa que não parar de se transformar, no intuito de melhor regular o discurso, revelando a ligação do mesmo com o desejo e com o poder, visto que o discurso é o objeto do desejo, assim Foucault argumenta que “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013 p. 10).

O tabu do objeto é o primeiro segmento dentro das interdições cotidianas, uma vez que ocorre quando existe determinado assunto que a princípio não pode ser discutido em primeira instância no seio social, essa circunstância dar-se principalmente em comparação com assuntos que podem ser discutidos, o resultado dessa situação é proibição por completo de se debater certos assuntos.

O ritual da circunstância é caracterizado pelo o desfavorecimento de alguns discursos a determinados posicionamentos ou contestações, ou seja, é como se a prática discursiva entrecruzar-se com os interesses das instituições reguladoras dos discursos, tomando o objeto de pesquisa como ponto de partida. Uma vez que alguns manifestantes não obtiveram espaço para explicar, momentos que foram fotografados em situações pouco favoráveis a eles. Logo esses manifestantes foram apenas interpretados e compreendidos pelas aquelas fotos.

Ainda sobre esse segundo elemento de interdição dos discursos, é importante destacar a ideia das instituições reguladoras dos mesmos, visto que essa também desenvolve um significativo papel na disseminação e no controle dos mesmos, pois na concepção foucaultiana os discursos são um “conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns” (REVEL,2011, p. 41). É interessante mencionar a relação que nasce, nessa analítica do discurso, evidenciando a ligação entre dois critérios bastante trabalhados por Foucault, o saber e poder, haja vista que, quem detém o conhecimento, este também tem possibilidades de possuir o poder.

E o último formato de interdição, circunscreve-se com o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, esse método mantém relação com anterior, pois também menciona instituições sociais, no sentido de que o sujeito ao ser autorizado, a ocupar um lugar nessa instituição, o mesmo apropria-se de um discurso. Em outras palavras a instituição reveste-se de uma ação legitimadora de discursos, visto que se um acontecimento é noticiado por um influente jornal, esse poderá ser bem mais aceito, como um fato verdadeiro, por grande parte da população.

São esses os três métodos gerados dentro da interdição que se cruzam e juntos exercem o apoderamento dos discursos. O segundo princípio de exclusão, que visa dominar ou até mesmo proibir um discurso, é a separação e a rejeição, caracterizada pela oposição entre os termos razão e loucura, pois as palavras proferidas por um indivíduo louco desconhece a autocensura, dessa forma é que por vezes o discurso empreendido por uma pessoa dita louca é rejeitado e deslegitimado. É pelo silêncio da razão que a exclusão do discurso do louco é assegurada, como pontua Foucault, “Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece.” (FOUCAULT 2013 p.13).

O terceiro princípio de exclusão é a vontade de verdade, onde o filósofo dedica tamanha importância, pois esse é o elemento que faz a separação entre o discurso que é tido como verdadeiro e o visto como falso, sendo que essa separação segundo Foucault iniciou-se

com os poetas gregos, além desse princípio ser responsável também pela condição que determina o real e o que deve ser mantido excluído da razão.

Dessa maneira essa separação entre o que pode ser verdadeiro ou falso no universo do discurso encontra respaldo no poderio exercido pelas instituições em torno da vida pública dos indivíduos. A vontade de verdade é um sistema de exclusão institucionalizado e constrangedor. Ademais porque possui princípios de imposição sobre o que considera “verdadeiro”, logo o que está fora disso, será entendido como discursos discordantes.

Assim a vontade de verdade é o que permite a circulação dos discursos no tecido social, desde a palavra da lei até ao discurso médico. Foucault pontua ainda que esse princípio de exclusão exerce um poder de coerção sobre os demais discursos. “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT 2013 p.17).

Em contra partida ao outros dois mecanismos de exclusão (a interdição e a separação) que estão fadados à vulnerabilidade, a vontade de verdade faz o caminho inverso, pelo o fato da disseminação do discurso, sendo que o mesmo ganha cada vez mais força na prática de exclusão, tornando-se mais incontornável.

Descritos os processos de exclusão externos do discurso, é importante destacar também os de caráter internos, pois segundo Foucault os discursos eles mesmos exercem seu próprio controle. Além de que essa segunda modalidade de controle dos discursos, aproxima-se mais ao objeto de pesquisa, pois vai contemplar a análise do acontecimento e do acaso, que estão inseridos dentro do universo das manifestações estudantis contra o aumento da passagem. É importante destacar ainda que esses primeiros mecanismos de exclusão se encaixam dentro da perspectiva da limitação dos discursos.

Já os procedimentos internos, estarão inseridos na concepção da rarefação dos discursos, logo esses procedimentos vão atuar de maneira classificatória, de ordenação e distribuição, com o intuito de colocar o discurso em outra dimensão, sendo essa a do acontecimento e a do acaso. O primeiro princípio que Foucault vai abordar nos processos internos é o do comentário, onde os discursos que circulam na sociedade, apenas são tidos como novos, porém são repetitivos, ou seja, são vistos como novas formas de se falar sobre algo, mas que não apresenta nenhuma novidade. “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT 2013 p.25).

Assim o que se percebe, numa relação com o objeto de estudo em questão, é a criação de todo um “arsenal discursivo” em torno das manifestações estudantis, classificando-

as como um movimento de baderna, de violência empreendida por estudantes, sendo essa uma característica comum aos procedimentos internos de exclusão.

Esse conceito de “arsenal discursivo” que se produziu principalmente entre os meios de comunicação, mais especificadamente a imprensa escrita, elaborou matérias sobre as manifestações, contribuindo diretamente para a formação da opinião pública sobre aquele acontecimento. O que se busca evidenciar é o fato de que uma vez a mesma entendida como baderna, essa ideia se consolida, se mantém e se reproduz rapidamente (FOUCAULT, 2013 p. 21).

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.

Foucault completa ainda sobre o comentário, que este apresenta uma espécie de desnivelamento entre os discursos, ou seja, existe uma desigualdade, entre as instituições que regulam e produzem os discursos, e os indivíduos que emitem os mesmos, é como se houvesse uma discrepância muito grande na ação da fala e da escrita do discurso.

Assim o comentário reveste-se de um importante papel, no sentido de permitir a classificação e a categorização dos discursos. Pois é a partir de um primeiro comentário que possivelmente se tem início a vários modelos discursivos, que são marcadamente repetidos. O princípio do comentário é o indicador da rarefação dos discursos, uma vez que esse condensa diferentes versões de novidade do mesmo.

O segundo princípio da rarefação do discurso é o autor, Foucault pontua em qual perspectiva, ele trabalha a ideia de autor. “O autor, não é entendido, é claro, como um indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT 2013 p.25).

A ideia do autor abre mão de ser um sujeito, para tornar-se uma função, resultando num deslocamento do sentido principal, haja vista que quando aborda a palavra autor, logo imagina-se no indivíduo. Entretanto ele não coloca a concepção do autor enquanto sujeito físico, totalmente de lado, menciona que existem textos que precisam de autor, enquanto em outros não existe essa necessidade. Ele dar o exemplo das conversas cotidianas, que não precisam de autor e as descobertas científicas, que é imprescindível o nome do autor.

Por fim ele o distingue do comentário, instaurando uma relação entre identidade e repetição, culminado numa impressão, caracterizada por uma individualidade, tanto por parte de quem escreve quanto por parte de quem fala.

O último mecanismo interno de rarefação do discurso é a disciplina. A princípio Foucault explica o que viria a ser uma disciplina. “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT 2013 p.28).

A disciplina é caracterizada pelo conjunto de princípios específicos, é um mecanismo relativo e móvel. É pelo fato de reunir essa característica que tais itens vão permitir a confecção de enunciados.

Em seguida Foucault faz uma diferenciação do discurso, partindo da concepção de que a disciplina difere do comentário, pelo simples fato de que essa se baseia na repetição, e também difere do autor pelo fato de se tratar de uma identidade.

Apoiado nessa ideia é possível perceber que as noticiais que foram produzidas sobre as manifestações, obedeciam a uma certa disciplina, no que diz respeito a repetição dos fatos, uma vez que seguidos atos dos manifestantes foram tidos repetidas vezes como violento, deixando claro que não existe novidade no discurso que se construía sobre aquele fato, apenas se redizia o que já fora dito.

Em síntese ele finda essa categoria analítica dos discursos, destacando os principais pontos de cada princípio a começar pelo o comentário, sendo que este está ligado a categorização dos discursos. Já o autor diz respeito a produção e a individualidade, e a disciplina também está ligada a produção e a distribuição dos discursos. Além de ser um importante princípio no controle da produção do discurso.

Por último na análise dos modos de controle dos discursos, se tem a sujeição do discurso, que se dar por meio de procedimentos externos, que estão intrínsecos ao ordenamento de maneira a acatar a imposição às regras de controle e funcionamento dos discursos. (FOUCAULT, 2013, p. 35).

Trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se for, de início, qualificado para fazê-lo.

Nessa modalidade de compreensão das variadas formas de controle dos discursos, Foucault menciona que existem discursos mais flexíveis, enquanto outros são impermeáveis, caracterizando assim quase uma proibição em torno dos mesmos.

O ritual configura-se como o primeiro princípio da sujeição, sendo este visto por Foucault como o mais aparente e visível, dentre os mecanismos de restrição, sendo este o elemento indicador do nível de especialização a que os indivíduos devem possuir, para manterem contato com o discurso. Logo isso é responsável por: “definir os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso”. (FOUCAULT, 2013, p. 37).

Foucault destaca ainda as sociedades de discurso que ficam a cargo de manter em segredo alguns aspectos dos discursos, além de serem responsáveis por “conservar ou produzir discurso, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição.” (FOUCAULT, 2013, p. 37).

Além das sociedades de discurso existe também o procedimento da doutrina que compartilha um grupo de discurso, que reúne as mesmas verdades e a aceitação de certa regra⁴¹. A doutrina é responsável por cuidar por meio do questionamento e também de maneira coercitiva, do sujeito e do enunciado, resultando numa dupla sujeição dos discursos, pois ao mesmo tempo em que esta faz a ligação dos indivíduos com o enunciado, ela também os proíbe em relação aos outros.

Diante de todos esses procedimentos de controle dos discursos, Foucault acrescenta que existe uma apropriação social dos discursos, sendo este o último critério de sujeição do discurso, este modelo, pode ser melhor visualizado no sistema educacional, pois este, é um ambiente onde se permite ou se impede o acesso a raiz discursiva, mesmo que esse local assuma a postura de disseminar os discursos.

Portanto nessa importante e magnífica análise das diferentes formas de controle dos discursos Foucault reformula o seu entendimento do que poderia ser o discurso. (2013, p.46).

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

⁴¹ Para maior entendimento e aprofundamento sobre o assunto ver A Ordem do Discurso 2013 p.40.

Na prática de averiguar as formas, as produções e a circulação dos discursos Foucault, aconselha-nos a questionar a nossa própria vontade de verdade que seria segundo a sua própria fala. (FOUCAULT, 2013, p. 48).

É preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.

O que se buscou, com apreciação dos discursos, tratados por Michel Foucault é demonstrar que vivemos atualmente em uma sociedade, caracterizada pelo o controle e exclusão dos discursos, que não estão a favor dela. Essa é uma concepção principal desse trabalho, uma vez observamos essa prática e esse hábito, no seio da sociedade teresinense, observando e analisando contexto das manifestações estudantis contra o aumento da passagem de ônibus, nos anos de 2011 e 2012.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Leonardo Maia de. **Do Caos no Transporte Público às Mobilizações Sociais em Teresina Contra o Aumento da Passagem de Ônibus.**

BREDA, Tadeu. **Passes Livre acredita que só 'radicalização social' pode transformar sistema de transportes,** disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/passe-livre-acredita-que-so-radicalizacao-pode-modificar-sistema-de-transporte-9330.html>> acesso em: 26 de outubro de 2014.

CARVALHO, Diego A **História Inesperada: O Apartidarismo Nas Manifestações Contemporâneas.** (monografia).

CISNE, Mirla. **Institucionalização dos Movimentos Sociais: Uma Reflexão Sobre Luta de Classes na Contemporaneidade.**

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso, Aula Inaugural no Collège de France Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970.** São Paulo: Loyola. 2013, p.74.

MAIA, Romulo. **Protestos contra aumento da passagem de ônibus duram 10 horas,** disponível em <http://www.portalaz.com.br/noticia/cidades/226311_protestos_contra_aumento_da_passagem_de_onibus_duram_10_horas.html> acesso em 14 de dezembro de 2014.

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil.** 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.112p.

MOVIMENTOS sociais e a luta pelo Direito à Cidade. Disponível em <http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=845%3A%20movimentos-sociais-e-a-luta-pelo-direito-%C3%A0-cidade&Itemid=169&lang=pt> acesso em: 14 de outubro de 2014.

PINHEIRO, Áurea da Paz. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cidade História e Memória**: Teresina 150 anos. Teresina: Edufpi, 2004, 512p.

PINTO, Tales. **Mobilidade urbana e o direito à cidade**, disponível em <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/mobilidade-urbana-direito-cidade.htm>> acesso em: 14 de outubro de 2014.

QUADRO, Bruna. **A força dos movimentos sociais na luta por direitos humanos e democracia no Brasil**, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1787&secao=257> acesso em 10 de dezembro de 2014.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2011, p.202.

A CIDADE MEDITA: o discurso dos jornalistas d'O Liberal sobre Teresina na década de 1970

Alessandra Lima dos Santos⁴²
Cláudia Cristina da Silva Fontineles⁴³

As informações contidas na imprensa escrita trazem à tona a cidade, no caso particular d'*O Liberal*, de Teresina e o Estado do Piauí como os seus palcos de atuação. O jornal *O Liberal*, de propriedade da jornalista Edith de Anunciação Carvalho, surgiu durante o ano de 1968, pouco tempo antes da promulgação do Ato Institucional de nº 5. O referido periódico nasceu sob o slogan “Crítico, político e noticioso”.

Na década de 70, Teresina (PI) passou por distintas e variadas intervenções espaciais e arquitetônicas, como inúmeras cidades brasileiras. Essas atividades levaram à modificações não só no âmbito estrutural, mas também no social de sua população. Essas interferências, ocorridas principalmente nos anos da administração governamental do Engenheiro Alberto Silva⁴⁴ e do prefeito Joel Ribeiro⁴⁵ (1971-1975), foram temas de discursos em diversos meios da imprensa local.

⁴² Graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pós-graduanda em História do Brasil, em nível de mestrado, na mesma universidade. E-mail: aleksiakyle@gmail.com.

⁴³ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente atua como professora do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil e como coordenadora da área de história do PIBID/ CAPES da Universidade Federal do Piauí.

⁴⁴ Alberto Tavares Silva formou-se em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Escola de Engenharia em Itajubá, foi nomeado engenheiro-chefe dos Serviços de Transporte Elétricos da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro (1941-1947). Foi eleito prefeito de Parnaíba em 1948; em 1950 foi eleito deputado estadual do Piauí, cargo que renunciou para assumir a direção da Estrada de Ferro de Parnaíba (1951-1953). Eleito prefeito de Parnaíba novamente para mandato de 1955-1958. Em 1960, retornou à direção da citada estrada de ferro, sendo que, no ano seguinte, assumiu a direção da Companhia de Força e Luz de Parnaíba. Quando de sua indicação para assumir o Governo do Piauí em 1970, encontrava-se em Fortaleza, dirigindo a Companhia de Energia do Ceará (1962-1970). Após deixar o Governo do Estado em 1975, coordenou o Programa de Desenvolvimento Industrial e Agrícola do Nordeste (POLONORDESTE), e, em 1976, foi nomeado presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (UBTU). Chegou a ocupar os cargos de Deputado Federal em 1994 e em 2006, senador em 1979 e em 1998, e, mais uma vez, governador do Piauí (1986-1989). Faleceu aos noventa e quatro anos, em 28 de setembro de 2009.

⁴⁵ Oficial do Exército Brasileiro, ocupando o posto de Major. Joel Ribeiro formou-se em Engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia – IME (1959-1963), no Rio de Janeiro. Como Oficial de Engenharia do Primeiro Batalhão Ferroviário, no Rio Grande do Sul possuía larga experiência em construções, sobretudo no setor de estradas. Sua notoriedade como homem público na sociedade piauiense veio quando assumiu, em 1963, a direção do Segundo Batalhão de Engenharia e Construção.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar as experiências trazidas no bissemanário teresinense *O Liberal* acerca do processo de modernização pelo qual a cidade de Teresina e o Estado do Piauí passaram na década de 1970. É justamente nesta época, que a historiografia das cidades começa a pensar e escrever sobre ela, a partir do moderno, ou seja, das reformas com o intuito de deixá-la mais próxima do progresso, adquirindo, assim, uma nova fisionomia, conforme as falas e escritos de seus habitantes permanentes e temporários. Além disso, despertava-se o interesse pelas suas próprias faces históricas. (BRESCIANI, 2001).

Utilizamos como aporte documental para o trabalho matérias, crônicas e colunas, que trazem a cidade como objeto, publicadas no referido periódico – entendemos que a cidade era parte principal de escrita não só de seus redatores, mas também de seus poetas e cronistas. A escrita deles era recheada de suas vivências pela capital. Para aqueles que não moravam mais nela, seus textos pertenciam sempre à “cidade verde” amada que, mesmo possuindo diversos problemas estruturais, estava caminhando rumo ao progresso, através das modificações pelas quais passou durante a primeira metade da década de 1970. Transformações essas que visavam modernizá-la.

Juntamente com essa escrita sobre a cidade, havia o exame daquele momento político vivenciado não só pelos jornalistas como por outros segmentos da sociedade brasileira. Logo, poderemos perceber que dentro da escrita sobre a cidade se via embutida uma análise sobre a política e a imprensa no período que vivia sob o signo do Regime Militar. *O Liberal* teve ao longo dos anos diversos colaboradores que possuíam ideais políticos dos mais diversificados, o que afetou no perfil de sua escrita.

Desta forma, para compreendermos as falas sobre a cidade de Teresina descritas n’*O Liberal* dividimos o presente artigo em duas partes: primeiramente iremos apresentar os escritos sobre o processo migratório que a cidade passou, tendo como base os escritos do ano de 1969; logo em seguida, iremos trabalhar com os discursos sobre o processo de modernização de Teresina durante o primeiro governo de Alberto Tavares Silva, à frente do executivo estadual, e de Joel Ribeiro como prefeito da cidade.

1 Ruas, Pedras & Buracos: a Teresina dos olhos d’*O Liberal*

No final da década de 1960 e início de 1970, Teresina passou por um largo crescimento demográfico. Esta expansão urbana foi caracterizada pelo aumento do

contingente de migrantes oriundo da zona rural do Estado, e também de outros Estados do Nordeste. Mas, infelizmente, a cidade não possuía condições físicas e muito menos estruturais para recebê-los, e o clamor por melhorias estruturais apareciam em todas as partes no jornalismo teresinense.

Na década de 1970, Teresina encontra-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional, em um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades de ordem econômica e social. Pode-se listar entre as questões mais graves a falta de moradia ou a moradia em condições inadequadas, casas construídas às margens da estrada de ferro que cortava a cidade, às margens dos rios Poti e Parnaíba, no leito de ruas. (NASCIMENTO, 2010, p. 12).

A maioria das pessoas vindas do interior migrava com o intuito de melhores condições de vida, mas, quando aqui chegavam, boa parte vivia em condições de extrema pobreza, residindo em favelas próximas ao centro da cidade, sem nenhuma infraestrutura básica para moradia.

Quando se mudava o cenário do centro para a periferia de Teresina, se percebia com mais ênfase a falta de condições estruturais mínimas. De acordo com Regianny Monte, na pesquisa entre chefes de família que originou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, o PDLI de 1969, “o sistema de limpeza urbana” era o serviço público que mais a população reivindicava melhorias.⁴⁶ Nos editoriais d’*O Liberal*, foram inúmeros os escritos acerca da falta de cuidados e limpeza nas ruas de Teresina, como podemos verificar logo abaixo:

[...] quem percorre Teresina sente um desolador estado de abandono. Há ruas quase intransitáveis, outras cobertas de mato e outras ainda que os buracos se tornam um perigo público.

Na avenida Getúlio Vargas, perto do SANDU há um desses buracos que causam ameaças a cada instante. E como se diga que seja um buraco de poucos dias, mas talvez já entre na casa dos meses. Sem dúvida o nosso Prefeito há muito não passa por ali [...].

⁴⁶ O PDLI nada mais foi do que o estudo detalhado da cidade de Teresina e seus vários setores para auxiliar o planejamento administrativo da capital. O objetivo era a análise diagnóstica da realidade local, para que a partir dela pudesse encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento. Essa análise fora feita através de uma pesquisa minuciosa, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento sobre a cidade desde geógrafos a economistas. Quando a pesquisa teve seu fim, o PDLI foi apresentado aos gestores públicos em três partes, sendo a primeira abordando as principais causas da estagnação de seu desenvolvimento, a segunda mostrava algumas saídas de ordem econômica e social com o intuito de desenvolverem a cidade novamente e a terceira e última parte abordava uma série de reformas no espaço urbano de Teresina. Para saber mais sobre o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, ver: MONTE, 2010, p. 90-96.

Em outras ruas a paisagem está inteiramente modificada por entulhos que as margeiam, quando não as obstruem. São entulhos também bastantes velhos e os agentes da Prefeitura não os veem, ou se os veem já se acostumaram com essa anomalia urbanística.

É o tempo de termos a perfeita concepção da higiene e da limpeza. E se temos amor à higiene não queremos uma cidade suja. Daí o nosso apelo ao Sr. Prefeito, apelo reiterado. Cuide da cidade para merecer os aplausos dos teresinenses. (RUAS, 30 mar. 1969, p. 3).

Neste editorial, de 30 de março de 1969, intitulado “Ruas, Pedras & Buracos”, percebemos as agruras que os transeuntes passavam para chegar a um dos principais prontos-socorros da cidade no período – o SANDU, localizado na Av. Getúlio Vargas, conhecida hoje como Av. Frei Serafim.

Além disso, temos também o descaso da administração pública com as áreas periféricas, onde a maioria dos migrantes residia em meio a buracos e matos. Há referência nos jornais aos “entulhos velhos”, como eram caracterizadas as sobras de obras antigas. Essas construções tinham o intuito de melhorar a cidade, mas muitas eram abandonadas antes da conclusão, aumentando assim o caos nas ruas e avenidas da capital.

Trafegar pelo centro da capital, sempre foi algo bastante complicado, pois o sistema viário de Teresina sempre fora ineficiente e quando havia entulhos pelo caminho, o tráfego era ainda mais árduo.

Uma obra feita pela AGESPISA, com o objetivo de melhorar o sistema de esgoto da “cidade verde”, foi objeto de duras críticas em *O Liberal*.

[...] quem percorre as ruas de Teresina fica impressionado com a maneira como as obras estão sendo realizadas escavações profundas têm, naturalmente, de exigir certo tempo e trabalho dos operários. [...] Feitas as escavações, assentados ou postos no devido leito os canos cobertos até uma certa altura, como que a construção paralisa pois dias e dias passam para serem removidos parcialmente os entulhos. A abertura das profundas valas determinou a retirada, dali, de grossos canos outrora utilizados na distribuição de água. Esses canos retirados e quebrados permanecem à margem da rua, oferecendo perigo aos transeuntes. Ao lado dos canos a terra e como consequência desta a poeira que se transforma em nuvem. Isso quando o veículo pode passar, pois as mais das vezes as ruas ficam interrompidas.

O nosso apelo é para que a AGESPISA, fiscalizando melhor as obras não permita que esse estado continue, porque, a continuar provocará a revolta de quantos são prejudicados por esse caos que foram transformadas as ruas de Teresina. [...] não se compreende que uma cidade fique envolta em poeira durante semanas e semanas, quando seria fácil cobrir as valas, aplainar o terreno e refazer o calçamento, tudo de acordo com as exigências da nossa população que não pode ser desprezada. (UM APELO, 8 jun. 1969, p. 3.)

A falta de infraestrutura de Teresina afetava boa parte da população e, principalmente, os novos habitantes vindos do interior, que buscavam serviços fundamentais para uma boa qualidade de vida; dentre eles saúde, educação, transportes, habitação e saneamento básico. (MONTE, 2010, p. 57). Como podemos observar no texto apresentado acima, o cronista d'*O Liberal* percebia a dedicação do poder público ao efetuar obras para melhorar a infraestrutura da cidade.

Mas na visão d'*O Liberal*, ao apresentar projetos e, sobretudo, quando os colocava em prática objetivando melhorar o quadro urbano da capital, a administração pública contribuía para a precariedade das condições de vida da população teresinense. Pois o governo não sabia ou não conseguia adequar as ações de revitalização e melhoramento dos principais serviços públicos com as necessidades de sua população e da cidade.

2 Obras cultivadas: o processo de remodelamento urbano pelo olhar d'*O Liberal*

Após a posse do governador Alberto Silva e do prefeito Major Joel Ribeiro, Teresina passou a ser pensada com o intuito de modernizar a “porta de entrada” do Estado. Os discursos n'*O Liberal* que tinham o teor crítico sobre a forma das modificações que a cidade passava no final de 1960, passaram a elogiar as transformações, mesmo que em muitos momentos a crítica ferrenha estivesse contida nos discursos de louvor do processo de modernização da cidade.

No período em que os dois estiveram à frente do executivo estadual e municipal houve um aumento considerável no número de intervenções urbanísticas pela cidade. O prolongamento e construção de novas avenidas como a Av. Miguel Rosa, Av. Maranhão e a Av. Alameda Parnaíba, construções de pontes e da barragem de Boa Esperança, embelezamento de praças e canteiros de ruas e avenidas como da Av. Frei Serafim, além das reformas arquitetônicas do Palácio de Karnak, sede do governo estadual, do Teatro 4 de Setembro e do Hotel Piauí, foram apenas algumas das medidas para modernizar e desenvolver não só Teresina, mas todo o Estado do Piauí.

O processo de modernização do espaço urbano da capital era entendido pelos dirigentes locais como um passo em direção ao sonhado desenvolvimento social e econômico para o Estado. As reformas poderiam trazer uma nova feição ao meio urbano e fomentar no imaginário popular a sensação de mudança, de que a vida iria, enfim, melhorar. O governador do estado chegou a defender uma campanha que tinha por finalidade transformar

Teresina não só em um cartão de visita do estado, mas torná-la em um verdadeiro ponto turístico. (MONTE, 2010, p. 101).

Essa predileção pela cidade de Teresina pelo governo estadual e as obras de saneamento básico e habitação que ocorriam na cidade, por conta de seu crescimento populacional, eram permeadas por discursos políticos, principalmente em relação aos prefeitos de outras localidades do Piauí, que não viam com bons olhos as obras o canteiro de obras que a capital havia se transformado. Observamos essa característica através dos cronistas da época evidenciaram essas disputas em seus escritos, como fica evidente na análise acerca das representações de Teresina e do Piauí na imprensa feita por Francisco Alcides do Nascimento:

[...] a imprensa passa a discutir cotidianamente o agravamento dos problemas sociais que afetavam a população, seja pela falta de moradia, de emprego, seja pelas condições adequadas de atendimento aos doentes que chegavam à cidade. Mas são as iniciativas governamentais que eram realçadas. Teresina recebe atenção especial dos governadores Alberto Tavares e Silva e Dirceu Mendes Arcoverde, causando certo desconforto aos prefeitos de outras cidades piauienses. (NASCIMENTO, 2010, p. 15-16).

O principal nome que permeava as modificações pelas quais Teresina e o Piauí enfrentava no período era o do governador Alberto Silva. Mesmo o governo estadual tendo inúmeras obras por todo o estado, a predileção pela capital era evidente e altamente criticada pela oposição. O primeiro governo albertista teve o intuito de transformar o Piauí para a modernidade, tendo Teresina como o centro de suas ações, mas sem que isso representasse “ausência de sua atuação nos demais municípios piauienses”. (FONTINELES, 2015, p. 252).

Algumas das críticas dos opositores de Alberto Silva, tido por muitos como “prefeito honorário de Teresina”, se dá devido também ao tamanho das obras diante de uma importância inferior para a realidade teresinense.

O deputado Figueiredo de Mesquita pediu ontem explicações ao Governo do estado sobre a destinação dos 25 milhões de cruzeiros resultantes da venda das ações da Petrobrás, ao que respondeu o Sr. Walmor Carvalho que todo o dinheiro público passa pelo Tesouro Estadual, pelo que a prestação de contas verá. Mais adiante, o Líder da oposição condenou as obras por as considerar suntuosas, arrolando entre estas o Hotel Piauí, o Estádio Albertão e o Centro Cívico, com que o Governo quer impressionar os visitantes embora a população continue miserável [...]. (FIGUEIREDO, 30 set. 1971, p. 6).

Essas obras com o intuito de modernizar o estado e principalmente a capital, como as reformas do Hotel Piauí foram criticadas n’*O Liberal* devido ao caos que havia se instalado na cidade de Teresina, por conta das inúmeras obras de revitalização e embelezamento, como na nota a seguir.

A coisa mais sonora de todas as manhãs é o canto dos pássaros nas árvores do Rio Branco. Quem quiser ouvir a alegria dos passarinhos das copas dos oitizeiros que perca um pouco de tempo na praça. É a única coisa natural alegre naquele logradouro. Porque a reconstrução está deixando a pracinha desolada. (MORAES, 10 jan.1973, p. 3).

Além das modificações que a Praça Rio Branco enfrentava no período, ainda havia a desordem causada pelas reformas no Hotel Piauí, que se localizava na referida praça. O hotel era de posse do Governo do Estado e suas modificações estruturais e estéticas tinham o intuito de que os “turistas pudessem contar com acomodações modernas e adequadas aos novos parâmetros de hotelaria.” (MONTE, 2017, p. 127).

Esse processo de modernização de todo o estado do Piauí tinha o objetivo modernizar o estado e principalmente elevar a autoestima de sua população. Através de demonstrar que o estado possuía belezas desconhecidas pelo Brasil, pelo mundo e até mesmo pela própria população. Isso fica evidente nas falas a respeito do turismo. Foram várias reportagens que evidenciaram o discurso do governo estadual sobre o Turismo, onde é perceptível que para se construir uma identidade piauiense

Era necessário que o “Brasil afora” aprovasse a imagem do Piauí para que o piauiense também se aprovasse e mudasse de postura perante sua própria imagem. [...] Por esse viés, a identidade piauiense passou a ser estereotipada como algo a ser descoberto e não como um elemento construído e (re) significado por seus construtores. Assim, tornaram-se freqüentes discursos que atribuíam a Alberto Silva a inserção do Piauí no mapa nacional, referindo-se ao fato de que em seu governo [...] foram criadas condições de valorização e de auto valorização dos habitantes desse Estado. (FONTINELES, 2015, p. 88).

Nesta perspectiva de que Alberto Silva foi quem colocou o Piauí no mapa nacional do turismo e assim retirou o estado do anedotário nacional, temos a matéria “Alberto: Piauí é presença no mapa turístico do Nordeste”, que fora publicada em 1973.

Declarando que o Piauí de hoje já marca, de maneira destacada, a sua presença no mapa turístico do Nordeste, região que se integra agora definitivamente ao processo de expansão da indústria do turismo no Brasil, o

governador Alberto Silva presidiu anteontem, no Palácio de Kanak, a solenidade de entrega de diplomas de especialização a cerca de 30 jovens que acabam de concluir um curso de recepcionista promovido pela PIEMTUR. [...] Ao encerrar a solenidade, o governador Alberto Silva afirmou que, apesar do pessimismo de alguns poucos que consideravam ser visionário aquele que ousasse, como ele, a falar em turismo no Piauí, a grande verdade é que hoje esse fato é uma realidade. Lembrou o chefe do executivo que a indústria turística, há bem pouco tempo desconhecida no Brasil no Brasil – já que a principal atração de nosso país era apenas o carnaval carioca –, somente nos últimos anos é que vem se implantando em termos nacionais, com vistas, principalmente ao incremento do turismo interno. Disse o governador que, aliado a esse pensamento que domina as autoridades governamentais brasileiras, o Governo do Piauí também incluiu a implantação da indústria turística do Estado no seu plano de metas, como forma de desenvolvimento e como forma de circulação de riquezas [...]. (ALBERTO, 16 mar. 1973, p. 2).

Na narrativa é evidente o caráter visionário que Alberto Silva declarava a respeito de seu processo de exportação do Piauí para “o Brasil afora” através do programa de Turismo produzido em seu primeiro governo. Muitos viam como um sonho e até mesmo uma loucura de um estrangeiro que nada sabia sobre o Piauí, de acordo com seus adversários políticos.

que o tinha como estrangeiro, se utilizando desta alcunha Alberto Silva foi construindo sua marca na memória piauiense como um construtor e divulgador do Piauí.

Ao inverter para propagador da identidade piauiense a imagem de “estrangeiro” que seus detratores criaram de si, Silva passa a utilizá-la como escudo contra as críticas, fazendo o movimento inverso: de forasteiro tornava-se mais ferrenho defensor da identidade piauiense. [...]. Procurando combater o discurso excludente utilizado contra si, passa a encontrar na defesa de uma identidade piauiense o suporte para resistir às críticas e às oposições, tratando identidade como algo que se pudesse capturar em pleno voo, como se fosse amparada em âncoras que a prendessem a um lugar específico. (FONTINELES, 2015, p. 84-85).

Para lhe ajudar a construir essa identidade piauiense, que tanto os adversários políticos o acusavam de não possuir, que Alberto Silva se utiliza da imprensa para lhe ajudar a propagar um novo Piauí do qual ele estava a frente. *O Liberal* se encontra justamente neste meio – de divulgador de suas ideias, mesmo que em momentos distintos, em vez de elogios, as transformações que ocorriam no estado e na cidade de Teresina fossem apresentadas críticas às formas como esse processo vinha ocorrendo.

Durante o seu primeiro governo de 1971 até 1975, a frente do Executivo Estadual, Alberto Silva demonstrava à população, através da imprensa escrita e falada, as formas como o estado estava crescendo rapidamente. Uma dessas demonstrações de crescimento foram as

prestações de contas da administração pública que sempre eram feitas a cada início de novo ano, onde se pontuava o progresso de todo o estado e da capital Teresina através das ações executadas em todo o estado.

A imprensa narra que neste momento a população se sentia pertencente ao Piauí, onde ele “se agiganta em seu milagre, pela força de um povo que, consciente de sua predestinação histórica partindo do nada, rasga os pesados véus do passado e projeta-se no futuro otimista que já chegou para seu Estado [...]”. (NOBREGA, 10 jan. 1973, p. 3). Esse desenvolvimento levava a autoestima da população fazendo-a participativa de um Piauí que até então era apático, ao mesmo tempo em que construía uma memória sobre o governo albertista na população piauiense.

Considerações finais

Com este trabalho, ao abordar-se as modificações que Teresina e todo o Estado do Piauí passaram na década de 1970, podemos identificar que a imprensa teve papel fundamental para a fixação da figura de Alberto Tavares Silva na memória do piauiense.

Em *O Liberal*, foram várias as matérias a cerca do processo de remodelamento encabeçado por Alberto Silva, aqui mostramos apenas uma pequena e ínfima parte dos discursos perpetuados por todo o bissemanário durante o seu curto período de existência de 1968 a 1976. Centralizamos nossa análise principalmente entre os anos de 1969 e 1973, devido a termos recortado nosso objeto de estudo para período antes a posse de Alberto Silva e as primeiras controvérsias a respeito das “obras suntuosas” do primeiro governo albertista.

Alberto Silva sabia como ninguém usar a imprensa escrita e falada ao seu favor, para demonstrar todos os seus empreendimentos e assim, ficar marcado na memória da população piauiense como um todo e não apenas a teresinense. *O Liberal* fora apenas mais um canal para se propagar os seus ideais, mesmo que seus colaboradores criticassem as formas como as obras eram feitas, prejudicando a mobilidade urbana.

REFERÊNCIAS

1 Hemerográficas

Alberto: Piauí é presença no mapa turístico do Nordeste. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 423, 7 jan. 1973, p. 8.

Figueiredo condena obras suntuosas. *O Liberal*, Teresina, ano 3, 30 set. 1971, p. 6.

MORAES, Herculano. Encontro Unilateral. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 423, 10 jan. 1973, p. 3.

NOBREGA, Souto. O milagre do Piauí. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 423, 10 jan. 1973, p. 3.

Ruas, Pedras & Buracos. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 60, 30 mar. 1969, p. 3.

Um apelo. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 74, 8 jun. 1969, p. 3.

2 Bibliográfica

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades – um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970*. Teresina: IFPI, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e Imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. In: *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica* – n. 28-1, 2010. p.15-16.

MANOEL BONFIM, CLODOALDO FREITAS E A NEGAÇÃO DA REPÚBLICA

Camila de Macedo Nogueira e Martins Oliveira⁴⁷

O presente artigo intenta discutir a Primeira República no Brasil a partir do olhar de dois intelectuais da transição do século XIX para o século XX, quais sejam, Manoel Bomfim (1868-1932) e Clodoaldo Freitas (1855-1924). O primeiro sergipano e o segundo piauiense, contribuíram notadamente para a construção de refinada crítica ao regime republicano dos anos iniciais do século XX. Divergindo da formatação Historiográfica brasileira vinculada ao racismo-cientificista em voga nas décadas iniciais do século XX, os dois autores são fundamentais na ampliação das discussões historiográfica quanto a este período.

O trabalho se desenvolve a partir da apresentação de Manoel Bomfim e seu livro *Males de Origem* de 1905, seguida pela apresentação de Clodoaldo Freitas e seu pensamento em relação à República brasileira. Ao tempo, analisa-se a crônica *A data nacional* deste autor e como suas ideias se expressam neste referido texto. Por fim, traceja-se os pontos de convergência dos dois autores com a explicação da negação da República em ambos.

A Historiografia brasileira entre Manoel Bomfim e Clodoaldo Freitas

A Historiografia brasileira, desde o século XIX com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), se debatia para traçar um perfil para a Nação brasileira. No Império, a grande questão da identidade brasileira se voltava para a identidade do povo brasileiro, na qual encontra o negro escravizado seu maior entrave de inclusão. O escravizado era o outro da Nação (GUIMARÃES, 1988). As últimas décadas do século XIX e anos iniciais do século XX apresentam proeminência dos autores vinculados ao cientificismo racista na historiográfica, com destaque para Euclides da Cunha e Sílvio Romero. Ambos buscando modelos de explicação e projeção Nacional a partir da exclusão ou negação do elemento não branco na formação do país (ROMERO, 1978).

Dois intelectuais que pensaram o país na nascente República, contemporâneos a Euclides da Cunha e Sílvio Romero, foram Manoel Bomfim e Clodoaldo Freitas. Estes compuseram uma análise destacada dos dois primeiros, distanciando-se das explicações racistas para interpretar o Brasil de seu tempo. Bomfim receberia críticas ferozes de Sílvio

⁴⁷ Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí.

Romero em seu livro *América Latina* (2008), nas quais evidencia sua concepção racista do mundo, que estavam em voga no período.

Manoel Bomfim nasceu em 1868 na capital da província de Sergipe. Bacharel em medicina em 1890, abandona a medicina poucos anos depois de formado para se dedicar à educação. A educação pública era, aos olhos de Bomfim, o caminho para a construção do país. Defensor da democracia, atua como diretor da Instrução Pública nos anos iniciais do século XX, na gestão de Pereira Passos na capital brasileira, após formação em psicologia e pedagogia na França.

Foi neste período que Manoel Bomfim passa a dedicar-se na elaboração de seu livro *A América Latina*, publicado em 1905. É nesta obra que Bomfim anuncia seu anseio por uma utopia. Utopia, esta, que buscava a felicidade dos habitantes de uma América Latina fortalecida. Contudo, o sonho não se configurava irrealizável para o autor. A utopia poderia ser alcançada através do trabalho. “Sejamos utopistas, contanto que trabalhemos” (BOMFIM, 2008, p. 290). Com tom otimista, sua obra defende o progresso e a liberdade unindo os povos. A democracia e a alegria seria a glória da América de amanhã.

Clodoaldo Freitas, 13 anos mais velho que Bomfim, Bacharel em direito pela Faculdade do Recife, piauiense nascido na capital da província, oriundo de família de elite ligada ao Partido Liberal no Império, literato engajado, maçom e livre-pensador, defendia o progresso e projetava uma utopia republicana em sua vultosa literatura.

Os dois bacharéis, intelectuais ativos na sociedade, escreveram críticas ao regime republicano brasileiro que vivenciaram. Manoel Bomfim aponta para a falta de civilidade em muitos pontos do Brasil, os quais carecem de justiça, ciência, conforto, higiene, cultura, instrução, gozos estéticos. Ou seja, não possuem os benefícios trazidos pelo progresso para suavizar a vida humana (BOMFIM, 2008, p. 15-16). Diante desta carestia no meio da sociedade Ocidental, na qual o Brasil se insere, Bomfim desenvolve uma teoria para explicar esta penosa situação e propõe ações para a modificação radical deste quadro no qual se encontra a enferma América Latina.

O médico educador constrói a teoria do parasitismo, tomando o termo emprestado da biologia, para explicar os males dos países latino-americanos. É a ação parasitária que se inicia com a colonização da América, com a escravidão absoluta, intelectual e moral, que degenera as sociedades em formação. Esta teoria explica a formação da colonização de exploração que se desenvolveu na América Latina pelos povos Ibéricos - portugueses e espanhóis -, a qual objetivava garantir o máximo de tributos e extorsões, sugando tudo o que as colônias podiam oferecer. Atarracados ao Estado, os colonizadores construíram uma

relação parasitária por 300 anos, apartando a América Latina da evolução industrial que o Ocidente atingia (BOMFIM, 2008, p. 77-80).

A partir da observação da relação parasitária na natureza, Bomfim vai traçar a relação dos povos Ibéricos na América Latina. Tal qual a abelha, que desprovida de seu mel empenha-se a pilhar o alimento de uma colmeia alheia, degenerando-se na situação cômoda de roubar ao invés de trabalhar para garantir sua subsistência, chegando a perder seus instrumentos de trabalho, o colonizador projeta-se sobre a colônia (BOMFIM, 2008, p. 27-18). A degeneração parte da ação espoliadora do europeu. As teorias racistas, em voga, são radicalmente rejeitadas na formulação explicativa de Bomfim. Seu livro constitui uma crítica às teorias que consideravam os povos mestiços latino-americanos inferiores, vistos como degenerados, confinados na insalubridade dos trópicos.

Bomfim é tanto um crítico do modelo ibérico de colonização exploratória quanto da ação dos religiosos no território latino-americano. Ao lado das Metrôpoles na colonização, “a Igreja estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social” (BOMFIM, 2008, p. 79).

A crítica em relação à República expressa por Bomfim trata-se da função do Estado na sociedade. Durante a colonização, “o Estado impunha-se à sociedade, existia sobre ela, em conflito com ela, em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa” (BOMFIM, 2008, p. 144-145). Com a emancipação das colônias, o Estado permaneceu como era, as tradições governamentais não foram modificadas. Os homens que ascenderam ao poder continuaram com as práticas coloniais, corrompidos pelo “gozo do mando” (BOMFIM, 2008 p. 145). Este efeito de permanência de longa duração, explicado, em parte, pela insuficiência das Constituições Liberais decretadas, marcou as práticas dos sujeitos que ocupavam cargos de poder, os quais consideravam o Estado uma entidade à parte, interessados apenas em sua própria conservação.

O que fazer para mudar esta situação que há séculos parece se arrastar? Bomfim não defende a eliminação dos aparelhos administrativos, que, viciados, continuam com as funções do tempo colonial, sugando a riqueza e a produção nacional. Defende que a máquina governamental deve voltar seus recursos para a utilidade pública, portanto, deve reforçar seus gastos em direção à formação da “vida intelectual - ensino, biblioteca, museus, escolas especiais, observatórios, etc.” (BOMFIM, 2008, p. 149). O bacharel sergipano defende o fomento à instrução da massa popular, o imposto cobrado proporcional à renda do contribuinte, direitos para os proletários (BOMFIM, 2008, p. 150-151).

A República, para Bomfim, não passa de uma “coisa existente apenas no papel, e cujos princípios essenciais são diariamente transgredidos” (BOMFIM, 2008, p. 155) pelos próprios legisladores e administradores. Argumenta que o grande lema dos legítimos republicanos é a educação do povo. A Constituição republicana (1891) estabelece que somente os indivíduos que souberem ler e escrever serão eleitores. No Brasil da primeira década do século XX, apenas 10% da população era letrada, constituindo-se um falseamento de democracia, visto que o governo representava uma parcela ínfima da população. Portanto, o dever do Estado-República é “mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos” (BOMFIM, 2008, p. 156), para ser possível alcançar o patamar democrático que uma sociedade republicana exige.

Contudo, a República real não se preocupava com a educação do povo. Bomfim expressa suas diretrizes e critica o que se dá a ver claramente no Brasil no limiar do século XX.

Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto. Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa despreocupação, leia os relatórios dos ministros de Instrução Pública: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos de ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si; reformas, programas etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista estritamente administrativo, sob o ponto de vista dos interesses privativos do Estado. Qual o resultado último de tudo isto? Desapareceu a autoridade que se impunha em nome de direitos privativos, seus – direitos de essência divina; veio uma outra, em nome da vontade coletiva; mas esta vontade não existe – é o que está na consciência de todos; não existe porque a oligarquia, interesseira e céptica, já perdeu todo o pudor político, e distribui entre si os cargos e as funções, não escondendo, nem nos atos nem nas palavras, o seu desprezo pelo chamado voto popular; não existiria, ainda que as classes dominantes o quisessem, porque falta ao povo a consciência dos seus deveres e direitos, e a inteligência para usar deles. E o resultado final é uma sucessão de mentiras, quimeras apodrecidas, à lembrança das quais os ingênuos, os crentes de ontem, se lamentam e choram desilusões, enquanto os “arrivistas” os olham com o desprezo superior de quem vai alcançando alguma coisa. Lamentam-se aqueles, desfiam queixumes, esquecidos de que foram eles próprios que prepararam as desilusões – mentindo ao programa que ontem pregavam, realizando uma República que desconhece ou esqueceu o ideal que era a sua razão de ser, uma República adaptada às instituições e costumes monárquicos que pretendia eliminar, não repelindo senão aquilo que devera afirmar, uma República onde só os reacionários se sentem bem... E permitem com isto que a acusação se formule: “A República mentiu às suas promessas”. Não: foram os homens que mentiram às suas ideias. (BOMFIM, 2008, p. 156-157)

Manoel Bomfim almejava a República, mas uma República que se configurasse democrática. E a saída para os problemas republicanos, provenientes de uma continuidade de relações parasitárias, iniciadas na colonização da América Latina, advém com a educação do povo, visando à consciência de seus direitos e deveres. A instrução é a panaceia para os males da Nação em *América Latina: males de origem* (2008), a qual levará o povo rumo ao progresso e para a vitória. A proposta ética e estética de Bomfim articula-se à difusão da educação para a construção de uma harmonia fraternal. Utopia confirmada pelo autor, no final do livro e principalmente depois de confrontar-se com a desilusão do sonho da educação como solução dos problemas nacionais na terceira década do século XX com *O Brasil nação* (1931), no qual já defende uma revolução nacional contra as classes dirigentes, o aparelho estatal e os países imperialistas. Escreveu que o “o remédio para o caso brasileiro está na revolução” (BOMFIM APUD VENTURA, 1999, p. 255). Somente com os frutos da educação seria inviável uma mudança tão radical na sociedade brasileira, a transformação das estruturas sociais e políticas demandava uma ação mais radical.

A propaganda republicana na imprensa atravessou o Brasil na segunda metade do século XIX. Conectado a esses movimentos propaladores do ideal republicano no país, o Piauí constituiu-se também como *locus* de ação dos homens de letras no final do Império e durante o período conhecido como Primeira República. Um dos intelectuais com forte atuação na imprensa deste período foi Clodoaldo Freitas, o qual compôs uma vultosa discussão acerca da República no período de transição do século XIX para o século XX.

Subjetivado como um homem de destaque social e cultural no Piauí, Clodoaldo Freitas almejava, via literatura, intervir na sociedade. Ligado ao Partido Liberal no período Monárquico, a atuação de Clodoaldo Freitas, assim como a de vários bacharéis que se envolveram na política via imprensa, estava articulada às disputas partidárias que polarizava o controle da máquina administrativa do Estado entre Liberais e Conservadores. Clodoaldo significou a política a partir de perspectivas pessoais relacionadas ao grupo de interesse que estava vinculado. Alijado dos quadros de mando, utilizava-se da imprensa para veicular suas propostas políticas. Onde há um atravessamento da propaganda republicana em toda sua obra. Esta propaganda está relacionada com o modelo republicano que vislumbrava, buscando a pureza da República.

Uma das críticas que fazia em relação ao regime estava relacionada à falta de cidadania. A carência de direitos políticos e a ausência de um povo no processo eleitoral significava a negação da República. Diante desta inexistência democrática, vivia-se numa tirania, onde não havia liberdade. Clodoaldo Freitas criticava a exclusão dos analfabetos no

processo decisório nacional na República, os quais constituíam a maior parte da população. A República dos sonhos, imaginada pelo piauiense, não comportava as fraudes eleitorais vigentes na República real, que eram empreendidas através de ameaças, compras, espancamentos e até eliminação do eleitor opositor para convencê-lo a votar no governo.

O povo não governava, não era cidadão. Qual sua utilidade, então? Pagar impostos extorsivos, prestar o serviço militar, pagar tributo de sangue, esperar a morte chegar. A continuação de elementos monárquicos era um mal que assolava a República. Os monarquistas negreiros e adesistas dominavam o regime, subvertendo o ideário dos republicanos históricos, como Clodoaldo Freitas. A República brasileira, marcada por instabilidades políticas e institucionais, assemelhava-se às repúblicas sul-americanas (QUEIROZ, 2006, p. 474-475).

A saída para os problemas republicanos apresentados, de acordo com o bacharel em direito, se dava pela porta da conscientização do povo para seus direitos e deveres, instituindo-lhe o amor pelas instituições. Ele condenava intervenções militares, mas não deslegitimava a intervenção popular pelas armas, já que ao povo era negada a participação (QUEIROZ, 2006, p. 476).

Clodoaldo Freitas tentou o exercício direto do poder político, legitimado por sua condição de bacharel e por sua atuação como jornalista político, mas não logrou muito sucesso, assim como também ocupou cargos burocráticos de maneira efêmera. Forjou-se como um cidadão ativo e pleno, porém, alijado das posições de mando na República (QUEIROZ, 2006, p. 483). A participação política na primeira República, era em grande medida apanágio dos sujeitos envolvidos com os acordos prevalecidos no que se conhece como Política dos Governadores, iniciada com Campos Sales (1898-1902).

A política regional marcada pelo que a historiografia posteriormente definiu como coronelismo e política oligárquica, é combatida por Freitas em suas crônicas do período de transição da presidência de Campos Sales até o final do governo de Rodrigues Alves (1902-1906). A negação da liberdade, democracia e igualdade pelo governo autocrático e centralista dos anos iniciais da República é descrita e criticada nas crônicas do literato na coluna *Em roda dos fatos*, publicadas em formato de livro em 1911.

“Na República real, o povo, além de bestializado, era desnecessário e no mais das vezes incômodo” (CARVALHO APUD QUEIROZ, 2015a, p. 25). A eliminação política do povo se dava de várias maneiras, como pela exclusão das mulheres e analfabetos do processo eleitoral, de acordo com o literato. Censurou o Regulamento Alvim de 1890 - decreto que regulava a questão eleitoral na nascente República – e as fraudes eleitorais constantes.

Embora elaborasse uma forte crítica à República brasileira de final do século XIX e primeiras décadas do século XX e legitimasse a força da vontade popular, Clodoaldo Freitas defendia as instituições republicanas. Buscava um retorno ao ideal de República tal qual delineado pelos republicanos históricos da segunda metade do século XIX, almejava a pureza inicial do regime. Contudo, diante das possibilidades de submissão ou revolta, nunca defendeu a submissão do povo ante as tiranias do regime.

Com a propaganda republicana inflamando no povo o amor pelas instituições e efetivo envolvimento político, o intelectual piauiense via na participação popular através do voto livre a chave para a republicanização da República. Esta, republicanizada, ou seja, considerada ideal, assemelhava-se ao ideário francês da Revolução, na qual consolidava igualdade, liberdade, fraternidade, justiça, progresso, honestidade, patriotismo, competência (QUEIROZ, 2015a, p. 28).

A data nacional e as injustiças republicanas

Na crônica *A data nacional*⁴⁸, Clodoaldo Freitas, diante das tristes notícias da Revolta da Vacina, indica como a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 apresentou-se como excludente e continuísta. E revela seu desgosto, com fina ironia, pelos monarquistas adesistas e pelos rumos tomados pela República.

A experiência de quase dezesseis anos, contados através de tantas calamidades e tantas desventuras, tantas glórias e tantas conquistas verdadeiramente democráticas, faz com que um espectador imparcial, encarando de perto os homens e as coisas brasileiras, sinta um certo constrangimento em apreciá-las do ponto de vista estreito e vulgar dos políticos de profissão. A República foi uma conquista. Quinze de novembro, que não foi obra do povo, transformou-se asinha em ventura para os chefes populares, na véspera excelentes monarquistas e, no dia seguinte, mais excelentes republicanos, com todas as virtudes dos democratas da velha têmpera suíça. (FREITAS, 2011b, p. 83)

Mais adiante, ainda apresentando os seus desgostos em relação aos rumos republicanos que avalia, aponta que a República veio de um golpe traiçoeiro, no qual se inscreve nos atos indecorosos posteriores que o autor tanto critica e quer superados.

⁴⁸ Publicada como livro *Em roda dos fatos* em 1911, depois de circular juntamente com outras crônicas entre 1902-1906 nos jornais *Pátria* de Teresina e *A Notícia* de São Luís.

A república veio. Por quem? Pelo marechal Deodoro? Pelo tenente-coronel Benjamim Constant? Pelo jornalista Quintino Bocaiúva? Pelo Exército e pela Armada? Não: devemos a República ao marechal Almeida Barreto, o heroico guerreiro que, aceitando o encargo de defender as instituições, traiu-as e disto se jacta, inventariando as vergonhas do tempo! (FREITAS, 2011b, p. 83)

Almeida Barreto⁴⁹ foi, para Clodoaldo Freitas, o símbolo da configuração republicana nos anos posteriores à sua proclamação. Conformada pela ventura dos traidores e pela infelicidade dos indivíduos de mérito, ou seja, os republicanos históricos.

De todos os próceres desse grande acontecimento nacional, o mais benemérito tem sido, justamente, o mais infeliz. Os antigos consideravam uma longa existência como prova do abandono dos deuses e como galardão do amor dos imortais morrer no florir da mocidade. O poeta grego tinha como a suprema felicidade não nascer, mas, uma vez nascido, morrer o mais cedo possível. O marechal Almeida Barreto, o fator da nossa República, vive já rastreando na caducidade, é senador e marechal, enquanto Deodoro morreu despedaçado de desgostos, Benjamin Constant e Aristides Lobo morreram loucos! (FREITAS, 2011b, p. 84)

Satirizando o alcance da glória de Almeida Barreto com uma possível morte precoce, Clodoaldo se aflige com a vida duradoura e conquistas políticas e militares daquele na República, que outrora era um destacado militar conservador na Monarquia, e das desventuras dos idealizadores desse regime que se ajusta a não tão gloriosos caminhos.

O marechal Almeida Barreto, fazendo a República, não há de querer para si a glória dessa construção constitucional e positivista, porque dirá que foi o braço e não a cabeça do pronunciamento de 15 de novembro. Mas não cederá a pessoa alguma, como seu patrimônio individual, a glória da sua traição às instituições e a seu velho imperador. Traiu heroicamente o governo legal de sua pátria, trai-o à frente de suas tropas, quando, desembainhando a invencível espada, que fulgiu nos pampas paraguaios, levantou a voz para abafar a do marechal Deodoro, à frente dos batalhões perfilados, dando frenéticos e sinceros vivas ao imperador! Deodoro entrou no movimento enganado: diziam-lhe que o fim de tudo era a deposição do

⁴⁹ Almeida Barreto foi um paraibano nascido em 1827, que participou da Revolta Praieira, em Pernambuco, foi obrigado a sentar praça como soldado na cavalaria do exército, participou da Guerra do Paraguai, foi promovido a Brigadeiro em 1887. Almeida Barreto, à época da proclamação da República, fazia parte do partido conservador. Foi-lhe confiado o comando de uma brigada de mais de mil homens, pelo Visconde de Ouro Preto, tendo em vista debelar os revoltosos. Ao invés de atacar, passou para o lado dos revoltosos, ao lado do marechal Deodoro da Fonseca. Foi eleito senador da República em 1890, opôs-se a Floriano Peixoto, criticou a intervenção federal nos governos estaduais e foi desterrado no estado do Amazonas. Em retorno ao Senado, apoiou as medidas de Prudente de Morais (1894-1898). Membro do Partido Democrata, fez oposição à presidência de Campos Sales (1898-1902) e apoiou o governo de Rodrigues Alves (1902-1906). Faleceu no Rio de Janeiro em 1905 (VASCONCELOS, 2017).

ministério Ouro Preto. O marechal Almeida Barreto, que queria fazer a República, nomeado, à última hora, comandante das forças legais, para manter a ordem, dá antecipadamente o grito sedicioso e proclama a República antes que Deodoro, republicano, entrasse no amanho patriótico. (FREITAS, 2011b, p. 86).

Explicando os acontecimentos que envolveram o marechal Almeida Barreto, notavelmente, um monarquista, na proclamação da República, Clodoaldo Freitas evidencia seus louros neste regime, conquistados à base da traição. O continuísmo é marcado pela ascensão política de uma figura não republicana. O literato segue sua crônica outorgando-se a função de realizar a justiça histórica, sentenciando “da sua estada de juiz indefectível, designando aos comparsas e aos autores do drama os lugares que lhes competem” (FREITAS, 2011b, p. 87), tal como faz com Barreto.

O tom sarcástico de Clodoaldo Freitas na crônica marca a voracidade da crítica que compõe aos desígnios malogrados dos republicanos históricos devido à falta do ideal republicano nos políticos que nela atua. A ausência do povo no processo de transição e o caráter beligerante marcam a tônica da República no alvorecer do século XX. “O dia de hoje é o dia da Pátria livre. Não precisamos que os canhões das fortalezas e dos navios de guerra nos falem a voz erudita do direito e da soberania” (FREITAS, 2011b, p. 87).

Considerações Finais

Tanto Manoel Bomfim quanto Clodoaldo Freitas foram críticos da República real que vivenciaram. A negação da República, ou seja, a falta, que não se admite como verdadeira, é marcante nas obras dos dois autores. Manoel Bomfim se subjetiva como Educador. Clodoaldo Freitas salienta-se como historiador (FREITAS, 2011b, p. 87). Ambos estão voltados para a republicana da República. Republicana-la significa conferir-lhe sua validação, torna-la democrática, possibilitar a participação do povo, protagoniza-lo na vida política.

O analfabetismo reinante na sociedade brasileira de início do século XX é ratificado pelos dois autores. A República de analfabetos se transforma num regime tirânico que exclui 90% de sua população do envolvimento político eleitoral. Sem cidadãos como se forma uma democracia? Para Bomfim, em *América Latina* (2008), a solução é a transformação do povo iletrado em cidadão via educação. Para Clodoaldo Freitas a participação popular se desenvolve via o conhecimento, de seus direitos e deveres, e a sua inserção na política via voto livre e amor à Pátria.

A função do povo na República real de Freitas e Bomfim se dava pela via da extorsão, com impostos abusivos e tributo de sangue. O destino do povo é morrer de passar fome! A República ideal, sonhada, almejada estava tão distanciada para Freitas. A Utopia como harmonia fraterna de Bomfim parecia tão longe estar.

Clodoaldo Freitas se envolve na mudança via literatura. Manoel Bomfim acredita na mudança pela educação. Na leitura da literatura, no conhecimento da história, no poder sobre os destinos do país, forja-se a esperança de ambos. O povo é aqui o protagonista. As explicações racistas-cientificistas são rejeitadas. A história se enleva na argumentação de ambos. Dá a conhecer o desenvolvimento colonial e seus traços de continuidade através da obra de Bomfim. Percebe-se o continuísmo de práticas e figuras monárquicas numa República narrada por Freitas e negada pelos dois. As palavras de ambos configuram os traços de uma época, de uma sociedade e de seus caminhos ou descaminhos. Desejosos de mudança, a história se faz justiça, em Bomfim, para com os negros. A história se faz vingança (QUEIROZ, 2011, p. 370), em Clodoaldo Freitas, para os republicanos históricos.

Tanto na historiografia de espectro nacional com Manoel Bomfim, como na historiografia de projeção, ainda um tanto regionalizada, sobre Clodoaldo Freitas, afigura-se uma discussão sobre a sociedade brasileira no período da Primeira República, tão conturbado por revoltas, por instabilidades e incertezas políticas e sociais. As explicações científicas marcantes na Historiografia brasileira no período de transição do século XIX para o século XX formou-se ao lado de uma discussão distinta, composta por uma rica observação da sociedade do século XIX que avistava o século XX. A qual não pode ser obliterada por sua produção não localizada nos centros de irradiação intelectual de projeção nacional.

A República real para Bomfim se afastara de seus ideais. Se adaptou às velhas práticas do regime anterior, que tanto se almejava superar, eliminar.

Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade. Proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas das eras de absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o próprio absolutismo formal (BOMFIM, 2008, p. 272).

O regime político proclamado em 15 de novembro não representava o ideal dos republicanos históricos. “O modelo de República proposto por Clodoaldo corresponde à

própria negação da república que ele definia como real, sobre a qual afirmava em seus textos menos ácidos ser o resultado de uma mistura balsâmica de tudo o que havia ‘de ideal religiosos, filosófico, político, estético e moral nas nações modernas’” (QUEIROZ, 2006, p. 476).

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Senado Federal/APL, 2011a.

_____. A data nacional. In: FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Senado Federal/APL, 2011b. p. 83-87.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-37.

[QUEIROZ, Teresinha](#). Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. *Espaço Tempo*, Teresina, n.2, p. 104-108, 1991.

_____. Clodoaldo Freitas e o imaginário político do século XIX. *Cadernos de Teresina*, Teresina, n.19, p. 15-21, 1995.

_____. Os homens de letras e a política republicana. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006. p. 459-485.

_____. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

_____. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: EDUFPI/APL, 2015a. p. 23-30.

_____. Em roda dos fatos: crônicas. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: EDUFPI/APL, 2015b. p. 215-228.

ROMERO, S. (Org.). *Silvio Romero. Teoria, crítica e história literária*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *BARRETO, Almeida*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico* 2.ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999. p. 238-258.

CINE REX: espaço de sociabilidade e lazer em Teresina na década de 1980

MARIA FERNANDA FERNANDES*

Memória e patrimônio cultural

Segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a [Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216](#), ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo [Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#), substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro, tal modificação que a priori parece ser pouco expressiva, adere ao patrimônio o conceito de referência cultural, o que amplia significativamente o que poder ser considerado patrimônio, principalmente o imaterial.

O Artigo 216 da Constituição Federal conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, o patrimônio é uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana.

O patrimônio expressa, portanto, a identidade histórica e as vivências de um povo, contribuindo para manter e preservar a identidade de uma nação, grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã ou família sendo um elo cultural com um passado vivido, porém este laço parte do presente para o passado sendo estabelecido pelo conjunto de símbolos sacralizados por um grupo que os mantem vivos através da memória tanto no caso do patrimônio material quanto do imaterial.

O patrimônio cultural é a soma dos bens culturais, ou seja, de todo testemunho do homem e do seu meio e o valor cultural de tais bens reside em sua capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas à comunidade, contribuindo para garantir sua identidade cultural, estimulando a memória, seja por meio dos elementos físicos ou culturais. Porém como a própria memória é uma forma de encontrar o passado por meio das indagações, dos desejos ou das lutas do presente, a mesma também ressignifica o patrimônio modificando – o na forma como é lembrado, apresentando diversas perspectivas, ou funcionalidades dependendo de quais representações, são criadas a seu respeito.

* UFPI, Mestranda em História do Brasil.

No caso do patrimônio material quando tais espaços não são praticados socialmente enquanto espaços de sociabilidade adquirem segundo Nora um tríplice sentido: são lugares materiais onde a memória se prende e estaciona, podendo ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais, podendo ser ou adquirir a função de base para as memórias coletivas e, por fim, são também lugares simbólicos, nos quais a própria identidade do grupo é apresentada.

O Cine Rex espaço de sociabilidade e lazer teresinense estudado por meio da metodologia da história oral surge como espaço onde seus frequentadores depositam suas lembranças, unindo – as em uma memória coletiva, onde o *Nós* acaba por substituir o *Eu*.

A sociedade necessita desses espaços como instrumentos permanentes no exercício da memória, principalmente atualmente, com o enorme fluxo de informações que produzem mudanças sociais mais bruscas rompendo com esse exercício dinâmico da memória.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momentos de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. (NORA, 1993, p.109).

Os lugares de memória nascem devido ao sentimento que não existe memória espontânea havendo a necessidade da criação de uma espécie de suporte para a memória, são espaços que servem de referências para a continuidade da história das pessoas que se relacionam com eles por meio da memória.

Tais memórias são carregadas de contextos históricos, espaciais, econômicos, políticos ou ainda a vários destes de maneira interdependente. Se estabelece uma relação dualística entre o patrimônio que é, portanto a identidade expressa através das memórias, dos elos, dos sentimentos de pertencimento de um povo a um determinado local, prática ou modo, que devem ser preservados conservando assim sua própria história e as próprias memórias que darão a este patrimônio significado sócio – cultural.

A história oral pode ser extremamente rica produzindo novos olhares e interpretações bem como novos temas e novos objetos. A história se transforma em *histórias*, plurais, oferecendo assim uma visão mais abrangente a respeito deste espaço e das representações criadas em seu entorno.

O uso das fontes orais pela história

A história enquanto ciência já possuiu reservas maiores em relação à utilização e a valorização dos estudos que utilizassem a memória como metodologia seja por meio de entrevistas e ou depoimentos, este regime historiográfico devia – se principalmente a valorização e a credibilidade dada ao documento escrito que possuiria dentro dos paradigmas científicistas o necessário para reconstruir o passado em sua totalidade, trazendo as informações a respeito de um tema de forma imparcial, sem alterações.

A história para se consolidar enquanto ciência tentava demonstrar distanciamento em relação ao seu objeto a história do tempo presente, sobretudo com a utilização da memória parecia não se encaixar metodologicamente neste primeiro momento nem mesmo como material de apoio, devido às fontes orais serem carregadas de subjetividades não sendo neutras, objetivas, como supostamente seriam os documentos escritos, porém com o advento de novas perspectivas historiográficas todos os tipos de fontes utilizados pela história escritos ou não passaram a ser problematizados, visto que, todas carregam imparcialidades, subjetividades sendo antes de tudo registros de sua própria história.

A revalorização da fonte oral na produção historiográfica veio acompanhada da revalorização dos estudos voltados para essa história do tempo presente, pois, não havia mais a ideia de imparcialidade que para tanto requereria o distanciamento inclusive temporal do objeto, bem como dentro desta perspectiva muitos grupos sociais passaram a usar a memória como instrumento de luta ou de valorização de seus ideais.

Nos Estados Unidos, por exemplo, por volta da década de 1960 e início de 1970, a história oral passou a ter caráter militante com intenções políticas e sociais evidentes dentre as quais, criar uma consciência dos grupos marginalizados ou excluídos como os afrodescendentes ou as mulheres, enfim os envolvidos em conflitos étnicos, políticos e ou sociais.

Os paradigmas tradicionais da história focados nas figuras dos grupos dominantes principalmente politicamente, foram cedendo lugar para a centralização nos indivíduos por vezes membros de grupos até então a margem das discussões históricas, enfatizando suas subjetividades, seus anseios, suas lutas e principalmente seu caráter identitário.

Substituem-se as grandes unidades nacionais criadas ao longo dos últimos séculos pela pulverização separatista das identidades individuais. Apela-se à micro em lugar das macroestruturas; ao individual em substituição ao social e ao nacional. As totalizações, produto da ideologia do progresso, porque

fundamentadas na premissa da universalidade da razão, cedem lugar ao fragmentário e ao efêmero. (FEIX, 1998, p. 13-14).

O dinamismo moderno acelerou o tempo e para que não houvesse uma perda total de identidade tornam – se cada vez mais necessários mecanismos que tragam referências, sentimentos de pertencimento aos indivíduos.

As identidades utilizam a memória para se legitimarem e perdurarem através do tempo, portanto, a utilização das fontes orais como metodologia de pesquisa é antes de tudo uma análise cuidadosa dos lugares de fala dos entrevistados, de suas intenções em relação ao que desejam mostrar ou esconder bem como da imagem que desejam passar para o entrevistador e os demais que terão acesso as suas falas.

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, uma maior variedade de documentos, não apenas os escritos. De acordo com Alberti,

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Deste modo a história oral, foca na capacidade de apresentações de diversos prismas a respeito do vivido sendo através de pessoas que tiveram relações diretas ou testemunharam determinados contextos históricos, fornecendo representações, a memória é sempre uma construção feita no presente para o passado.

Em relação ao Cine Rex Teresina as memórias dos entrevistados forneceram panoramas a respeito do próprio recorte temporal escolhido a década de 1980, da relação deste espaço com outros espaços de sociabilidade teresinenses bem como as práticas sociais desenvolvidas no próprio Cine Rex e seu entorno além do que este espaço representou para grupos diferentes que fizeram uso do mesmo.

As memórias individuais dos frequentadores deste cinema influenciam e são influenciadas pelos grupos aos quais estes fazem ou fizeram parte, visto que o Cine Rex representou um espaço de convivência para estas coletividades e se apresenta de forma diversa dependendo de qual grupo o rememora, para tanto foram utilizadas memórias de estudantes e trabalhadores frequentadores deste cinema, que possuíam diferentes faixas etárias e expectativas em relação ao espaço e seu entorno.

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar suas memórias, permitindo com essas um conhecimento com maior dinamicidade, que seria desconhecido caso estas memórias carregadas com todas as suas subjetividades e intencionalidades tanto no que foi dito como e talvez principalmente no que não foi dito, não fossem utilizadas pela história.

A respeito das entrevistas Pollack estabelece que estas constituam – se como resgate de memórias sendo a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Essa multiplicação dos objetos através da história oral implica na necessidade de mais atenção.

Segundo Thompson:

A historia oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito mais alcance. [...] Em contraposição, os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. A entrevista proporcionará também, um meio de descobrir documentos escritos e fotográficos, que, de outro modo, não teriam sido localizados. A fronteira do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. (THOMPSON, 1998, p.25).

Thompson enfatiza ainda que a entrevista amplia a busca da identidade no presente, de uma relação com o passado, destacando que a História Oral nos oferece a recriação dos inúmeros pontos de vista.

A utilização da memória para compreensão do Cine Rex enquanto patrimônio cultural

O Cine Rex era frequentado por pessoas de diversas faixas etárias e segmentos sociais propiciando a convivência de crianças e adultos, tal relação não dava – se de forma harmoniosa visto que as crianças atrapalhavam ao mesmo tempo em que observavam e incorporavam as relações dos adultos, desta forma houve gradativamente uma erotização das relações amorosas e como consequência aumento dos conflitos entre pais e filhos, assim os desdobramentos das exposições e das práticas sociais vivenciadas no Cine Rex no comportamento do público, em especial da juventude, particularmente a feminina, que buscava copiar os padrões de beleza e comportamento das películas, modificando suas ações e relações cotidianamente.

Estas alterações foram vistas com descontentamento pela sociedade mais conservadora que encontrava dificuldades a conceber e mais ainda a acostumar - se com as novas formas de

se portar, vestir e falar dos frequentadores dos cinemas, visto que o público em especial os jovens queriam comparecer as sessões fílmicas frequentemente.

Este cinema inaugurado em 26 de novembro de 1939, quase quarenta anos depois da primeira exibição cinematográfica da capital piauiense foi palco da primeira exibição de cinema em um prédio construído para tal finalidade – o Cine Rex. Sua inauguração recebeu destaque no diário oficial de 27 de novembro de 1939:

[...] A festa de inauguração do Cinema - Rex, honrada com a presença do Excelentíssimo Senhor Interventor federal e altas autoridades e pela culta sociedade da capital, constituiu, realmente, uma nota de arte cheia de encantos. As duas sessões tiveram ambas extraordinária concorrência, sendo unânimes os aplausos aos dignos piauienses que se dispuseram a honrar Teresina com um melhoramento acima de quaisquer referências elogiosas. Deixou impressão funda a estreia do Cine Rex. (BRANDÃO, 2000, p. 20).

Percebe – se que este cinema se tornou importante espaço social desde sua fundação visto que possuía maior estrutura que os outros cinemas socialmente, o Cine Rex virou símbolo da modernização de Teresina, se tornou a atividade de lazer preferida da elite local possuindo grande público durante os anos de 1930 a 1980, sendo a alternativa mais barata para quem apreciava a sétima arte, além das inovações em si este espaço localizava - se na Praça Pedro II que possuía um papel de extrema importância na vida social da cidade possuindo diversas funções de local de reuniões públicas e políticas de interesse da cidade, a local de encontro para casais de namorados, amigos e comunidades.

O senhor Alcides Valeriano em entrevista concedida em junho de 2015 a respeito da relação entre o Cine Rex e sua localização na Praça Pedro II e o Cine Royal localizado na Praça Rio Branco

Durante algum tempo ela era discriminada, nos anos 80 era a efervescência da maconha, todo mundo ficava junto e acabava sentindo a fumaça, durante muito tempo essa praça foi discriminada, tanto por ser frequentada pelos homossexuais e maconheiros. Tinha – se o estigma “ou era gay ou era maconheiro” depois passou o cinema a ser só o pornô, paralelo ao cinema do Cine Rex tinha o Cine Royal na Praça Rio Branco que era mais da elite, depois de ser exibido no cinema Royal os filmes vinha para o Rex, La os ingressos eram mais caros e só frequentavam as famílias mais tradicionais. (VALERIANO, 2015, p.46).

As práticas sociais realizadas neste cinema e no entorno, portanto, foram vistos por diversos prismas dependendo do segmento que as retomava, sendo desde opções modernas de

entretenimento, à locais de exibições de películas consideradas indecentes que instigavam e ate mesmo propiciavam realizações de atividades e comportamentos promíscuos, incluindo o uso de substâncias psicoativas, assim o Cine Rex era espaço de lazer e de perdição, de descontração e de perigo de inocência e de flerte. A respeito deste jogo de forças em tornos das percepções acerca dos objetos

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e praticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe – nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de. Competições cujos. Desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Estas memórias se relacionaram com o sentimento de pertencimento não apenas ao espaço de lazer, mas a um grupo social, a uma época, a modos de ser, se comportar, o que era regra e oque seria transgressão individual ou grupal, eis a formação de uma memória coletiva que se difere das memórias produzidas por outros grupos de frequentadores que viam neste espaço social outros usos outras práticas.

Para que possamos entender melhor como o Cine Rex e o cinema propriamente dito eram encarados pela sociedade teresinense é preciso analisar primeiramente quais práticas eram desenvolvidas em seu espaço e a sua volta.

As películas exibidas nos cinemas influenciaram nas práticas realizadas dentro do próprio cinema as moças e as mulheres casadas agora nutriam outra imagem dos homens e dos relacionamentos assim como os homens passavam a ver de forma cada vez mais erótica a figura feminina, no caso dos rapazes segundo Silmara Castro frequentadora do Cine Rex na década de 80 em entrevista concedida em junho de 2015:

Os meninos tinham o habito de convidar a garota para ir ao cinema para ensinar a beijar, como o beijo ainda era muito reprimido e nos cinemas ninguém era visto pelos pais, professores enfim qualquer pessoa que pudesse reprimir, os meninos levavam as namoradinhas para verem os beijos nos filmes. (CASTRO, 2015, p. 44).

Assim como as relações amorosas as relações familiares também receberam impactos com o advento do cinema devido ao desejo cada vez maior de frequenta – ló, eram comuns embates familiares a cerca das questões financeiras e, sobretudo morais em frequentar os cinemas, os pais tinham medo do que poderia vir a acontecer em tais espaços, recebavam

principalmente que as filhas tomassem conhecimento cedo demais de aspectos diretamente relacionados às práticas sexuais, estes receios cresciam ao passo que as produções modificavam – se erotizando – se e modernizavam – se abordando de maneira mais natural as relações sociais e amorosas.

A maioria do público na década de 1980 era de jovens, geralmente estudantes e adultos, boa parte das películas possuíam censura de 18 anos com exhibições de filmes pornográficos, que atraíam consideravelmente o público masculino, ainda eram exibidos em menor escala filmes de ação, policiais e infantis.

Os filmes que eram exibidos no Cine Rex marcaram profundamente as práticas dos jovens e adolescentes, diretamente influenciados pela moda veiculada no cinema, como também pela circulação nacional de revistas que divulgavam a vida pessoal dos astros e estrelas de Hollywood, gerando curiosidade e admiração, os modismos hollywoodianos e de atores e atrizes brasileiros foram introduzidas em Teresina. Muitos jovens os copiavam no seu modo de vestir, cortes de cabelo, o hábito de beber e fumar, o jeito de andar paquerar e assim por diante. De acordo com o Alcides Valeriano em entrevista concedida em junho de 2015

Nos anos 80 tinha aqueles atores que eram cabeludos, tipo o Rômulo Arantes, o Marcos Paulo eram os galãs da época, a gente fazia o penteado, os comportamentos que a gente via no cinema a gente procurava imitar, se tinha uma cena de luta íamos lutar. (VALERIANO, 2015, p.45).

Quanto ao cinema nacional este vivia um momento de retomada e também alcançava público expressivo principalmente os homens ávidos pelas fitas que enfatizavam a sensualidade da mulher brasileira a respeito do imaginário masculino em relação às atrizes brasileiras:

Na verdade era tudo novo, como o cinema tinha a tela grande e na época os filmes brasileiros era maioria das atrizes estavam nuas, tinha a expectativa “a fulana de tal” aquilo produzia muitos comentários, por que o cinema nacional tava renascendo, vê os atores como eles eram, a Bruna Lombardi, Sonia Braga, Vera Fischer estavam no auge do cinema nacional. (VALERIANO, 2015, p.45).

Nos anos 80 o Cine Rex exibia suas fitas em três sessões às dezesseis horas e trinta minutos às dezoito horas e trinta minutos e às vinte horas e trinta minutos, as sessões que exibiriam filmes pornô tinham censura de 18 anos, mas os jovens ávidos por diversão e informação recorriam às táticas para burlar a censura, estas pequenas transgressões são lembradas com saudades pelos seus frequentadores.

Segundo os entrevistados havia uma diferenciação em relação aos acentos, o público que desejava apenas assistir os filmes sem contatos mais íntimos com outros membros da plateia havia uma espécie de divisão na disposição das cadeiras nas salas de exibição dos filmes:

Existia a ala da esquerda ela era mais voltada para as pessoas que iam com intenção de tocar o sexo, de ter um namoro mais avançado que mia com a intenção só de assistir o filme, de só participar da sessão ficava na direita, então era respeitado, mas ate quem ia pra fazer sexo tinha certo respeito, eles levavam uma manta, não existia uma exposição tão grande, mas, nos sabíamos o que estava acontecendo, mas a gente não olhava. (CASTRO, 2015, p.42).

Segundo a entrevistada existiam táticas que eram utilizadas tanto para ver os filmes censurados devido a idade, como para namorar no “escurinho do cinema” estas são definidas como todo e qualquer mecanismo utilizado por um grupo instituição ou individuo para ir contra as instituições ou grupos oficiais.

As crianças e os jovens também possuíam estratégias para conseguir o dinheiro dos ingressos, os entrevistados relatam que era comum que estes alegassem aos pais terem despesas que na verdade não tinham para adquirirem o dinheiro para ir ao Rex principalmente os jovens que tinham a intenção de flertar ou namorar.

O Cine Rex também era o único cinema na década de 80 que possuía exibições diárias a preços acessíveis visto que o cine do Centro de Convenções possuía outras atividades artísticas - culturais e políticas que impossibilitavam a exibição de filmes todos os dias e o Cine Royal possuía ingressos mais caros.

Este espaço repleto de tantas lembranças também apresentava falhas estruturais sua saída era considerada muito estreita pelos frequentadores que tinham dificuldades, sobretudo nas sessões com maior público (como as dominicais) de atravessarem o corredor estreito que os levaria a saída, ainda havia o cheiro e o barulho vindos da lanchonete que ficava ao lado, sobre a saída do cinema Irlane Abreu afirma: “A saída do cinema era um sufoco (...) a do Cine Rex dava num corredor estreito e que por sua vez desembocava numa lanchonete, onde fregueses se misturavam aos ex assistentes dos filmes e ao cheiro gorduroso de frituras” (ABREU, 1996, p.9).

Esta lanchonete também funcionava como bar visto que muitos jovens tinham seus primeiros encontros amorosos após as sessões de cinema, nas sessões mais tarde às seis e meia da tarde e oito e meia da noite o público era mais masculino, fazendo um uso diferente do mesmo espaço que durante a tarde era mais frequentado por estudantes, onde assumia este

a função de lanchonete, ou seja, local utilizado para refeições rápidas e com práticas sociais diferenciadas.

Com as memórias reconstruídas pelas entrevistas a respeito do Cine Rex como espaço de lazer e sociabilidade em Teresina na década de 80 se destaca sua importância no cotidiano e lazer dos jovens e adultos teresinenses durante mais de quatro décadas, desde sua fundação, sendo consenso entre os entrevistados sua influência nos modismos, nos comportamentos e nas práticas sociais na década de 1980, numa época em que a cidade oferecia poucas opções de divertimento, o Rex era uma porta para um mundo exterior repleto de novidades e fantasias que não se resumiam aos filmes, mas principalmente as sociabilidades que o espaço propiciava.

As pessoas convidadas a narrar suas memórias sobre o lazer praticado no Cine Rex guardam ainda as imagens dos ídolos, da sala de projeção, das cadeiras, do burburinho, dos cheiros – no plural mesmo, e do antes e depois das sessões na Praça Pedro II e na lanchonete do Cine Rex. Estas são as verdadeiras cenas marcadas não nas telonas, mas na memória dos frequentadores do Cine Rex.

REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de. **Lembranças de Teresina**. Cadernos de Teresina. Teresina, ano X, n. 23, 1996.p.59.

BRANDÃO, Lucy Ana; PERTERSEN, Samanta. **Cine Rex: Do glamour ao futuro incerto**. Teresina: EDUFPI, 2000.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Silmara **Depoimento concedido a Maria Fernanda Fernandes**. In: FERNANDES, Maria Fernanda. *Cine Rex: Espaço de sociabilidade e lazer m Teresina na década e 1980*. Teresina, PI: Faculdade Maurício de Nassau, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo, RS: UPF, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. JOUTARD, Philippe.

LEAL, Luciana Brandão. **Os espaços da memória: seguindo os rastros e reminiscências de Helena Morley e Maria Helena Cardoso.** Revista Alpha, n. 14, nov. 2013, 36–45.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n° 10, dez. 1993.

PICOLI, Bruno A. **Memória, História e Oralidade.** Mnemosine Revista Brasil Colônia Volume 1, Janeiro a Junho de 2010. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia/artigos/MNEMOSINE-REVISTA_BRASIL-COLONIA-VOL1-N1-JAN-JUN-2010-MemoriaHistoriaEOralidade.pdf Acesso em 28 de Abril de 2017 às 13 horas E 20 minutos,

Página oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN **Patrimônio Cultural** disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> acesso às 23 horas e 54 minutos do dia 27 de abril de 2017.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Historia, literatura e sociabilidades.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1998.

SENHA, Adriana Kivanski de; Júlia Silveira Matos. **HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos.** Historiæ, Rio Grande, 2011.

VALERIANO, Alcides. **Depoimento concedido a Maria Fernanda Fernandes.** In: FERNANDES, Maria Fernanda. *Cine Rex: Espaço de sociabilidade e lazer m Teresina na década e 1980.* Teresina, PI: Faculdade Maurício de Nassau, 2015.

DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA À BAIRRO: história e memória dos moradores do
Bairro Socopo (Teresina-PI, 1950-1970)

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES⁵⁰
VÍVIAM CATHALINE DE SOUSA FERREIRA⁵¹

A cidade de Teresina, fundada no final do século XIX foi projetada para ocupar o espaço entre os rios Parnaíba e Poty, sendo o último um limite geográfico que separava o núcleo planejado da cidade das áreas rurais que lhes margeavam. Em toda sua trajetória, apontam as pesquisas, a cidade fundada para substituir a antiga capital Oeiras foi recebendo muitos migrantes, na qual aqueles que dispunham de recursos financeiros iam morar nos primeiros logradouros construídos na cidade e aos em situação de vulnerabilidade restava construir suas casas na beira do rio Parnaíba e naqueles espaços que margeavam a área projetada pelos administradores responsáveis pela mudança da capital.(NUNES, 2007).

A expansão espacial da cidade se tornou inevitável perante a presença constante dos movimentos migratórios, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, que levaram a cidade a quase ocupar toda a extensão entre os dois rios já anteriormente citados. Diante disto, já no início da década de 1950, a cidade de Teresina, que se restringia ao centro velho e a poucos bairros a ele circunvizinhos, começa a dar sinal de uma crescente expansão para além do rio Poty, que até então, era o limite no qual findava a área urbana de Teresina. Essa expansão não ficou impune ao olhar analítico e descritivo dos cronistas da época, que em jornais da cidade, eram responsáveis por anunciar a venda de terrenos localizados fora do perímetro urbano, mas que eram ofertados como uma nova opção de lazer para os moradores citadinos:

Teresina, que é uma cidade onde a vida já se apresenta trepidante, não tinha até pouco tempo, lugares de refúgio para obreiros das riquezas públicas ou privadas. Algum ou outro ricoço possui a sua granja, a sua casa de campo para o descanso semanal, fora dos barulhos da cidade, embora que em estado empírico, sem o conforto completo para gozar “remansosa paz”.[...] Queremos ressaltar aqui o notável empreendimento que vêm de tomar alguns homens ricos do nosso meio social e comercial, os quais em sociedade, adquiriram a gleba “Centro”, no vale do Poty, para estabelecer ali

⁵⁰ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente atua como professora do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil e como coordenadora da área de história do PIBID/ CAPES da Universidade Federal do Piauí.

⁵¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é professora na rede particular de ensino no município de Teresina.

verdadeira zona balneária. O poço artesiano que tem, com mais de 600 metros, jorrado água salubre e medicinal; as matas que circundam o local; boas casas já existentes e uma magnífica rodovia que nos leva de Teresina para lá, tudo isto leva a crer a transformação que teremos de uma vida insípida e cruenta de cidade tropical como a nossa, para termos dias, semanas e meses do mais puro ar atmosférico e erguesse uma verdadeira e suave vida rural, para as épocas quentes de nossa Capital. (O DIA, Jornal. Teresina, 29 de julho de 1951.)

Teresina na década de 1950, como desde os anos de sua fundação, reiterava sua preocupação em possuir o status de cidade moderna, mas era ainda uma cidade acanhada, sobretudo, no que se referia aos espaços de lazer, seus moradores tinham, ainda naquela época, uma vida social restrita aos espaços das principais praças do centro da cidade (Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco e Praça Pedro II), aos cinemas, ao Teatro 4 de Setembro e ao Clube dos Diários (QUEIROZ,2008). É válido lembrar que os locais mencionados eram frequentados somente por aquelas pessoas que constituíam a elite financeira da cidade, assim dito, no citado trecho de jornal pudemos verificar uma nova ‘saída’, uma nova rota de sociabilidade que estava por chegar à cidade, também para ser usufruída por essa camada social, seria o estabelecimento de uma verdadeira “zona balneária”, um exemplo das novidades que a cidade almejava para ganhar o aspecto de moderna.

Podemos verificar a ressonância que este tipo de empreendimento teve para essa parcela da população mais abastada, pelo entusiasmo demonstrado com a possibilidade do povoamento do espaço localizado logo após a fronteira natural que era o rio Poti, que viria a torna-se mais adiante na região leste da cidade, sendo este entusiasmo provocado, sobretudo, pelos benefícios da natureza inexplorada do local. Seria então a modernidade se apresentado com ares de campo, em outras palavras, antes que possa parecer muito contraditória essa afirmação, seria a oportunidade, para aqueles que adquirissem um lote nesse novo espaço da cidade, de usufruir de diversos benefícios (boas casas, rodovia de acesso, poços com água medicinal, temperatura mais amena) sem que para isso tivessem que se desconectar da cidade por completo, em que nestes espaços, já anunciados como um refúgio para os dias mais quentes do ano, seus compradores pudessem reinventar a vida, a partir do momento em que reinventariam novas formas de habitar e se divertir no município

O que nos faz refletir que esses investidores imobiliários e os seus possíveis compradores já idealizavam, a partir desse empreendimento com ares bucólicos, a efetiva ocupação de novos espaços no município, o que proporcionaria anos depois que a mesma região viesse a se tornar parte da área urbana do mesmo, ou seja, da cidade. Afinal, é possível

percebermos que havia um projeto, de certa forma audacioso para o período, por parte desses investidores, em fazer desse espaço adquirido; a ‘gleba Centro, no vale do Poty’, uma região atrativa de se investir.

A responsável pela venda de lotes nessa gleba era a empresa SOCOPO (Sociedade Construtora do Poti), de onde se origina o nome do bairro que este espaço viria a se tornar anos depois. De fato, a empresa instalou no local elementos que pretendiam torná-lo mais atrativo aos possíveis novos moradores da região, tudo por meio da iniciativa própria, ou seja, sem uma interferência direta por parte do poder público, o que nos faz reiterar o interesse pela especulação imobiliária da região, por parte da empresa.

Além de rodovia que ligava Teresina á área em análise, um dos primeiros elementos instalados na paisagem do local foi um balneário que contava com uma estrutura de lazer, na qual havia piscinas para adultos e crianças e espaço coberto que dava suporte aos frequentadores, fornecendo uma cozinha, banheiros e espaços de sociabilidade.⁵² A imagem a seguir representa o panorama desde espaço, que fora anunciado nas páginas de um dos jornais com maior circulação na cidade naquela época.



Jornal *O Dia*, 4 de Janeiro de 1953,p.5

Um evento ocorrido neste local, bastante ilustrativo dos novos usos que a alta sociedade teresinense dispensara a ele, foi a festa realizada para comemorar o centenário da cidade, no ano de 1952. No local foi realizada luxuosa festa que contou, inclusive com a

⁵² Informações disponibilizadas através da entrevista oral realizada pelas autoras com o proprietário da empresa.

presença de figuras famosas na sociedade brasileira, como o empresário Assis Chateaubriand e o cantor e compositor Luis Gonzaga, como nos ilustra a fotografia a seguir.



Fotografia do acervo pessoal do empresário da SOCOPO.

Estando o Socopo fora das margens que delimitavam a área urbana do município, podemos, portanto, considerar que o que tornou este lugar peculiar perante demais “povoados rurais” que havia na cidade naquele período, era o fato de nele haver a atuação da iniciativa privada que o transformou numa “área balneária” destinada ao lazer da elite.

A presença deste balneário, todavia, não foi a única responsável pela alteração da paisagem e dinâmica do local. Por volta de uma década após a instalação do balneário, ou seja, nos anos de 1960, a região da grande Socopo, passou a abrigar novos moradores que foram de fundamental importância para o seu crescimento, estamos falando dos padres Jesuítas.

Á época, a pedido do então bispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, um grupo de três padres e um irmão jesuíta, assumiram a direção do colégio São Francisco de Sales, reconhecida instituição escolar na cidade. Desse modo, estava sendo efetivado o retorno das atividades jesuíticas no estado, que haviam sido cessadas em solo piauiense após a conhecida expulsão de 1759 dessa ordem, realizada pelo ministro da corte, Marques de Pombal.(LOPES,2016)

Segundo o historiador Jacques Le Goff era comum às ordens religiosas procurarem refúgio em zonas afastadas da cidade, onde pudessem ter um local amplo e tranquilo para realizarem suas atividades. O próprio afirma que a escolha pelo subúrbio (periferia, zona rural) não deixa de ter uma intenção de ser, segundo o mesmo.

No século XIII, parecia essencial a essas ordens fazerem-se aceitas dando as populações o exemplo da pobreza e da humildade, elas extraem as lições dos movimentos sociais que estão emergindo, nos quais as pessoas simples da cidade questionam a atitude dos poderosos e, em particular, a dos senhores, os quais, de seu campo, de suas fortalezas, continuam a dominar o espaço, incluindo o espaço urbano. Em contraposição, a riqueza se cria de modo ainda mais brutal na cidade, com os mercadores, os burgueses, o comércio. Diante da arrogância dos novos ricos e dos antigos poderosos que estão sempre aí, para convencer o povo, para não deixá-los rebelar-se contra a ideologia cristã da época- perdoem-me a expressão- essas novas ordens mendicantes querem dar o exemplo. É essa mesma a expressão que eles empregam: “pregar o exemplo”. Como então eles concebem sua inscrição no espaço? Eles chegam a uma cidade, fala-se deles, são novos personagens que provocam certa curiosidade. Mas eles ainda não adquiriram prestígio nem poder e, além disso, empenham-se em pôr em prática os ideais que pregam. Onde vão se estabelecer então? No limite da cidade. E com frequência fora dela, na proximidade de suas portas. Onde o terreno é barato, onde muitas vezes recebem de presente uma casa ou um lote de terra. (...) Os mendicantes, portanto, encontram-se modestamente instalados na periferia, perto da muralha, no interior, mas às vezes também no exterior da cidade. Eles manifestam assim o caráter subordinado e pobre do subúrbio com relação à cidade e ao centro da cidade. E o que acontece em seguida Rapidamente, (...), tornam-se conhecidos, estimados e poderosos.(LE GOFF, p.17-22,1998)

Neste caso não estamos tratando das ordens mendicantes nascentes no final da Idade Média, mas a análise mencionada nos ajuda a iluminar o caso dos Jesuítas no Piauí, que por estarem retornando suas atividades no Estado, estavam em busca de fiéis, de homens e mulheres que lhes acompanhassem no ideal de seguir a Cristo. Foi então que, neste contexto da chegada, ou melhor, do retorno desta ordem ao Estado do Piauí, para assumir uma das instituições mais renomadas na área de ensino da capital, que os mesmos deslumbraram a possibilidade de fundarem uma escola nas terras correspondentes à SOCOPO.

Os jesuítas tinham, primeiramente, a pretensão de erguer uma Casa de Retiros (ALMEIDA,2015), mas a escola foi construída anterior a esta, tendo em vista que receberam o terreno na região do Socopo, como um grande presente doado pelo empresário da Sociedade Construtora do Poty – SOCOPO, para este fim, e desde então, começaram a educar através dos preceitos jesuítas as crianças da região da Grande Socopo e dos povoados vizinhos, como os da Cacimba Velha, Tapuia, Santa Luz e Redonda. A seguinte imagem ilustra a ocupação feita pelo primeiro prédio erguido pelos jesuítas na região:



Foto 01: Primeiro prédio construído no terreno, foto retirada em 1966

E foi ao redor desses dois espaços; balneário e escola, no final da década de 1960 e início de 1970 que foram se instalando alguns migrantes que enxergavam na região da grande Socopo (como é ainda hoje reconhecida essa localidade que inicialmente pertencia a Sociedade Construtora do Poty) a possibilidade de mudarem de vida, sendo estes migrantes aqueles que de fato ocupariam a região ao ponto de anos depois a mesma ter mudado de categoria e se tornado bairro da cidade.

E a escola foi decisiva no processo de fixação destes moradores na região, a partir do momento em que loteou uma área as margens do seu terreno e vendeu a prestação para alguns de seus funcionários terem o direito a ter uma casa própria. Além disso, estes moradores passaram a depender também dos serviços prestados pela instituição, visto que seus filhos estudavam nela.

De acordo com umas das moradora mais antigas do bairro, Teresinha, ao se referir aos 42 anos que mora no bairro ela só estava contando a partir do momento em que foi residir em sua casa própria, porém, mesmo antes disso, ela já teria vivido por sete anos em um terreno cedido pelos empresários da sociedade. O que nos ajudou a entender que em sua fala há uma identificação com o atual local onde mora, o qual foi comprado com a ajuda da escola jesuíta e a enxergar certa rejeição aos primeiros anos de sua moradia no povoado, em que viveu a custa de favores. Foi a entrevista realizada com um filho dessa senhora, Francisco Coutinho

de Sousa, que nos confirmou que a vinda dele e sua família deu-se por volta do ano de 1967, onde ele afirma;

(...)Nasci em 22 de Maio de 1962. Aí com cinco anos de idade meu pai, por conta da dificuldade, vivia de roça, pensava na gente é, pelo menos é, pelos menos ter um pouco de leitura, naquele tempo o pessoal se preocupava que os filhos tivessem pelo menos um pouco de ensino, não era um estudo é, não sonhava em ser formado, mas pelo menos ter um, soubesse ler, alguma coisa assim.⁵³

Podemos, a partir dessa sua fala, analisar que a vinda desta família para a região se deu por um motivo: o do acesso a escolarização para as crianças da família. Para Dona Terezinha e toda a sua família, o interesse em migrar era, sobretudo, para modificar o destino da vida que levavam no interior de União, em que ela e seu esposo, preocupados com a educação dos filhos, queriam ter a oportunidade de vê-los matriculados numa escola. A senhora Terezinha nos confirma esta intenção, quando afirma:

(...)Porque meu marido dizia, porque ele dizia que queria vir pra perto das gentes dele, que a dente dele era aqui na Teresina e na Cajaíba, queria vir pra gente ficar perto deles, aí tinha um colégio perto e aí já tinha três meninos e aí queria botar no colégio⁵⁴.

Enfim, havia também, de certa forma, pelo menos por parte do seu marido, uma vontade de morar próximo dos seus familiares, mas também um outro interesse que dizia respeito para o bem de todos da família, a escolarização das crianças, assim sendo, Francisco Coutinho continua;

(...)Aí nós viemos de lá, em 67, eu já tinha cinco anos de idade, meu pai veio para cá, pra, nesse tempo Teresina era pequena, então Socopo seria uma zona rural, era aqui mesmo onde nós chegamos, aqui não tinha loteamento, não tinha nada, nós fomos ser agregado do latifundiário, que seria o Dr. João de Deus Fonseca, em 67⁵⁵.

As seleções das datas, como já mencionado, foram feitas a partir das escolhas das memórias de cada entrevistado, e a escolha inicial de Dona Teresinha, destacou somente o período em que ela já residia em casa própria. Ainda segundo seu filho Francisco Coutinho;

⁵³ Idem.

⁵⁴ COUTINHO. Teresinha da Silva. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 23 de Outubro de 2015.

⁵⁵ SOUSA. Francisco Coutinho de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 23 de Junho de 2016.

(...)a minha mãe, o sonho dela era de ter um o lote, um terreno para ela morar com a família, morando agregado do João de Deus. E ela criou um laço de amizade muito grande aqui no colégio né, com a direção, com os superiores aí do colégio jesuíta né, porque esse colégio aí é jesuíta né. Aí ela falava muito para um senhor chamado Irmão Mantieiro, que o sonho dela era, porque meu pai já trabalhava aí no colégio né, e ela tinha aquele contato né, sei lá, conversando, se encontrando, nas missas, nas reuniões de família, aí ela falou que tinha vontade de comprar, de ter um lugar para morar⁵⁶.

Esta fala mostra-nos que a relação desses moradores com os padres e irmãos Jesuítas que dirigiam a escola era posta num convívio próximo, em que os Padres ministravam missas na comunidade e reuniam-se com as famílias, enfim, pareciam serem solícitos e envolvidos com o bem-estar desses moradores. Francisco Coutinho, continua nos explicando essa relação, destacando a importância do Ir. Mantieiro, membro da Companhia de Jesus e administrador da escola, para a sua família.

(..)aí ele mandou ela procurar o Doutor J. se ele não tinha algum terreno para vender, que o colégio comprava e cedia para ela ir pagando aos poucos, descontando na folha de pagamento do esposo dela, isso em 1972 mais ou menos, aí foi um pouco dificultoso. Aí um dia o Irmão Mantieiro que era o diretor chefe daqui do colégio, se encontrou com o Doutor João, Doutor João já tinha, isso Doutor João já tinha cedido o terreno aqui do Santo Afonso, o Doutor João doou para os Jesuítas, isso lá em 1958. Aí o Doutor João, o Ir. Mantieiro conversando com o Dr. João tocaram no assunto de comprar uma quantia de terra e dividir com os funcionários que trabalhavam nos serviços gerais, serviço grosseiro aqui do colégio, para morarem próximo daqui do colégio, aí eles chegaram a essa conclusão de comprar essa tira de terra que ela dá mais ou menos um 700m por 50m de largura e dividiram em lote para os funcionários, aí a mamãe, ele cedeu dois lotes para minha mãe pagar descontando em folha de pagamento e com isso ele disse que se ela quisesse, ele construía uma casa para ela aqui, ele construiu essa casa e foi descontando em pagamento, até quando terminou, aí isso foi em 1972, em 1973 nós se mudamos pra cá⁵⁷.

Vejamos bem o caso relatado, foi a partir da compra efetivada pelo jesuíta Irmão Mantieiro, na época administrador da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez que se iniciou o processo de ocupação da chamada ‘primeira rua’ do bairro Socopo, na qual os primeiros moradores a ocupá-la foi a família da Dona Terezinha Coutinho. O senhor Francisco Coutinho chegou a relatar na sua entrevista, um momento peculiar desse período, que nos fez refletir sobre o quanto o campo (a natureza, em geral) é esse “lugar de produção e de obras”

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸, sendo a modificação da paisagem natural em paisagem modificada uma dessas obras produzidas pelo homem.

(...)Primeiro, quando foi pra ter uma rua aqui, meu pai pegou uma foice e abriu, fez um caminho aqui, uma vereda, pra lá, aí pegou um pauzinho véi, pegou uma tábua e botou o nome Rua São Francisco. Lá na entrada.[...] Papai é muito devoto de São Francisco. Tudo dele é com São Francisco pelo meio, então ele fez uma foice e fez a vereda aqui, um caminhozinho, tirou um rumo daqui pra acolá, aí pegou e botou a estacazinha e escreveu, rua São Francisco, aí eu disse, quando é que isso aqui vai ser rua. Em 1973. Aí as vezes eu fico me lembrando disso, eu digo, rapaz, quando eu vi isso aqui só o caminho e hoje aqui é asfalto⁵⁹.

A partir dessa iniciativa do Ir. Mantieiro em comprar os lotes de terra e do primeiro morador a ir residir num destes lotes e que denominou aquela que viria a ser a primeira rua fundada da comunidade de Rua Francisco, outras pessoas que já viviam na ou próxima a região, trabalhando para escola, ou mesmo em lavouras ou em outros tipos de serviços para o Doutor João, iriam também passar a residir nos lotes demarcados um ao lado do outro, iniciando então uma organização destas famílias de trabalhadores carentes, que puderam adquirir seus primeiros lotes de terra a partir da ajuda proporcionada pela iniciativa do Irmão jesuíta, o que simboliza uma conquista de fundamental importância para estes sujeitos, tendo em vista que num país como o Brasil, a má distribuição de terras ainda hoje atinge boa parte do território nacional, impossibilitando que muitas pessoas ainda não tenham direito a moradia no país.

Um exemplo de que estes terrenos loteados para os funcionários da escola foram também vendidos para outros moradores da região é o caso do senhor José Ferreira Lima, que inclusive nos relatou como de deu o processo de pagamento do seu terreno:

Aí ele comprou esse terreno na mão do Seu J., aí foi todo loteado né, pra vender pro funcionários dele né, aí teve um que desistiu, aí foi onde eu entrei aí eu comprei o terreno, comprei do Irmão, paguei tudo na mão dele. [...] Parcelado, olha a parcela, cinco contos hoje, que era cinco mil réis né, de entrada e ficar pagando cinco por mês, num é. Mas eu paguei assim oh, era por semana, pagava por semana, aí Dr. J. pagava a gente também por semana, aí eu vinha e pagava ele. Aí depois, Dr. João passou a pagar por mês, aí eu vim aonde ele (o Irmão) tava, eu digo: “Irmão como é que nós vamos fazer, porque o pagamento aqui do terreno eu to pagando por semana, mas só que o patrão agora mudou o pagamento por mês?” Aí ele disse: “Tem

⁵⁸LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 73.

⁵⁹SOUSA. Francisco Coutinho de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira**. Teresina. 23 de Junho de 2016.

nada não, é a mesma coisa, sem problemas”, aí eu fiquei pagando por mês, até que terminei, mas não me lembro quanto foi as parcelas⁶⁰.

O pagamento facilitado, acordado de acordo com as possibilidades de cada comprador facilitou a compra destes terrenos realizada por sítiantes e funcionários da escola, nos demonstrando um exemplo da contribuição da escola para ocupação e crescimento da região que viria a se tornar o bairro Socopo. Foi a partir desses primeiros lotes vendidos que se iniciou o traçado da área mais populosa da comunidade Socopo atualmente. Após o estabelecimento desses primeiros moradores, por outros motivos que não nos cabe aqui informar, foi chegando outros novos moradores, ao ponto de uma década depois a região ter se elevado a categoria de bairro⁶¹.

Acreditamos que este estudo, portanto, trata de temáticas de grande valia para a análise da história de Teresina, tais como a expansão urbana e o retorno dos Jesuítas ao Piauí. Pretendemos ter colaborado, mesmo que de forma sucinta, a partir dessa iniciativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Plutarco (Pe). **Histórico da escola**. Disponível em <http://escolasantoafonsorodriguez.blogspot.com.br/> Acesso em 26 Mai.2015

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**- São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Os discursos em torno do retorno dos jesuítas o Piauí na década de 1960: O Colégio Diocesano entre continuidades e rupturas. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (org.). **Os Jesuítas no Brasil: entre colônia e república**. Brasília: Liber Livro, 2016.

NUNES. Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província**. Teresina: FUNDAPI,2007. v.IV.

QUEIROZ, Terezinha. **As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930**. Teresina: FUNDAPI, 2008.

Hemerográficas

⁶⁰LIMA. José Ferreira. **Entrevista concedida à Víviam Cathaline de Sousa Ferreira**. Teresina, 02 de Janeiro de 2016.

⁶¹ A inclusão dessa área a parte de expansão urbana da cidade foi feita no ano de 1988, com a execução do II Plano Estadual de Teresina- PET, que acrescentou algumas regiões consideradas até então do perímetro rural ao perímetro urbano do município.

SOCIEDADE CONSTRUTORA POTI LTDA, Jornal O Dia, Teresina, 4 de Janeiro de 1953.
p.5

Jornal **O Dia**, Teresina, 29 de julho de 1951.

Entrevistas

COUTINHO. Teresinha da Silva. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 23 de Outubro de 2015.

SOUSA. Francisco Coutinho de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 23 de Junho de 2016.

LIMA. José Ferreira. **Entrevista concedida à Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 02 de Janeiro de 2016.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: desdobramentos de uma República imaginada.

Francisco de Assis Oliveira Silva ⁶²

Introdução

As muitas faces da política imperial durante a primeira metade do século XIX deixara transparecer os diversos esboços políticos que eram pensados para o Brasil separado de Portugal. Nesse embate, onde diversos projetos aparecem como solução para um Estado em construção, nos deparamos com o projeto republicano.

O presente texto aborda de forma sucinta o pensamento republicano na primeira metade do oitocentos, analisando o movimento separatista da Confederação do Equador enquanto desdobramento do republicanismo pensado para o Estado imperial em construção.

Como observa Sergio Buarque de Holanda (2010); Já antes de proclamada a independência e pouco após o regresso à Europa do “rei velho”, andava no ar, entre elementos dos mais chegados ao poder público no novo Reino do Brasil, o projeto de instaurar-se aqui um governo federal autônomo e semelhante ao que prevalecia na antiga América Inglesa.

Eram diversos os projetos pensados para o Brasil antes e pós emancipação, no entanto prevaleceu a ideia de permanência da estrutura administrativa. Ou seja, o monarca continuava a centralizar o poder em suas mãos e mantinha ao seu redor pessoas que estavam em pleno acordo com suas ideias e ações.

É de suma importância compreendermos a Confederação do Equador enquanto processo político e desdobramento das lutas pela independência do Brasil. Nesse contexto, é preciso olharmos de antemão para o processo de emancipação política do território brasileiro, abordando também a Construção do Estado imperial.

A princípio, analisamos uma fragmentação na América portuguesa, onde um vasto território seria difícil de permanecer em unidade política, aparecendo dessa forma os diversos projetos políticos que as elites locais e nacionais estariam pensando para o Brasil. Como observa José Murilo de Carvalho, “ a colônia portuguesa na América caracterizou-se, no que se refere à organização política e administrativa, por uma fraca presença de poder metropolitano e por frouxa ligação entre as várias regiões que a compunham” (1998:155).

⁶² Mestrando do programa de pós-graduação em história do Brasil (PPGHB) na Universidade Federal do Piauí.

Havia uma dúvida pairando sobre a cabeça das elites durante o processo de emancipação política do Brasil. Uma série de indagações surgiam na época; república ou monarquia, Estado unitário ou federação a unidade da América portuguesa ou sua fragmentação. (DOLHNIKOFF, 2005).

Esses diversos projetos se confrontavam durante o processo de independência que ocorria na América portuguesa e, não obstante, era comum ver atores da elite política vislumbrando alguns desses projetos que vez ou outra optavam por uma ou mais alternativas das mencionadas anteriormente. No entanto, como observa Dolhnikoff;

No confronto entre projetos, a monarquia venceu a república, a unidade venceu a fragmentação; e a centralização, na forma de um Estado unitário, teria vencido a federação. Principalmente depois que a experiência de um regime descentralizado na regência (1831-1840) foi substituída pela centralização promovida pela reforma conservadora da década de 1840. (2005:12)

Isso quer dizer que a ideia republicana saiu da cabeça das elites durante o processo de independência e da construção do Estado nacional? Do ponto de vista do ideário imaginário das elites locais, a ideia de república e federalismo permaneceu ao longo de boa parte, se não, toda parte do processo de afirmação da independência e de construção do Estado imperial. Nesse contexto, a Confederação do Equador surgira como movimento separatista de ideias republicanas e federalistas, tendendo sinuosamente para o federalismo.

Nos deparamos assim, com os argumentos iniciais sobre os diversos projetos para a afirmação do Estado imperial. Nesse contexto, Carvalho (1998) observa que um acirrado debate percorreu os anos de 1820 a 1822, onde pensava-se a manutenção da união em uma espécie de federação monárquica, como a inglesa e a austríaca e a criação do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815 iria nessa direção. Nesse contexto observamos que;

Do ponto de vista dos grupos que formavam a elite brasileira, havia três alternativas aceitáveis. Por ordem de preferência, eram a união ou federação monárquica, o desmembramento com monarquia e o desmembramento republicano, com ou sem federação. A preferência pela união foi demonstrada de várias maneiras. Depois da chegada da Corte, em 1808, apenas um movimento pregava a separação, a revolta pernambucana de 1817. Mesmo depois do regresso de D. João VI a Portugal em 1821, acreditava-se na possibilidade de uma solução que não implicasse o desmembramento. (CARVALHO, 1998:160-161)

Nessa conjuntura, o pensamento republicano perpassa boa parte do oitocentos em muitas províncias do império, sobretudo, a pernambucana. No seio da elite imperial, a ideia de republica habitava a mente de muitos políticos da época, que desaguara em diversos movimentos de cunho social, onde se questionara a maneira administrativa pela qual o império estava sendo conduzido.

Falar em republicanismo no Brasil imperial, requer entendermos as nuances da província de Pernambuco que desde a revolução de 1817 já continha ideias republicanas em suas bases ideológicas, políticas e sociais. Nas observações de Barreto;

A Revolução de 1817 foi liberal, mas não deixou de ser também uma manifestação de republicanismo. Antônio Carlos, que aderira a ela e que mais tarde seria monarquista, declarava “Um brasileiro liberal podia crer em 1817 ser necessário aderir a republicanos e hoje adotar as instituições monárquicas. Naquela época a realeza era contra a liberdade; agora não”. (BARRETO, 2004:183)

Nessa abordagem, observamos que o pensamento republicano no século XIX conduz inúmeros agentes políticos da elite imperial a debruçar-se sobre essa forma de governo. É sabido que a ideia de republica percorre boa parte do período monárquico, onde podemos observar que por questões de comodidade prevaleceu na antiga América portuguesa uma monarquia constitucional.

Os projetos para o Brasil perpassaram o longo processo das lutas pela independência e a construção do Estado nacional. Quando se tratou de organizar uma nação, o ideal político da grande elite imperial veio à tona, com suas paixões políticas, que deixavam transparecer o ideário de nação que cada um trazia consigo.

A revolução de 17, em Pernambuco trouxe consigo uma visão de governo autônomo que percorreu toda a primeira metade do século XIX; onde de início pregara-se uma singular liberdade para as províncias. No entanto, mesmo com a repressão do movimento de 1817, o pensamento republicano respinga em 1824, agora camuflado na Confederação do Equador.

Estamos mencionando apenas a província pernambucana, pelo fato de aprofundarmos sobre as tensões e rupturas nas províncias do Norte, mas se olharmos para o vasto território do recém império do Brasil, observaremos uma série de pensamentos que à época vislumbrava o republicanismo, todavia, pairava apenas na mente de alguns membros das elites locais inconformadas com a política imperial na Corte.

As diversas abordagens do pensamento republicano ao longo do processo de independência encontram nas diversas províncias, homens letrados que vislumbravam o

federalismo republicano. A pernambucana, tão próxima da piauiense e cearense se agitava com a ideia republicana em sua base política. Como observa Fonseca (2016), o pensamento republicano em Pernambuco procurara assumir não apenas o meio pelo qual se pretendia assegurar autonomia, mas o caráter de reação ao desengano constitucional.

Nesse embate de ideias políticas pensadas no início do oitocentos, nos deparamos com a possibilidade de instauração de um país no Norte, por meio das ideias da Confederação do Equador. Mas confederação não seria diferente de república? Federação não seria um pensamento de poder significativamente mais autônomo em relação ao poder central? É fato que o termo república em si não aparece no ideário da Confederação, mas isso não quer dizer que as ideias republicanas não se faziam presente no seio do movimento, uma vez que;

É preciso notar que o expediente de se utilizar alternativamente a palavra federação ou monarquia eletiva em lugar de república era bastante frequente, assim como o recurso de declaração atribuída a terceiros, ainda que esses mesmos argumentos, a percepção de um “novo” tempo, a ausência de nobreza enquanto uma ordem secular, a fragilidade do clero, e sobretudo, a diversidade regional viessem a ser retomados no ano seguinte no jornal *Typhis Pernambucano* (FONSECA, 2016:39)

Nessa conjuntura, observamos que a ideia republicana se fazia presente no âmbito político da época, em Pernambuco sobretudo nos escritos de Frei Caneca, idealizador do jornal citado acima, onde abordava críticas ferrenhas a monarquia, apoiando dessa maneira, uma nova forma de governo, continuando viva a ideia de república no corpo político pernambucano e em algumas províncias do Norte, onde se materializa as ideias da Confederação do Equador em 1824.

Confederação do Equador: o Norte em busca de autonomia

A confederação do Equador surge como um movimento separatista pós proclamação da independência em meio a um cenário político muito conturbado, onde nem todas as províncias tinham aderido ainda a tão almejada independência, sendo muito posterior ao sete de setembro de 1822 a adesão de algumas províncias, no Norte principalmente.

A falta de unidade política fez com que no vasto território, as elites se organizassem em torno de inúmeros projetos para um império em construção. Fruto de uma administração colonial desorganizada, em muitos momentos dentro do império, a tão almejada unidade

política esteve ameaçada por significativas revoltas e movimentos que discordavam dos rumos que a política imperial estava seguindo. Como observa Dolhnikoff;

Não que uma nação para existir tenha que ser necessariamente homogênea, mas no momento de sua construção, quando os laços entre essas regiões eram tênues, a unidade estava condicionada a capacidade de acomodar as elites que tinha como prioridade o atendimento de suas demandas, de modo que encontrassem espaço para negociar recursos e políticas que atendessem a seus interesses específicos. (DOLHNIKOFF, 2005:25)

Nessa conjuntura, observamos que a Confederação do Equador enquanto movimento separatista do século XIX, surge justamente pelo fato das elites do Norte, encabeçadas por Pernambuco, sentirem que as demandas locais não estavam sendo atendidas; desta forma, as ideias republicanas se entrelaçam com a ideia de fundação de um país de cunho federalista no Norte, em busca da tão sonhada autonomia provincial das elites locais.

Já bem antes deste Estado começar a se consolidar, os projetos políticos pensados para o futuro da “nação” eram antagônicos. O processo de independência introduziu alternativas variadas em termos de organização da nova nação (DOLHNIKOFF, 2005). O pensamento republicano acompanhara de fato boa parte dos projetos constitucionais administrativos que ora se articulava para o império nascente.

Desse modo, o pensamento antes e pós abdicação de D. Pedro I abriu possibilidade para uma idealização federalista, já imaginada bem antes do fato. Para o apreço de muitos, a federação venceu a república, não rompendo de vez com os ideários republicano, mas construindo um pensamento político que cedo ou tarde iria desembocar na implantação de um governo baseado em ideias republicanas.

Há diversos fatores que nos possibilita compreender o porquê de a república não ter de fato se constituído de imediato enquanto forma de governo no império nascente. Segundo Dolhnikoff (2005), dos quatro grupos mais influentes politicamente no momento; os republicanos e os restauradores eram minoritários, por isso as discussões e votações eram polarizadas entre federalistas monárquicos e, aqueles que por falta de melhor termo ou talvez para valorizar o grupo de pertencimento, eram contrários as reformas propostas pelos federalistas.

Nesse embate, entendemos que muito diferente das ideias federalistas pregadas no Norte, idealizadas em primeiro plano pela província de Pernambuco, eram os argumentos dos federalistas monárquicos do pós independência e da pós abdicação de D. Pedro I. Os

federalistas dos Norte tinham como finalidade e ideologias, propostas republicanas, com grande influência da América do Norte.

As províncias do Norte, encabeçadas pela pernambucana, decidiram implantar uma Federação separada da Corte no Rio de Janeiro, onde a centralização do poder nas mãos do imperador fizera com que os ânimos se acirrassem em torno de um projeto liberal, republicano e federalista.

Como observa Barreto, “Pernambuco fora o maior foco de liberalismo, de aspirações de autonomia e de tradição guerreira em todo Brasil” (2004:187). De fato, a província pernambucana fora uma das maiores idealizadoras das ideias de separação durante a Construção e afirmação do Estado imperial. Suas reivindicações por maior participação nas decisões do governo central e a busca por soberania encontrava em algumas províncias do Norte adeptos dos mesmos ideais.

Como observa Barreto (2004), a Confederação do Equador, movimento separatista de 1824 era um desdobramento de tendência liberal, republicana e federalista. Nasce com uma série de complicações entre Pernambuco e a Corte no Rio de Janeiro. Com ideários do sistema americano, a nova nação se constituiria com o nome de Confederação do Equador, convocando as demais províncias a aderirem àquele exemplo.

A influência que a elite em Pernambuco sofrera os inspiravam a colocar em prática os ideais republicanos federalistas que alguns países enfrentavam nesse momento. Na contribuição de Barreto; “os exemplos da jovem república no norte do continente, a luta que se tratava nas colônias espanholas, entram a frutificar, criando uma atmosfera propícia aos idealistas de então” (2004:187).

Na análise de Fonseca (2016), diversos embates políticos foram decisivos para o chamamento a Confederação, o projeto de centralismo aprovado pelas Corte portuguesas, não condizia com o idealizado pela elite provincial em Pernambuco. Devemos compreender, que todo esse jogo político ainda é fruto do processo de emancipação do Brasil e as atitudes do monarca deixa transparecer os diversos projetos pensados para o Brasil;

Não obstante, a julgar pelos manifestos e proclamações assinadas por Manuel de Carvalho Paes de Andrade por ocasião da deflagração da Confederação do Equador, assim como na leitura do número 28 da *typhis pernambucana*, redigido por frei Caneca entre 25 de dezembro de 1823 e 5 de agosto de 1824, três acontecimentos, necessariamente articulados, precipitariam a eclosão do movimento republicano. Em primeiro lugar a vitória do pronunciamento militar em Vila Franca de Xire em junho de 1823 e o subsequente fechamento das Cortes portuguesas; em segundo lugar, evidentemente, a dissolução da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro,

pondo fim ao pacto político entre as províncias e conseqüentemente à própria possibilidade de construção da ideia de nação, uma vez que, segundo a visão das lideranças políticas pernambucanas, apenas a representação nacional poderia formar o pacto social; em terceiro lugar os desdobramentos da aplicação da lei de 10 de outubro de 1823, pelo qual seria abolido o sistema de juntas administrativas eleitas nas províncias, delegando-se ao imperador a prerrogativa de nomear o presidente e o secretário, retirando assim a autonomia dos governos provinciais, faculdade esta que já lhe havia concedido a própria Assembleia. (FONSECA, 2016:190)

Um dos líderes do movimento separatista em Pernambuco, Manuel Paes de Andrade, em vista das inúmeras decisões do governo central na pessoa do imperador na Corte no Rio de Janeiro, resolve deflagrar o movimento para construir o que almejava em debates na Assembleia Constituinte de 1823.

A decisão do imperador de dissolver uma assembleia em pouco tempo de sua convocação, a falta de liberdade de escolha para escolher o presidente provincial além da criação, por parte de membros da elite na Corte, de uma carta constitucional jurada em 1824 levaram aos acontecimentos da Confederação do Equador, cito esses três fatos por serem os mais relevantes no entendimento do estopim do movimento.

Não podemos negar que algumas elites provinciais no Norte, contrários às ideias do monarca, resolveram aderir as Confederação e lutar pela tão sonhada autonomia. No Piauí, Simplício Dias, da vila da Parnaíba, que lutara pelo mesmo ideal de independência dentro do território piauiense decidiu aderir a Confederação do Equador com o intuito de fazer do Norte um país separado do restante do império. No entanto, há aqueles que aderiam as ideias do monarca e contribuíra para o esfacelamento do movimento.

São esses embates e tensões políticas dentro da província do Piauí que nos faz perceber que para as ideias de centralização do monarca fossem colocadas em prática não bastara apenas fechar a Constituinte e outorgar uma carta imperial; era preciso encontrar dentro das elites regionais agentes que estivessem em conformidade com o projeto implantado para o Estado imperial em curso.

Mesmo apontando diversos motivos pelos quais se deflagra a Confederação do Equador, não devemos perder de vista a longa tradição da província pernambucana com as ideias de separação, república, liberalismo e federação que se anunciava desde da revolução de 1817. Fato que nos possibilita compreender que as ideias não nascem de um dia para o outro, mas se constituem enquanto processo ao longo do tempo. Como observa Barreto;

Quanto a Confederação do Equador, é mister não perder de vista que “desde a formação da primeira Junta, em agosto de 1821, após a revolução constitucional do Porto, talvez como em nenhuma outra província, o governo de Pernambuco foi de deplorável instabilidade”. Paes de Andrade, que aos vinte e poucos anos tomara parte na Revolução de 1817, naquele tempo já se revelara ardente republicano. Em certa ocasião afirmara: “República e só República e morra para sempre a tirania real. (2004:188)

Como já mencionada em trechos anteriores, a ideia de república no seio das elites do Norte encontrara em Pernambuco o construtor indiscutível para um novo Estado livre do centralismo da Corte. O pensamento republicano da elite pernambucana criara junto com a ideia federalista uma imagem de nação autônoma que atendesse a diversos interesses.

Apesar de que a Confederação do Equador ter ficado apenas da tentativa, o impacto no governo imperial fora significativo, uma vez que a ideia de separação, com a concepção de república e federalismo se intensificara no momento de um Estado em construção. Não entraremos nos pormenores da Confederação do Equador, quem foi julgado e quem não fora alcançado pela “piedade” do monarca. Nos interessa entender os desdobramentos do pensamento político nos primeiros anos do império pós-independente, com seus inúmeros projetos de Brasil's.

Considerações Finais

A política imperial brasileira se constitui ao longo da primeira metade do século XIX em uma série de embates em torno de um projeto constitucional e administrativo para um império em pleno estado de formação. Federalismo, república, monarquia, centralização, todas essas e outras questões atravessam boa parte do oitocentos.

Nessa perspectiva, buscamos abordar a Confederação do Equador, como o desdobramento de uma república imaginada. Apesar do fato de que ela tenha nascida sob o signo de federação, não podemos esquecer do processo que a constitui ao longo do tempo, que é justamente o ideário de república influenciado pela independência das treze colônias do Norte, ou seja, o republicanismo americano.

Evaldo Cabral de Mello (2014) observa que o federalismo se constituiu como uma sensibilidade política eminentemente pernambucana, tanto que na revolução de 1817, a relação de forças era ali mais equilibrada, onde o liberalismo alia-se ao autogoverno até mesmo entre partidários de D. Pedro I, onde vislumbrava o republicanismo.

Nessa conjuntura, entendemos que as ideias republicanas estavam em torno de diversos agentes políticos dentro de um Estado imperial em curso. As elites imperiais tanto nas províncias quanto na Corte pensavam um império em torno de ideias e concepções políticas diferente. Nesse ensejo, é de suma importância observarmos o processo de constituição da Confederação do Equador, pois faz parte da afirmação da independência do Brasil e se desloca como um processo singular de debate em torno de uma ideia política para o império separado ou não da Corte.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Johny Santana de. O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* – n° 33.2. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/443/457>> Acesso em 14 de junho de 2016.
- BARRETO, Célia de Barros. O processo de emancipação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Ulisses. *A confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.
- BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. *A construção da ordem: A elite política imperial, Teatro de sombras: A política imperial*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.
- _____. A “Independência para Inglês ver”. *R. Mestr. Hist.*, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 79-116, 2001/2002. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v4n12001/pdf/004_v4_n1_001.pdf> Acesso em 20 de junho de 2017.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. Ed. São Paulo, Alameda casa Editorial, 2009.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*- São Paulo: Globo, 2005.

_____ O lugar das elites regionais. *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/33853/36586>> Acesso em: 17 de junho de 2015.

_____ Elites regionais e a construção do Estado Nacional In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Pacto Editorial, 2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2. Ed. São Paulo, Editora 34, 2014.

NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SILVA, Francisco de Assis Oliveira. O ESTADO IMPERIAL EM CONSTRUÇÃO: Manuel de Sousa Martins e o Piauí na Confederação do Equador. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; TAMANINI, Paulo Augusto (orgs.). *História, Culturas e Subjetividades: Abordagens e Perspectivas*. Teresina-PI: Edufpi, 2015.

IMAGENS E NARRATIVAS

III SEMINÁRIO DO PPGHB - UFPI - 2017

Anais



CONFERÊNCIAS, MESAS REDONDAS, MINICURSOS, SIMPÓSIOS TEMÁTICOS